

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO**

CAROLINA LINO MARTINS

**INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO RURAL PARA OS
TERRITÓRIOS CONSAD DE MATO GROSSO DO SUL**

**CAMPO GRANDE - MS
2011**

CAROLINA LINO MARTINS

**INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO RURAL PARA OS
TERRITÓRIOS CONSAD DE MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Administração.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em
Administração.

Área de concentração em Gestão do
Agronegócio.

Orientador: Cícero Antônio de Oliveira
Tredezini, Dr.

**CAMPO GRANDE - MS
2011**

657.31
A485d

Martins, Carolina Lino.
Indicadores de Desenvolvimento Rural Para os Territórios CONSAD de Mato Grosso do Sul/
Carolina Lino Martins – Campo Grande, 2011.

109 f. Fig., Quadros.

Orientador: Cícero Antônio de Oliveira Tredezini
Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em
Administração. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Inclui Bibliografia

1. Indicadores. 2. Desenvolvimento rural. 3. Consórcios de Segurança Alimentar e
Desenvolvimento Local. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Curso de Pós-Graduação em
Administração. II. Indicadores de Desenvolvimento Rural Para os Territórios CONSAD de Mato Grosso do
Sul

CAROLINA LINO MARTINS

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO RURAL PARA OS TERRITÓRIOS CONSAD DE MATO GROSSO DO SUL

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Gestão do Agronegócio do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aprovada, em sua forma final, em de 2011.

Prof. Dr. José Nilson Reinert

Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dr. Cícero Antônio de Oliveira Tredezini
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Leandro Sauer
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^a. Dr^a. Mayra Batista Bitencourt Fagundes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Dedico este trabalho ao meu orientador, pela paciência e ensinamento e, também, aos meus pais, por guiarem meus caminhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por estar sempre ao meu lado. Aos meus pais, que me ensinaram tudo que sei.

Agradeço também ao meu orientador, por acreditar no meu trabalho e me guiar nos momentos de dúvidas.

Agradeço, ainda, às minhas irmãs, que me compreenderam quando precisei.

Faço um agradecimento especial ao Programa de Pós-Graduação em Administração da UFMS, por tornar meu trabalho possível.

A todos estes e meus amigos, muito obrigada.

**Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa.
Por isso, aprendemos sempre.**

Paulo Freire, em 'A importância do ato de ler: em três artigos que se completam'.

RESUMO

MARTINS, Carolina Lino. **Indicadores de desenvolvimento rural para os territórios CONSAD de Mato Grosso do Sul**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

Orientador: Cícero Antônio de Oliveira Tredezini

Defesa: 22/03/2011

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de construir um exemplo de medida, na forma de um índice, para o desenvolvimento rural dos territórios CONSAD de Mato Grosso do Sul, na tentativa de contribuir para o crescimento econômico e desenvolvimento, em suas variadas formas, do Estado. Os indicadores propostos pelo estudo foram organizados conforme as características dos municípios da região escolhida para análise e relacionados com a população, bem-estar social, desempenho econômico e meio-ambiente. Como contextualização desta pesquisa, foi feita uma breve revisão do conceito de desenvolvimento rural, o que é rural e, ainda, indicadores sociais como medida do desenvolvimento rural. Além disso, elaborou-se um diagnóstico econômico-social da região analisada e, posteriormente, uma análise dos indicadores obtidos. Concluiu-se que uma medida desse tipo é viável e pode ser útil nas análises comparativas regionais e intervenções de políticas no meio rural e, também, que vale a pena investir em novas fontes de dados e aperfeiçoar o índice, no sentido de tentar superar as dificuldades metodológicas para a obtenção de medidas sintéticas que possam servir como ponto de partida para a discussão das heterogeneidades e das trajetórias do desenvolvimento rural.

Palavras-chave: CONSAD; Desenvolvimento rural; Indicadores.

ABSTRACT

MARTINS, Carolina Lino. **Indicadores de desenvolvimento rural para os territórios CONSAD de Mato Grosso do Sul**. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

Orientador: Cícero Antônio de Oliveira Tredezini

Defesa: 22/03/2011

This study was made with the aim of building an example of a measure, in the form of an index, for the rural development of CONSAD territories of Mato Grosso do Sul, in an attempt to contribute to the economic growth and development, in its various forms, of this State. The indicators proposed by the study were organized according to the characteristics of the municipalities of the region chosen for the analysis and they were related with the local population, social welfare, economic performance and the environment. As a context of this research, a brief review was made from the concept of rural development, what is rural, and also social indicators as a form of measurement of the rural development. In addition, it was elaborated a social-economic diagnosis of the region analyzed, and subsequently an analysis of the indicators obtained. It was concluded that this kind of measure it is possible and can be useful in comparative analysis and regional policy interventions in rural areas and also that it is worth to invest in new data sources and refine the index, to try to overcome the methodological difficulties in obtaining summary measures that can serve as a starting point for the discussion of heterogeneity and the trajectories of rural development.

Key Words: CONSAD; Indicators; Rural development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição dos territórios CONSAD no Brasil.....	59
Figura 2 - Municípios pertencentes ao CONSAD Iguatemi.....	60
Figura 3 - Municípios pertencentes ao CONSAD Serra da Bodoquena.....	68
Figura 4 - Municípios pertencentes ao CONSAD Vale do Ivinhema.....	75
Gráfico 1 - Área dos municípios pertencentes ao CONSAD Iguatemi – MS, em km ²	61
Gráfico 2 - População pertencente ao CONSAD de Iguatemi – MS, 2010.....	62
Gráfico 3 - População Urbana e Rural nos municípios do CONSAD Iguatemi, 2010.....	63
Gráfico 4 - IDH dos municípios CONSAD de Iguatemi – MS, 2000.....	64
Gráfico 5 - Principais produtos produzidos de acordo com a área plantada.....	66
Gráfico 6 - PIB por setores do CONSAD Iguatemi – MS, 2007.....	67
Gráfico 7 - Área dos municípios do CONSAD Serra da Bodoquena – MS, em km ²	69
Gráfico 8 - População pertencente ao CONSAD de Serra da Bodoquena – MS, 2010.....	70
Gráfico 9 - População Urbana e Rural nos municípios do CONSAD Serra da Bodoquena, 2010.....	71
Gráfico 10 - IDH dos municípios CONSAD de Serra da Bodoquena – MS, 2000.....	72
Gráfico 11 - Principais produtos produzidos de acordo com a área plantada.....	73
Gráfico 12 - PIB por setores do CONSAD Serra da Bodoquena – MS, 2007.....	74
Gráfico 13 - Área dos municípios do CONSAD Vale do Ivinhema – MS, em km ²	77
Gráfico 14 - População pertencente ao CONSAD Vale do Ivinhema – MS, 2010.....	78
Gráfico 15 - População Urbana e Rural nos municípios do CONSAD Vale do Ivinhema, 2010.....	78
Gráfico 16 - IDH dos municípios CONSAD Vale do Ivinhema – MS, 2000.....	79
Gráfico 17 - Principais produtos produzidos de acordo com a área plantada.....	80
Gráfico 18 - PIB por setores do CONSAD Vale do Ivinhema – MS, 2007.....	81
Quadro 1 - Indicadores básicos de desenvolvimento rural da OCDE por temas.....	41
Quadro 2 - Indicadores de desenvolvimento rural na classificação da Eurostat.....	43
Quadro 3 - Projeto exploratório sequencial.....	50
Quadro 4 - Variáveis selecionadas para a construção dos índices.....	52
Quadro 5 - Estabelecimentos Agropecuários do CONSAD de Iguatemi, 2006.....	65
Quadro 6 - Estabelecimentos Agropecuários do CONSAD Serra da Bodoquena, 2006.....	72
Quadro 7 - Estabelecimentos Agropecuários do CONSAD Vale do Ivinhema, 2006.....	79
Quadro 8 - Indicadores populacionais.....	82
Quadro 9 - Índice populacional.....	84
Quadro 10 - Indicadores de bem-estar social.....	86
Quadro 11 - Índice de bem-estar social.....	88
Quadro 12 - Indicadores de desenvolvimento econômico.....	90
Quadro 13 - Índice de desenvolvimento econômico.....	92
Quadro 14 - Indicadores de meio ambiente.....	94
Quadro 15 - Índice de meio ambiente.....	96
Quadro 16 - Classificação do IDR.....	97
Quadro 17 - Índice de desenvolvimento rural.....	98
Quadro 18 - Índice de desenvolvimento rural e suas classificações.....	100

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	ANTECEDENTES E PROBLEMÁTICA	12
1.2	OBJETIVOS	15
1.3	JUSTIFICATIVA	16
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1	O QUE É RURAL?	18
2.2	DESENVOLVIMENTO RURAL	25
2.3	INDICADORES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE MEDIDA DO DESENVOLVIMENTO RURAL	33
2.3.1	Proposta da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).....	37
2.3.2	Proposta da União Europeia	41
2.3.3	Proposta da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)	44
2.3.4	Proposta do Banco Mundial.....	46
3	METODOLOGIA	49
3.1	MÉTODO	49
3.2	PROCEDIMENTOS	50
3.3	FONTE DE DADOS	57
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	58
4.1	TERRITÓRIOS CONSAD DE MATO GROSSO DO SUL	58
4.1.1	CONSAD Iguatemi.....	59
4.1.2	CONSAD Serra da Bodoquena.....	67
4.1.3	CONSAD Vale do Ivinhema	74
4.2	INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEUS RESULTADOS	81
4.2.1	Índice Populacional.....	82
4.2.2	Índice de bem-estar social	85
4.2.3	Índice de desenvolvimento económico.....	89
4.2.4	Índice de meio ambiente.....	93
4.2.5	Índice de desenvolvimento rural	97
4.3	POLÍTICAS FUTURAS E NOVOS ESTUDOS EM RELAÇÃO AO TEMA	101
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

1. INTRODUÇÃO

1.1 ANTECEDENTES E PROBLEMÁTICA

A incidência da pobreza rural se mantém constante há quase três décadas e, atualmente, existem mais indigentes rurais do que existiam há 20 anos. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2010), a pobreza afeta diretamente 183 milhões de latino-americanos e 74 milhões de indigentes. Dependendo do país, a maior parte da população que é pobre, vive no meio rural.

Dessa maneira, o desenvolvimento rural tornou-se uma área prioritária para os governos e organizações internacionais. O pano de fundo para estabelecer as prioridades pode variar entre países. No relatório do então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, feito na reunião do Conselho Econômico e Social em 2003, foi afirmado que

três quartos dos pobres do mundo vivem em áreas rurais dos países em desenvolvimento e dependem principalmente da agricultura e atividades conexas para a sua subsistência. Em 2025, quando a maioria da população mundial é esperada para ser urbana, 60 por cento da pobreza continua a ser rural. Assim, as metas do milênio de reduzir pela metade a proporção de pessoas vivendo com menos de um dólar por dia e a proporção daqueles que sofrem de fome até 2015 não pode ser alcançada a menos que a pobreza rural seja urgentemente reduzida (UN, 2003).

Na visão de Van der Ploeg *et. al.* (2000), o desenvolvimento rural acarreta a criação de novos produtos e serviços, ligados a novos mercados; busca formas de diminuição de custos a partir de novos rumos tecnológicos; tenta restaurar a agricultura não só no nível dos estabelecimentos, mas também em aspectos regionais e da economia rural como um todo; representa uma solução para as limitações e a falta de perspectiva inerente ao paradigma da modernização e ao rápido aumento de escala e industrialização que ele estabelece.

Schneider (2004) define desenvolvimento rural como um processo que resulta de ações articuladas, que objetivam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais na esfera do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais.

É nesse contexto que se encontram, no âmbito do programa Fome Zero do Governo Federal, os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), como parte integrante da estratégia do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –

MDS - e que visa, não só o fortalecimento do desenvolvimento local, mas também o da segurança alimentar e nutricional nas áreas mais necessitadas do país.

O CONSAD tem como meta principal tornar constante a ligação entre o poder público e a sociedade civil, tendo em vista a integração de diferentes esferas com o conjunto da população que vive em condições precárias de alimentação (MDS, 2010).

O CONSAD é organizado por meio da associação entre municípios com o propósito de desenvolver ações conjuntas capazes de atacar o problema do emprego e da renda, os quais atuam como pilares de sustentação dos programas de segurança alimentar. Neste caso, espera-se criar um processo cooperativo entre os agentes sociais visando melhorar as condições de vida das populações pobres (SCHNEIDER *et al.*, 2005).

De acordo com Franca (2003), os territórios escolhidos para a formação dos CONSADs foram fundados em critérios socioeconômicos dos municípios. Portanto, o perfil dos municípios selecionados registra baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e pequena população, tornando-os territorialmente excluídos dos centros de acumulação de riquezas. Esse processo de escolha resultou, na maioria quase que absoluta, em municípios com características predominantemente rurais, com carências infra-estruturais, cuja atividade econômica e de subsistência reside, na maior parte dos casos, na agricultura familiar.

No Brasil, estão implantados quarenta CONSADs, distribuídos em vinte e seis estados, envolvendo quinhentos e oitenta e cinco municípios e uma população de mais de onze milhões de habitantes (MDS, 2010).

Em Mato Grosso do Sul, os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local estão divididos em três grandes regiões: CONSAD Iguatemi, com onze municípios, CONSAD Vale do Ivinhema, com cinco municípios e, por fim, o CONSAD Serra da Bodoquena, com oito municípios.

Levando em consideração a relevância do desenvolvimento de certas regiões do país, vale ressaltar que faltam recursos para fomentar o processo de desenvolvimento econômico e social na economia brasileira. Na literatura em geral, a importância da existência de mecanismos que ajudem no planejamento institucional, assim como a falta desses mecanismos, são enfatizadas em diversos trabalhos.

Tendo reconhecido a grande prioridade dada ao desenvolvimento rural, é evidente que há uma forte demanda de estatísticas e indicadores para acompanhamento das metas de desenvolvimento rural. Uma política pública provavelmente será mais eficaz se a concepção e execução dos programas são baseadas em informações confiáveis sobre a extensão dos

problemas que a política tenta abordar e como eles estão mudando ao longo do tempo (UN, 2007).

Sendo assim, o trabalho aqui proposto visa construir um exemplo de medida, na forma de um índice, para o desenvolvimento rural dos territórios CONSAD de Mato Grosso do Sul, na tentativa de contribuir para o crescimento econômico e desenvolvimento, em suas variadas formas, do Estado.

Os indicadores propostos pelo estudo serão organizados conforme as características dos municípios da região escolhida para análise. Esses indicadores estão relacionados com a população, bem-estar social, desempenho econômico e meio-ambiente. Tais aspectos foram propostos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1996, no relatório “*Territorial indicators of employment- Focusing on Rural Development*”, para descrever o desenvolvimento rural nas regiões dos seus países-membros.

Os trabalhos da OCDE em estatísticas e indicadores territoriais foram lançados em 1991 como partes do Programa de Desenvolvimento Rural da OCDE. Com a criação do Serviço de Desenvolvimento Territorial (SDT), em 1994, essa atividade tem sido reforçada e alargada no âmbito de responder também a outros desafios da política de desenvolvimento territorial (por exemplo, questões urbanas, política regional e mercados de trabalho local). O primeiro relatório da OCDE sobre indicadores rurais - *Creating rural indicators for shaping territorial policies* (1994) - descreveu a estrutura conceitual básica, as definições e tipologias adotadas, e forneceu uma visão geral sobre as condições de desenvolvimento rural e as tendências nos países da OCDE.

No entanto, esta dissertação seguirá a proposta feita por Kageyama, em seu trabalho “*Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida*”, do ano de 2004, a qual afirma que obter todas as informações de acordo com o relatório da OCDE, a fim de construir esses indicadores em níveis regionais, somente é possível mediante grande esforço institucional voltado especificamente para o assunto. Caso o pesquisador esteja limitado pelas estatísticas disponíveis é quase que impossível espelhar essas medidas para todas as unidades territoriais elegidas.

Além dos trabalhos citados anteriormente, outros já ressaltaram a importância dos indicadores de desenvolvimento rural. Alguns exemplos da própria OCDE são: o livro “*Créer des emplois pour le développement rural – de nouvelles politiques*” (1995), os relatórios “*Territorial Indicators of Socio-Economic Dynamics*” (1999) e “*Environmental Indicators for Agriculture: Methods and results*” (2001), entre outros estudos.

No Brasil, têm-se como exemplos os trabalhos de Silva, intitulado *Distribuição de crédito para a agricultura familiar: um estudo do Pronaf a partir de um indicador de desenvolvimento rural* (2006), e Melo, sob o título de *Análise do desenvolvimento rural na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: caracterização dos municípios com base em indicadores populacionais, econômicos, ambientais e de bem-estar social* (2005). Ambos do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Ainda é possível citar o estudo de Jesus, *Desenvolvimento territorial no Brasil: a experiência dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local* (2006), voltado para o caso dos CONSADs.

Apesar do grande número de estudos relacionados com a temática dos indicadores de desenvolvimento rural, nenhum trabalho foi feito especificamente para a região dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local de Mato Grosso do Sul, o que torna esta dissertação extremamente relevante não só para a comunidade acadêmica, mas também para o poder público, na formulação de políticas de incentivos voltadas para as regiões mais carentes do Estado, tendo em vista que o índice capta a realidade do meio rural e caracteriza as peculiaridades desses espaços.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é aplicar e estimar um exemplo de medida do desenvolvimento rural, um índice de desenvolvimento rural (IDR), para os municípios pertencentes aos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) de Mato Grosso do Sul.

Pretende-se, especificamente:

- a) Fazer um diagnóstico sócio-econômico da população rural nos municípios;
- b) Estimar os índices de desenvolvimento rural para as microrregiões do CONSAD de Mato Grosso do Sul (Iguatemi, Vale do Ivinhema e Serra da Bodoquena);
- c) Analisar os índices obtidos por cada microrregião, no intuito de sugerir políticas futuras e novos estudos em relação ao tema.

1.3 JUSTIFICATIVAS

Os indicadores desempenham muitas funções. Eles podem levar a melhores decisões e ações mais eficazes, simplificando e tornando disponíveis informações agregadas. Eles podem ajudar a incorporar o conhecimento das ciências físicas e sociais na tomada de decisões, e podem ajudar a medir e calibrar o progresso em direção às metas de desenvolvimento sustentável. Eles podem oferecer um sistema de alerta precoce para prevenir retrocessos econômicos, sociais e ambientais. Eles também são ferramentas úteis para comunicar idéias, pensamentos e valores (UN, 2007).

Em particular, os indicadores de desenvolvimento são uma medida normalmente quantitativa composta por um significado social, utilizado para suprir, mensurar, ou operacionalizar um conceito abstrato, de importância teórica (dentro de uma pesquisa acadêmica), ou pragmática (na formulação de políticas sociais). Não deixa de ser, da mesma forma, um recurso metodológico que ilustra uma característica da realidade social ou uma mudança sendo processada na mesma (JANNUZZI, 2002).

Kayano e Caldas (2001) definem indicadores sociais como importantes instrumentos para verificar a gestão e a eficiência da administração pública e privada, pois admitem comparar situações entre localidades diferentes em diversos períodos, dentro ou fora de um mesmo município.

Portanto, o presente estudo tentará evidenciar que uma medida desse tipo é viável e pode ser útil nas análises comparativas regionais e intervenções de políticas no meio rural e, ainda, que vale a pena investir em novas fontes de dados e aperfeiçoar o índice, no sentido de tentar superar as dificuldades metodológicas para a obtenção de medidas sintéticas que possam servir como ponto de partida para a discussão das heterogeneidades e das trajetórias do desenvolvimento rural. Sendo assim, o problema de pesquisa consiste em questionar: como mensurar o desenvolvimento rural nos territórios CONSAD de Mato Grosso do Sul?

A região escolhida para análise deu-se pelo fato de concentrar um grande número de agricultores familiares no país e por este trabalho fazer parte de um projeto mais abrangente intitulado “Promoção de Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios CONSAD”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A fim de realizar os objetivos propostos pelo trabalho, esta dissertação está dividida em cinco capítulos, incluindo esta introdução. Conforme apresentado, inicialmente estão definidos os antecedentes e a problemática, os objetivos e as justificativas.

O segundo capítulo tentará descrever, de uma forma geral, a fundamentação teórica do conceito de desenvolvimento rural e suas características, e, também, indicadores sociais como instrumento de medida do desenvolvimento rural.

No terceiro capítulo será apresentada a metodologia utilizada no trabalho, com o objetivo de esclarecer como o índice será calculado. Já no quarto capítulo serão apresentadas e explicadas as análises e os resultados obtidos, na tentativa de responder aos objetivos previamente descritos neste estudo e fazer uma caracterização dos territórios CONSAD de Mato Grosso do Sul, visando abordar temas relevantes para o entendimento do assunto a ser tratado, como caracterização da economia regional, história do município, dados populacionais e geográficos.

As considerações finais serão feitas no quinto capítulo, apresentando um resumo da argumentação e relacionando as diversas idéias desenvolvidas ao longo deste trabalho, num processo de síntese dos principais resultados e conclusões. Por fim, têm-se as referências bibliográficas e o anexo, onde se encontram dados relevantes para a pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O termo desenvolvimento rural engloba características gerais e para entendê-lo é fundamental, antes de tudo, saber definir em que consiste o rural, reconhecendo suas particularidades. Sendo assim, a contextualização teórica deste trabalho irá abordar, primeiramente, o significado do termo “rural” e, posteriormente, discutir os conceitos relacionados ao desenvolvimento rural.

Nas subseções seguintes serão analisados os indicadores sociais como instrumento de medida do desenvolvimento rural, tema de primordial importância para a compreensão desta dissertação.

2.1 O QUE É RURAL?

A discussão sobre a noção de rural empreendida nos últimos anos, constituiu-se, basicamente, em um empenho para superar as tradicionais idéias que definiam o rural em oposição ao urbano, caracterizando-o como áreas de baixa mobilidade, diminuída estratificação social, grande autonomia e dependente da agricultura e pecuária. Mas afinal, o que é rural?

Segundo Schneider (2009), embora não exista consenso em relação à classificação e definição do conteúdo e extensão do rural, há acordo de que os processos sociais, as dinâmicas econômicas e os traços culturais que ocorrem no espaço rural são fluídos, permeáveis, transpassados e de algum modo integrados à sociedade contemporânea. Sendo assim, a idéia de relacionar o rural ao atrasado, ao isolado ou ao tradicional, perderam sentido.

Schneider (2009) ainda evidencia que há, pelos menos, três esforços significativos de definição da ruralidade que tiveram repercussões importantes nos estudos contemporâneos. A primeira perspectiva, que ganhou projeção a partir da divulgação do trabalho da OCDE (1996) sobre os limites das definições do rural, define ruralidade com base em mudanças socioeconômicas e demográficas, enfatizando a necessidade de encontrar significados que sejam capazes de dar conta destes processos.

A segunda perspectiva, defendida primeiramente pelo geógrafo Bernard Kayser (1990) e posteriormente por Marc Mormont (1990), argumenta que a ruralidade é uma forma de percepção e representação que está relacionada à cultura e à identidade dos indivíduos e atores do meio rural. Já a terceira perspectiva, discutida com mais frequência nos trabalhos de Ploeg (1997) e Marsden (1998), analisa o espaço rural pela ótica das transformações dos

processos sociais e econômicos mais gerais, que produzem impactos e geram reconfigurações nos espaços regionais.

Para Kageyama (2008), duas idéias gerais permeiam a noção de rural: a primeira é que a ruralidade tem uma essência geográfica; a segunda é que essa essência consiste em algum grau de distância, ou seja, o rural é de alguma forma uma área afastada ou isolada. É necessário, porém, definir em que consiste tal distância.

Na visão de Hite (1999), tal afastamento pode ser mensurado por meio de algum vetor de distância econômica. Caso esta definição seja aceita, uma vez que alguns lugares são mais distantes do que outros, alguns lugares também são mais rurais do que outros. Sendo assim, existem graus de afastamento e graus de ruralidade. Visto que a distância econômica refere-se aos custos de superar as fricções impostas pelo espaço, ser rural significa operar sob a desvantagem econômica de superar custos que são mais baixos em outros lugares menos rurais. O autor ainda coloca que as economias rurais são especializadas (com atividades típicas como agricultura, pesca e pecuária), possuem baixa densidade populacional e são relativamente pobres e conservadoras.

Ainda sob a ótica da distância do espaço rural, Dirven (2004) afirma que a localização é crucial porque, junto com a infra-estrutura, determina a distância até os mercados, entendendo aqui por distância o afastamento físico, ponderado pelos custos de transação. As decisões dos agricultores não dependem somente do custo e do tempo que demoram em chegar a um mercado, mas também de sua experiência em um mercado determinado, da estabilidade das suas relações com os compradores e dos recursos investidos para obter informação e supervisionar as disposições contratuais implícitas.

As distâncias sociais e culturais cumprem uma função essencial nas transações de bens, mão-de-obra, serviços e idéias. O afastamento social e econômico que pode resultar em diferentes distâncias, pode ser bastante acentuado, inclusive em lugares de uma mesma localidade, dada a grande dispersão que mostram muitos espaços rurais (DIRVEN, 2004).

Wiggins e Proctor (2001 apud KAGEYAMA, 2008) argumentam que não há definição conceitual ou empírica exata para o termo “rural”. As áreas rurais constituem o espaço no qual assentamentos humanos e infra-estrutura ocupam apenas pequenas manchas da paisagem, na qual maior parte é dominada por campos e pastagens, bosques e florestas, água, montanhas e deserto.

Favareto (2006), também na tentativa de explicar o que é o rural, faz uma comparação entre as diversas definições existentes em estudos realizados na França, Estados Unidos e

OCDE. Na França, o *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* (INSEE) formulou a noção de Zoneamento em Áreas Urbanas (ZAU), em 1996, onde os espaços urbanos passaram a ser categorizados em dois grupos: os “pólos urbanos”, onde existe uma oferta de, pelo menos, cinco mil empregos; a “coroa periurbana”, formada pelas comunas em que, pelo menos, 40% da população ativa trabalha nos pólos urbanos ou nas comunas sob sua influência. Assim, estas duas categorias formavam o espaço predominantemente urbano.

No caso dos espaços rurais, eles eram divididos em quatro categorias: o “rural sob fraca influência urbana”, formado por comunas onde, pelo menos, 20% da população ativa trabalha num centro urbano próximo; os “pólos rurais”, pequenas localidades que oferecem entre dois e cinco mil empregos e que, dessa forma, comportam mais postos de trabalho do que habitantes, mostrando-se um local atrativo; a “periferia dos pólos rurais”, com as comunas nas quais, pelo menos, 20% da população trabalha nos pólos; e, por fim, o “rural isolado”, que representa 10% da população total ou aproximadamente um terço do território (INRA/INSEE, 1998 *apud* FAVARETO, 2006).

Já nos Estados Unidos, o autor aponta que coexistem duas classificações oficiais: a do *U.S. Census Bureau* e a do *Office of Management and Budget* (OMB). Na classificação do *U.S. Census Bureau* as áreas urbanas podem ser de dois tipos: áreas urbanizadas ou “*clusters* urbanos”. A área urbanizada deve ter mais que cinqüenta mil pessoas e um núcleo com densidade superior a trezentos e oitenta e seis habitantes por quilômetro quadrado. Os “*clusters* urbanos” são localidades com população entre duas mil e quinhentas e cinqüenta mil pessoas, mas que atinjam os mesmos níveis de densidade demográfica. No caso da população rural, ela é definida como sendo aquela que está fora tanto das áreas urbanizadas quanto dos “*clusters* urbanos”.

De acordo com Veiga (2004), contrariamente ao que ocorre com a classificação censitária do *U.S. Census Bureau*, a OMB fornece estimativas anuais de população, emprego e renda. Ela é de ordem político-administrativa e separa essencialmente condados metropolitanos (“*metro*”) e não metropolitanos (“*nonmetro*”). Um condado é considerado economicamente ligado a uma aglomeração metropolitana se 25% dos trabalhadores residentes estiverem ocupados nos condados centrais, ou se 25% de seus empregados fizerem o movimento pendular inverso (“*reverse commuting pattern*”). Além disso, os condados “*nonmetro*” são subdivididos em duas categorias: as “*micropolitan* áreas”, centradas em núcleos urbanos com mais de 10 mil habitantes, e “*noncore*” para o restante dos condados.

Veiga (2004) ainda aponta que para propósitos analíticos, o Serviço de Economia Rural, vinculado ao Departamento de Agricultura (ERS/USDA), utiliza um híbrido que resulta de uma mescla das duas classificações normativas oficiais.

Por fim, tem-se a classificação da OCDE, que separa suas comunidades locais em duas categorias: rurais ou urbanas. São rurais as localidades que possuem densidade populacional inferior a 150 hab/km² (no caso específico do Japão, 500 hab/km²). Em seguida, as regiões são classificadas em três categorias, segundo a proporção da população que reside dentro das comunidades locais rurais. As regiões são consideradas como “essencialmente rurais” (“*essentiellement rurales*”) se esta proporção é de mais de 50%, “relativamente rurais” (“*relativement rurales*”) se esta proporção é 15 a 50%, e “essencialmente urbanizadas” (“*essentiellement urbanisées*”) se esta proporção é inferior a 15% (OCDE, 1994).

O que existe em comum nas tentativas empreendidas pelo INSEE, pelo *U.S. Census Bureau*, pela OMB ou pela OCDE, é, de acordo com Favareto (2006), a busca em ultrapassar as definições substantivas do rural, passíveis de serem expressas em um único critério ou dimensão, para formas onde seja possível vislumbrar seu conteúdo relacional ao urbano e às dinâmicas sociais e econômicas que lhe envolvem. Uma tarefa incontornável diante da mobilidade e da integração crescente entre os espaços.

Abramovay (2000) também analisou os limites das definições convencionais vindas dos Estados Unidos, da França e da OCDE, de repensar o meio rural, ressaltando que as categorias analíticas são bem diferentes entre si, mas suas preocupações de base são muito próximas e podem ser resumidas em cinco pontos:

- a) Nos três casos, o importante é a definição espacial e não setorial de ruralidade;
- b) Não existe fatalismo demográfico capaz de condenar as áreas não densamente povoadas ao abandono constante. Ao contrário, em muitos casos, há um nítido fenômeno de “renascimento rural” nos Estados Unidos, na França e em outros países da OCDE;
- c) O meio rural só pode ser compreendido em suas relações com as cidades, com as regiões metropolitanas e também com os pequenos centros em torno dos quais se organiza a vida local. É crucial o papel destes pequenos centros na dinamização das regiões rurais;
- d) Nem toda aglomeração urbana provida de um mínimo de serviços pode ser adequadamente chamada de “cidade”. É importantíssimo o papel das cidades rurais no desenvolvimento territorial;

- e) Embora existam traços comuns da ruralidade, é claro que o meio rural caracteriza-se por sua imensa diversidade. Estabelecer tipologias capazes de captar esta diversidade é uma das mais importantes missões das pesquisas contemporâneas voltadas para a dimensão espacial do desenvolvimento.

Abramovay (2000) conclui dizendo que o desafio fundamental da pesquisa é estabelecer parâmetros estatísticos capazes de conceber o meio rural a partir de sua dupla relação com os pequenos aglomerados populacionais de que depende imediatamente e com as cidades que lhe imprimem o essencial de sua dinâmica.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera rural a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores na seguinte situação: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural outros aglomerados, rural exclusive aglomerados (IBGE, 2000).

Cada situação é classificada da seguinte forma:

a) Rural de extensão urbana: setor rural situado em assentamentos que estão em áreas externas ao perímetro urbano legal, mas desenvolvidos a partir de uma cidade ou vila, ou por elas englobados em sua extensão;

b) Rural povoado: setor rural situado em aglomerado rural isolado sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), cujos moradores exercem atividades econômicas no próprio aglomerado ou fora dele. Caracteriza-se pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atendimento aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas;

c) Rural núcleo: situado em aglomerado rural isolado, vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina etc.), privado ou empresarial, dispondo ou não dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados;

d) Rural outros aglomerados: rural situado em outros tipos de aglomerados rurais, que não dispõem, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos definidores dos povoados, e que não estão vinculados a um único proprietário (empresa agrícola, indústria, usina etc.);

e) Rural exclusive aglomerados: área externa ao perímetro urbano, exclusive as áreas de aglomerado rural.

Já o Dicionário de Ciências Sociais (1987) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), caracteriza como rural as áreas que possuem baixa densidade demográfica, pouca diferenciação social, pouca mobilidade social e espacial, índices mais baixos de mudança

social, agricultura como ocupação principal e posse da terra como o centro convergente do sistema político-econômico.

Kageyama (2008) ressalta que estas definições do IBGE e da FGV refletem o caráter relativo do rural como oposição, complemento ou resíduo de sua contraparte, ao urbano. Os critérios mais comumente utilizados em todo o mundo para definir as áreas rurais são o tamanho da população e a sua densidade. Além de serem simplificadores da realidade, os aspectos demográficos não são os únicos fatores que diferenciam as áreas rurais das urbanas, tendo em vista que elementos econômicos, sociais e culturais também são de extrema relevância.

Não existe um consenso em relação ao critério a ser adotado para definir os espaços rurais, muito menos um único conceito para caracterizar os mesmos. No entanto, há de se reconhecer que os elementos definidores do rural foram se modificando ao longo do tempo, emergindo a noção de uma “nova ruralidade” (KAGEYAMA, 2008).

Na visão de Gómez (2001), a “nova ruralidade” possui três dimensões cumulativas: uma quanto ao tipo de espaço e atividades que aí se realizam, pois são espaços de baixa densidade onde se realizam atividades agrícolas, florestais, pecuárias, artesanais, pequenas e médias indústrias, pesca, mineração, além de serviços de educação, saúde, comércio, entre outros; outra quanto à especificidade que distingue o rural de outras situações, constituindo a parte fundamental do argumento, tendo em vista que o rural compreende um tipo de relação social com um componente pessoal que predomina em territórios com baixa densidade populacional, fazendo com que esta relação tenha uma forte base nas relações de vizinhança, com presença prolongada e graus de parentesco entre a população ; e uma última que diz respeito ao alcance do rural, que inclui determinados espaços normalmente considerados urbanos como parte da ruralidade.

O trabalho de Wanderley (2000) também ressalta a emergência de uma “nova ruralidade”, destacando alguns aspectos como:

- a) O meio rural sofre um profundo processo de diversificação social e suas relações com o meio urbano podem perder definitivamente o caráter de antagonismo, em benefício das relações de complementaridade. Assim, o rural se torna atrativo para outras categorias sociais de origem urbana, fazendo com que o desenvolvimento dos espaços rurais dependa, não apenas do dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais, da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros

interesses sociais e de realizar uma profunda “ressignificação” de suas próprias funções sociais;

- b) A distância – física e social – que tradicionalmente existia entre os habitantes do campo e da cidade foi sendo, pouco a pouco, reduzida. A paridade econômica e social foi o resultado, sobretudo, da efetiva expansão das cidades, das crescentes facilidades de acesso da população rural – tanto aos bens e serviços modernos, produzidos nos centros urbanos, como a níveis de renda mais próximos aos dos habitantes das cidades – e da tendência à uniformização dos modos de vida. As diferenças observadas no que diz respeito aos principais indicadores econômicos e sociais já não apontam para uma grande disparidade entre uns e outros, levando ao que alguns autores chamam de “modernização rural”, para indicar as transformações ocorridas nas condições de vida dos habitantes do campo;
- c) Cabe considerar a influência do crescimento demográfico. Além da paridade social e da modernização rural, a adoção de certas políticas de caráter econômico (como, por exemplo, uma maior facilidade nos transportes e meios de comunicação), social (a diminuição da idade da aposentadoria) e regional (estímulos ao desenvolvimento local) favoreceu, tanto a redução dos fluxos migratórios do campo para as cidades, como a atração o meio rural de outras categorias sociais;
- d) A valorização do patrimônio natural e cultural de cada localidade, reafirmando uma identidade local que, longe de significar o reforço de particularismos xenófobos, pode constituir um alicerce sólido para a construção de um projeto local de vida social;
- e) Os agricultores vistos como “agricultores territoriais”, isto é, aqueles cuja utilidade social não é medida pelo valor de sua produção, mas pela reconquista dos territórios, função anteriormente abandonada em razão da concentração/intensificação da produção agrícola.

Schneider (2009) afirma que determinar o caráter *novo* ou *velho* de um debate é sempre um esforço inócuo do ponto de vista científico que, no fundo, decorre de uma ideologia que via o processo de desenvolvimento como a superação do rural pelo urbano, ou o triunfo da indústria sobre a agricultura, ou da cidade sobre o campo. Neste sentido, talvez ainda valha a recomendação de que a delimitação ou definição do que é o rural é apenas o “ponto de partida” (mas não o ponto de chegada), para todos aqueles que desejam fazer o estudo

científico e analítico dos objetos que constituem o conteúdo do rural (as relações sociais, interações, instituições e cultura).

Os estudos que passaram a destacar “a nova ruralidade” surgiram na década de 1990. De uma maneira geral, são trabalhos que se inscrevem na análise sobre os efeitos da globalização, tais como as mudanças nas formas de trabalho e suas repercussões sobre a mobilidade da força de trabalho (migrações e deslocamentos populacionais estacionais), e as alterações do papel das políticas públicas para agricultura e o meio rural (SCHNEIDER, 2009).

Do ponto de vista de Kay (2007), a “nova ruralidade” busca ampliar a visão do campo do agrário ao rural, em ressaltar a multifuncionalidade dos espaços rurais, devido à crescente importância das atividades não-agrícolas e da mais fluida e intensa inter-relação entre o rural e o urbano, o local e o global, e em remarcar as significativas mudanças nos padrões culturais e de vida rurais.

Enfim, o rural, de acordo com Kageyama (2008), constitui uma base territorial com características específicas sobre a qual outras entidades atuam e se desenvolvem. As características próprias dos territórios rurais vão, seguindo uma escala de complexidade, desde os aspectos físicos até atitudes e representações simbólicas da ruralidade. O rural também é visto como território socialmente construído e com papéis específicos na reprodução e desenvolvimento das sociedades, que é a relação de complementaridade do rural com as cidades, ou com o urbano, por meio dos mercados, das atitudes em relação às funções atribuídas ao rural e por meio das representações culturais e simbólicas que permeiam a noção de ruralidade.

2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL

As discussões acerca do desenvolvimento têm gerado múltiplas respostas a um processo desigual de crescimento econômico. Assim, economistas das mais variadas correntes teóricas, juntamente com estudiosos de diversas áreas, vêm estabelecendo uma nova visão para o termo desenvolvimento, agregando e dando valor a distintos aspectos.

De acordo com Favareto (2006), inúmeras visões coexistem e disputam os significados que envolvem a idéia de desenvolvimento. Para ele, o desenvolvimento era visto, em um primeiro momento, como evolução e progresso, passando ainda por desenvolvimento enquanto utopia, sendo substituído, posteriormente, pela noção de crescimento econômico,

medido pelo produto ou renda per capita. Dessa forma, desenvolvimento passou a ser tratado como crescimento econômico.

Apesar de condição necessária para o desenvolvimento em suas diversas formas, o simples crescimento do produto tornou-se um indicador insuficiente de desenvolvimento. Então, a idéia passou a incorporar indicadores de bem-estar, por meio do desenvolvimento humano, expresso pelo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, criado, segundo as Nações Unidas, pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e o economista indiano Amartya Sen.

Além dos indicadores de bem-estar, a noção de desenvolvimento também incorporou os indicadores de sustentabilidade ambiental, por meio da expressão *desenvolvimento sustentável* (FAVARETO, 2006). O conceito de desenvolvimento sustentável ficou consagrado em 1987 pelo Relatório Brundtland intitulado *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), o qual diz que desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras (COMISSÃO BRUNDTLAND, 1987).

O primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado em 1990, afirma que o objetivo básico do desenvolvimento é criar um ambiente propício para que os seres humanos desfrutem de uma vida prolongada, saudável e criativa. O Relatório ainda enfatiza que o desenvolvimento humano é um processo mediante o qual se ampliam as oportunidades dos indivíduos, as quais são, mais importantes, uma vida longa, o acesso a educação e desfrutar de um nível de vida decente. Outras oportunidades incluem liberdade política, garantia dos direitos humanos e o respeito próprio (UNDP, 1990).

Os conceitos gerais sobre desenvolvimento aplicam-se igualmente no caso específico que interessa a este trabalho, o do desenvolvimento rural, ou seja, como conceito ancorado no tempo, com uma trajetória de longo prazo, no espaço e nas estruturas sociais presentes em cada caso (KAGEYAMA, 2008).

Para Kageyama (2008), as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam. A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger outras atividades, como o artesanato, o turismo rural e a conservação ambiental; a função populacional, que era de fornecer mão-de-obra para as cidades, passou a demandar o desenvolvimento de infra-estrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção da população na área rural; a função ambiental

passa a ter mais atenção após as fases iniciais de industrialização e demanda do meio rural a criação e proteção dos bens públicos e quase-públicos, como paisagem, florestas e meio ambiente em geral.

No Brasil, Kageyama (2008) coloca que até recentemente o debate acerca do desenvolvimento rural girava em torno da economia agrícola, do agronegócio e de seus mercados. Porém, a autora identifica o desenvolvimento rural como um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental.

De acordo com a OCDE (1995), o desenvolvimento rural tem cada vez mais se tornado um conceito territorial, que lida com as diferenças espaciais em problemas e perspectivas, oportunidades e opções. Nesse sentido, é importante ter em mente o conceito de território.

Segundo Abramovay (2006), o território, mais que uma simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais, dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico.

Schneider (2009) afirma que o conceito de território é aplicado nos diferentes campos das ciências sociais e que é possível classificar as diferentes perspectivas que utilizam o conceito de território segundo três paradigmas principais.

O primeiro paradigma tende a definir o território a partir da interação dos humanos com o espaço. Resultam daí formas de uso e de transformação do espaço, espaços criados, espaços construídos ou espaços transformados. Além disso, esta perspectiva também pensa o espaço a sua dimensão instrumental e normativa, no sentido de que um determinado lugar pode ser demarcado e apropriado por aqueles que são capazes de mantê-lo sob sua guarda e domínios vertentes analíticas que mais se identificam com esta perspectiva de uso do conceito de território são as perspectivas marxistas e as abordagens neo-ratzelianas (SCHNEIDER, 2009).

O segundo paradigma refere-se à visão dos estudiosos que pensam o território a partir das relações entre as dimensões imateriais, culturais e simbólicas, com o espaço. Neste caso, o território reflete uma configuração social que se situam em um ponto no espaço, podendo ser um grupo de jovens que vive em determinado ambiente urbano ou um grupo de indígenas que habita uma porção de terra (SCHNEIDER, 2009).

O terceiro paradigma, ainda de acordo com Schneider (2009), inscreve-se no amplo campo dos estudos de economia, do planejamento e da geografia do desenvolvimento. Nesta perspectiva, o conceito de território é associado ao de região, sendo muitas vezes tratado como sinônimo. A preocupação com o espaço-região é uma questão fundamental para a geografia possibilista, inspirada em Paul Vidal de La Blache (1896), que pensava as regiões a partir de seus atributos naturais como relevo, clima, atividades econômicas e infra-estrutura.

Assim, considerando a importância desse conceito, cada vez mais se considera o enfoque territorial do desenvolvimento rural.

Ainda sobre o desenvolvimento rural, ele é também um conceito multissetorial, preocupado com uma ampla gama de variáveis demográficas, econômicas, sociais e ambientais. Ele salienta a importância da integração transversal, horizontal das atividades e políticas. Finalmente, o desenvolvimento rural é um conceito dinâmico, preocupado com o meio de mudanças de longo prazo e os ajustes na tecnologia e ecologia, economia e sociedade (OCDE, 1995).

Uma grande parte do desenvolvimento rural está preocupada em assegurar que a distribuição da população não fique demasiadamente inclinada em direção a áreas urbanas. Para evitar isso, análises da pressão demográfica, emprego, criação de emprego e bem-estar econômico, são temas em curso na vanguarda do desenvolvimento rural. Políticas de desenvolvimento rural são elementos importantes dentro do pacote global de estratégias de longo prazo do desenvolvimento nacional, que podem preservar o emprego e criar novos empregos e, assim, evitar o despovoamento de regiões inteiras. No entanto, houve uma mudança recente no pensamento da ideia de desenvolvimento como um processo principalmente ou inteiramente ligado ao crescimento econômico, para um pensamento baseado em aumentos na qualidade de vida. De fato, algumas áreas rurais contribuem para a qualidade de vida da sociedade como um todo, porque contêm importantes bens públicos ou quase públicos, tais como um ambiente limpo, paisagens atraentes e patrimônio cultural (OCDE, 2001).

O desenvolvimento rural é também um processo multi-nível, multi-atores e multifacetado. Multi-nível englobando o nível global, o nível intermediário, o nível da firma individual, o nível do território e seus diversos atores e, por fim, o nível das políticas e instituições. Já a complexidade das instituições envolvidas no processo de desenvolvimento rural é que faz com que dependa de múltiplos atores, envolvidos em relações locais e entre as localidades e a economia global. E, finalmente, as novas práticas, como conservação da

natureza, agroturismo, agricultura orgânica, vendas diretas, entre outros fatores, fazem do desenvolvimento rural também um processo multifacetado (VAN DER PLOEG *et. al.*, 2000).

Os autores vão mais longe em outro trabalho ao evidenciar que o desenvolvimento rural trata, essencialmente, sobre a revitalização e fortalecimento do rural. O desenvolvimento rural não pode ser simplesmente equiparado ao crescimento econômico ou desenvolvimento das regiões rurais. O desenvolvimento rural visa reposicionar o rural na sociedade mais ampla, fazendo o rural mais atraente, mais acessível, mais valioso e mais útil para a sociedade como um todo (incluindo os camponeses). Desenvolvimento rural é baseado em recursos naturais: ele reproduz e desenvolve ainda mais esses recursos. Por conseguinte, co-produção é fundamental para o desenvolvimento rural. Por meio do desenvolvimento rural, a economia rural, na medida em que é fundamentada no uso sustentável dos recursos naturais, é fortalecida (VAN DER PLOEG *et. al.*, 2008).

O desenvolvimento rural não deve ser equiparado, com o crescimento da economia rural. Nem todas as formas de crescimento econômico no meio rural podem ser definidas como desenvolvimento rural. Somente quando o uso e desenvolvimento de recursos rurais traduzem, direta ou indiretamente, as atividades econômicas e a produção associada ao valor agregado, existe um alinhamento entre o desenvolvimento rural e o crescimento econômico rural (VAN DER PLOEG *et. al.*, 2008).

Dois visões gerais no debate acerca das teorias de desenvolvimento rural são identificadas por Mior (2006): uma centrada na globalização e internacionalização e a outra na re-localização e diversidade da agricultura e do sistema alimentar. Na primeira visão, a agricultura teria perdido seu dinamismo econômico, ideológico e político e que a estrutura agrícola não é mais a força econômica que formata o sistema alimentar e a sociedade rural. Assim, a tendência desta abordagem seria ignorar a estrutura da própria agricultura e enfatizar as dinâmicas econômico-políticas das cadeias de *commodities* e sistemas alimentares pensadas como determinando as estruturas agrícolas.

Já a abordagem da re-localização e diversidade, argumenta que o tratamento dado pela perspectiva da economia política - particularmente a globalização - teria sobre-enfatizado as forças homogeneizadoras sobre a produção agrícola. Ao invés de valorizar as forças externas da mudança social, propõe-se uma análise da mudança rural centrada nos atores sociais. Deste modo, a perspectiva da re-localização enfatiza a diversidade local entre as empresas agrícolas (MIOR, 2006).

Schneider (2004) define desenvolvimento rural como um processo que resulta de ações articuladas, que objetivam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais na esfera do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, climáticos e tecnológicos, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial.

Schneider (2007) faz também uma síntese das principais vertentes sobre o desenvolvimento rural no Brasil. Para o autor, o debate ganhou força a partir da década de 90, principalmente em função dos interesses do Estado e das políticas públicas. Outro aspecto a ser considerado como parte do contexto em que emerge a discussão sobre o desenvolvimento rural na década de 1990, refere-se às mudanças da própria sociedade civil brasileira como um todo. Na década de 1980 as organizações e movimentos sociais que haviam sido reprimidos durante a ditadura militar retornaram ao cenário político. Contudo, a diferença desta época, é que na década de 1990 o escopo de ação dos movimentos e das organizações sociais parece ter se alterado, pois deixaram de ser apenas reivindicativos e contestatórios, passando também a ser proativos e propositivos (SCHNEIDER, 2008).

Um último aspecto a ser considerado como parte do contexto em que se começa a discutir o desenvolvimento rural no Brasil na década de 1990 está relacionando com a incorporação da noção de sustentabilidade e meio ambiente. A realização da Conferência da ONU para o Meio Ambiente, em 1992 no Rio de Janeiro, trouxe consigo uma mobilização política que teve repercussões importantes sobre as instituições, o Estado e, sobretudo, os intelectuais e mediadores políticos. Assim, as diferentes esferas de governo passaram a criar instâncias de ação para tratar das questões do meio ambiente, muitas delas envolvendo regulamentações que prevêm a realização de estudos de impacto e formas de controle da atividade econômica. Paulatinamente, a agenda do desenvolvimento foi incorporando múltiplas dimensões e recebendo as mais diversas adjetivações (SCHNEIDER, 2008).

Levando em conta, portanto, a relevância que o desenvolvimento rural ganhou no transcorrer dos anos, a ONU (2007) estabelece alguns objetivos que a políticas voltadas para o assunto devem possuir:

- a) Ser capaz de, pelo menos, manter sua população e dentro dela uma estrutura etária da população viável;

- b) Diversificar a sua base econômica para além do setor primário, manter ou mesmo aumentar as taxas de emprego para absorver a perda de empregos no setor primário;
- c) Ser capaz de manter as taxas de pobreza e desemprego em um nível não inferior do que aqueles em áreas urbanas. Devem também oferecer oportunidades de emprego para mulheres e jovens;
- d) Ser tão facilmente acessível quanto possível e fornecer um conjunto mínimo de serviços. Isso significa que eles devem ser bem relacionados com as áreas vizinhas. A prestação de fácil acesso à educação e os cuidados de saúde para a população local também são necessários para manter a atratividade da vida no local;
- e) Manter a saúde física e mental da população rural tão boa quanto ele estaria em outro lugar;
- f) Fazer seus principais jogadores trabalharem em conjunto com objetivos comuns. As metas e os valores são definidos usando uma abordagem *bottom-up*. O governo local deve ser habilitado com razoável autonomia fiscal e de decisão;
- g) Ser responsável por seu próprio desenvolvimento e não tê-lo feito por outras pessoas.

Para Van Depoele (2000), uma política de desenvolvimento rural deve ser multissetorial e contribuir para:

- a) Uma agricultura competitiva onde for possível (função alimentar);
- b) Manter a agricultura onde necessária para a proteção do ambiente (função ambiental);
- c) Aumentar a viabilidade e a qualidade de vida nas áreas rurais.

Nesse contexto, Veiga (2001) identifica os principais fatores que favorecem o desenvolvimento rural: fatores gerais de desenvolvimento, como a menor desigualdade no acesso à terra e à educação; uma agricultura diversificada, notadamente a de base familiar, que possui mais chance de alavancar o desenvolvimento local nas regiões rurais do que as grandes plantações especializadas; as concentrações espaciais de atividades constituem condições propícias para o dinamismo das áreas rurais; a presença de arranjos institucionais adequados que permitem valorizar o território e desencadear ações para o desenvolvimento rural.

Além desses fatores, Veiga ainda apontou outros elementos importantes para o desenvolvimento rural: a integração mercantil com cidades da própria região; a combinação de uma agricultura familiar consolidada com um processo de urbanização e industrialização

descentralizado, gerando um mercado local de consumo de produtos diversificados e fornecimento de matérias-primas e mão-de-obra rural para a indústria local; a pluriatividade das famílias rurais, que permite a retenção de população e a redução do êxodo rural; a diversidade das fontes de renda, permitindo maior autonomia e menor instabilidade de renda; os programas de geração de emprego e de melhoria da qualidade de vida; e, por fim, a existência de recursos territoriais que permitam produzir para mercados específicos (VEIGA, 2000).

O autor também destaca que pode ocorrer, contudo, que o potencial de um território seja desfavorável tanto à exploração de economias de escala, quanto de escopo, o que é muito freqüente em regiões rurais. Neste caso, elas só se dinamizam quando invertem o jogo e se transformam em mercados nos quais podem ser realizadas economias de escala ou escopo criadas em outros territórios, em geral urbanos. É o que ocorre com as regiões de vocação turística (VEIGA, 2000).

As economias rurais mais dinâmicas são as polivalentes, que simultaneamente importam consumidores de seus atributos territoriais e exploram economias de escala e de escopo na exportação de seus produtos. Só que é muito raro que uma região disponha de condições naturais e humanas tão privilegiadas. Por isso, acaba por prevalecer uma espécie de divisão espacial dessas vantagens competitivas, na qual manchas dinâmicas de vários tipos, e com vários graus de diversificação, se entrelaçam aos enclaves resultantes da especialização. O objetivo estratégico de uma agenda de desenvolvimento rural só pode ser, portanto, o de maximizar as manchas de dinamismo e minimizar os enclaves. Um duplo desafio que torna crucial a descoberta de usos mais sustentáveis dos recursos naturais e, sobretudo, da biodiversidade (VEIGA, 2001).

Em suma, o desenvolvimento rural, segundo Favareto (2006), é uma categoria pertinente de compreensão do mundo. Isto se justifica tanto pela permanência da ruralidade como característica marcante de boa parte dos espaços nos países da periferia do capitalismo, mas também no chamado núcleo central da economia mundial, como pela possibilidade de se definir teoricamente o que é rural, distinguindo-o do urbano, e o que é desenvolvimento, para além do viés normativo ou do discurso ideológico. Ao operar esta distinção, não se deve separar os dois pólos, o rural e o urbano. Em vez disso, a afirmação da diferença de ambos deve servir para realçar o que lhes é específico e, ao mesmo tempo, para identificar as instâncias empíricas por meio das quais se possam vislumbrar o conteúdo relacional dos dois domínios.

Compreender os fenômenos relativos ao desenvolvimento rural significa, portanto, buscar o entendimento da complementaridade conflituosa que cerca a evolução de determinadas configurações territoriais, onde os traços definidores da ruralidade se compõem sob formas distintas e historicamente situadas de articulação com o urbano (FAVARETO, 2006).

2.3 INDICADORES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE MEDIDA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Tendo reconhecido a grande prioridade dada ao desenvolvimento rural, é evidente que há uma forte demanda de estatísticas e indicadores para acompanhamento das metas de desenvolvimento rural. Uma política pública provavelmente será mais eficaz se a concepção e execução dos programas são baseadas em informações confiáveis sobre a extensão dos problemas que a política tenta abordar e como eles estão mudando ao longo do tempo (UN, 2007).

Sendo assim, os indicadores desempenham muitas funções. Eles podem levar a melhores decisões e ações mais eficazes, simplificando e tornando disponíveis informações agregadas. Eles podem ajudar a incorporar o conhecimento das ciências físicas e sociais na tomada de decisões, e podem ajudar a medir e calibrar o progresso em direção às metas de desenvolvimento sustentável. Eles podem oferecer um sistema de alerta precoce para prevenir retrocessos econômicos, sociais e ambientais. Eles também são ferramentas úteis para comunicar idéias, pensamentos e valores (UN, 2007).

De acordo com Brünger (2004), não existe uma definição geral do que constitui um indicador como um subconjunto especial de resultados estatísticos, em qualquer documento oficial a nível internacional que seria aplicável a todas as áreas das estatísticas oficiais. No entanto, o termo indicador é usado com frequência constante. Uma razão pode ser que os termos "estatísticas" ou "os resultados estatísticos" não atraem tanta atenção dos usuários e meios de comunicação como o termo indicador. O tom implícito do termo indicador é que ele é mais do que uma estatística comum, como o tamanho da população ou a quantidade produzida de algum bem, pois como indicadores de resultados merecem mais atenção do que as estatísticas comuns.

Brünger (2004) enumera quatro maneiras de abordar e definir indicadores:

- a) A primeira e mais evidente abordagem dos indicadores é que eles são simplesmente a combinação, por meio de um algoritmo, de dois (ou mais) resultados estatísticos, com o propósito de formar uma nova medida. A forma mais simples é por meio de um numerador e um denominador. Os dois elementos podem ser tirados a partir das mesmas estatísticas ou de duas estatísticas diferentes;
- b) A segunda abordagem para o termo indicador utiliza uma interpretação normativa, com a possibilidade de estabelecer rankings ou tabelas comparativas quando aplicadas a regiões, países ou outras unidades adequadas, no mesmo período de tempo. Os indicadores, nesse caso, serão estatísticas oficiais que permitirão uma declaração de "melhor" ou "pior" (incluindo a quantificação da diferença), tanto nas comparações ao longo do tempo e através do espaço. Ser um indicador na primeira definição é um pré-requisito para a interpretação normativa; no entanto, nem todos os indicadores da primeira definição levam a uma interpretação normativa;
- c) A terceira abordagem diz respeito aos indicadores que cobrem apenas uma parte de um conceito alvo, que continua sem ser medido no âmbito das estatísticas oficiais. Este tipo de indicador pode ser encontrado em áreas que carecem de uma unidade de medida comum, como as estatísticas sociais (por exemplo, saúde, educação, qualidade de trabalho ou o crime), as estatísticas ambientais e de alguns novos fenômenos que abrangem aspectos de ambas as estatísticas econômicas e sociais, tendo como exemplos a globalização, a competitividade e a sociedade da informação. Nesta abordagem, o termo indicador significa algo mais amplo do que aquilo que efetivamente é mensurado;
- d) Finalmente, a quarta abordagem diz respeito aos chamados indicadores sintéticos. Estes são medidas compostas de indicadores individuais destinadas a dar uma visão fácil de um complexo conjunto de indicadores e estatísticas. Diferentes formas e técnicas de ponderação das séries individuais são utilizadas. Um exemplo óbvio é encontrado no Relatório Anual de Desenvolvimento Humano da ONU. A necessidade de ponderação decorre do fato de que tanto os componentes não são expressos na mesma unidade de medida ou se referem a itens diferentes, onde não existe um método óbvio de agregação.

Seja uma abordagem ou outra, é preciso ter em mente que sem uma referência explícita para uma tarefa analítica específica ou objetivo para uma determinada política, os indicadores são apenas dados estatísticos ou variáveis que fornecem somente informações potencialmente

úteis. A lógica subjacente a certos dados estatísticos relativos aos fins especificados deve ser baseada, no mínimo, em uma hipótese, se não em uma teoria mais elaborada ou modelo. De fato, os indicadores podem ser vistos freqüentemente como uma primeira tentativa de estruturar complexas inter-relações que podem, no final, ajudar a formular teorias mais sofisticadas (OECD, 1996).

Segundo as Nações Unidas (2007), os indicadores devem atender os seguintes critérios:

- a) Devem ser relevantes;
- b) Eles devem ser simples e facilmente compreensíveis;
- c) Eles devem ser orientados para um problema;
- d) Devem ser claramente definidos;
- e) Eles devem basear-se na mesma unidade estatística;
- f) Eles devem resultar em conclusões facilmente comunicadas aos responsáveis políticos;
- g) No caso ideal, eles devem reagir rapidamente a situações de mudança.

No entanto, a seleção dos indicadores fica quase sempre comprometida, pois eles dependem, muitas vezes, dos dados disponíveis, porque os recursos financeiros são limitados em quase todos os países. Por isso, em primeiro lugar, é necessário explorar todos os tipos de dados e fontes disponíveis; a prioridade é dada freqüentemente aos indicadores que sejam capazes de auxiliar no monitoramento de rotina das políticas. Por exemplo, as políticas que abordam o desenvolvimento rural para um país inteiro têm que descrever os problemas ou metas comuns a todas as zonas rurais do país. Indicadores de problemas específicos de determinadas áreas rurais são menos propensos a serem desenvolvidos (UN, 2007).

O marco conceitual sobre os indicadores sociais foi dado na década de 1960, utilizando-os como instrumentos de acompanhamento e avaliação de impacto das políticas sociais (SILVA, 2006). Os indicadores sociais, quando bem aplicados, possuem a capacidade de enriquecer a explanação da realidade social e orientar, de forma mais consistente, a análise, a formulação e a implementação de políticas sociais (JANNUZZI, 2002).

Em particular, os indicadores de desenvolvimento são uma medida normalmente quantitativa composta por um significado social, utilizado para suprir, mensurar, ou operacionalizar um conceito abstrato, de importância teórica (dentro de uma pesquisa acadêmica), ou pragmática (na formulação de políticas sociais). Não deixa de ser, da mesma forma, um recurso metodológico que ilustra uma característica da realidade social ou uma mudança sendo processada na mesma (JANNUZZI, 2002).

O primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado em 1990, coloca que a medição do desenvolvimento humano deve centrar-se em três elementos essenciais da vida humana: longevidade, conhecimentos e níveis decentes de vida. A longevidade possui como principal indicador a esperança de vida ao nascer. A importância da esperança de vida reside na crença comum de que uma vida prolongada é valiosa e no fato de que vários benefícios indiretos (tais como nutrição adequada e boa saúde) estão estreitamente relacionados com uma maior esperança de vida (UNDP, 1990).

Quanto ao segundo componente, conhecimentos, as cifras sobre alfabetismo são apenas um reflexo do acesso à educação, particularmente a educação de boa qualidade, tão necessária para levar uma vida produtiva na sociedade moderna. Já o nível decente de vida é talvez o indicador mais difícil de ser medido. Precisa de dados sobre o acesso à terra, ao crédito, à renda e outros recursos. Dada a escassez de informações sobre muitas dessas variáveis, utiliza-se o indicador de renda para medir o nível decente de vida (UNDP, 1990).

Kayano e Caldas (2001) definem indicadores sociais como importantes instrumentos para verificar a gestão e a eficiência da administração pública e privada, pois admitem comparar situações entre localidades diferentes em diversos períodos, dentro ou fora de um mesmo município.

Segundo Silva (2006), na década de 1980 no Brasil, o contexto de descentralização administrativa e tributária em favor dos municípios, bem como o planejamento no âmbito local determinado pela Constituição de 1988, fez com que o uso de indicadores fosse mais difundido, como método de contribuição da análise e acompanhamento de políticas públicas.

Melo (2005) afirma que apesar da importância desses mecanismos de aferição da “realidade”, ainda que, muitas vezes, de forma parcial, é importante ressaltar as suas limitações. Primeiramente, é fundamental considerar que os diagnósticos, mesmo abrangentes, são retratos parciais e viesados da realidade: espelham o que a visão de mundo e a formação teórica dos técnicos de planejamento permitem ou priorizam. Além disso, a defasagem entre planejamento e ação pode tornar inadequadas as iniciativas formuladas em virtude de mudanças no contexto social e de novos desafios.

A autora ainda ressalta que os indicadores sociais são estatísticas importantes, pois possibilitam a comparação de situações entre localidades e entre períodos diferentes de um mesmo município, tornando-se, assim, uma forma de fiscalizar as condições sociais da população e subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diversas esferas governamentais (MELO, 2005).

No caso dos indicadores de desenvolvimento rural, Bryden (2001) ressalta que eles precisam ser baseados em estatísticas publicadas que são coletadas consistentemente em áreas comparáveis, usando a mesma unidade de medida e baseados em uma definição clara. Os indicadores devem ser também sensíveis à mudanças e tendências através do tempo, podendo informar a direção política futura. Para tanto, o autor coloca que indicadores para o desenvolvimento rural envolvem freqüentemente a re-avaliação de conceitos bem conhecidos e conjuntos de dados no âmbito da política rural. Em alguns casos, este processo é acompanhado por uma definição de rural.

Em especial, segundo a OCDE (1996), as três seguintes questões devem ser abordadas no processo de seleção das variáveis para construir os indicadores de desenvolvimento rural:

- a) Quais são os requisitos básicos para a construção de um indicador?
- b) Quais são as dimensões específicas do desenvolvimento rural, que devem ser capturados por meio de indicadores rurais?
- c) Quais são os propósitos de coletar e disponibilizar indicadores internacionais?

Neste contexto, atenção especial deve ser dada à qualidade dos dados estatísticos e suas fontes, a disponibilidade dos dados e de aptidão para o *benchmarking* internacional (OECD, 1996).

Além disso, vale destacar que o interesse renovado em indicadores de desenvolvimento rural está gerando demandas crescentes para mensurar: a situação rural, sua estrutura e seus problemas; os progressos, as tendências e o desenvolvimento nessa situação e o nível de bem-estar dos cidadãos rurais (BRYDEN, 2002).

De uma forma geral, Bryden (2002) destaca que os esforços de várias organizações em criar indicadores territoriais para o desenvolvimento rural ainda estão numa fase inicial, principalmente porque muitas estratégias, políticas e programas ainda são tratados a nível setorial e não a nível territorial.

Como parte deste trabalho, serão apresentados alguns requisitos que os indicadores de desenvolvimento rural devem possuir, propostos por organizações internacionais.

2.3.1 Proposta da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

A Divisão de Desenvolvimento Rural e Regional (*Rural and Regional Development Division*) do Serviço de Desenvolvimento Territorial (*Territorial Development Service –TDS*)

da OCDE foi criada em 1994 para reunir os programas anteriormente dispersos em questões urbanas, de desenvolvimento rural e política regional (BRYDEN, 2001). O primeiro relatório da OCDE sobre indicadores rurais - *Creating rural indicators for shaping territorial policies* (1994) - descreveu a estrutura conceitual básica, as definições e tipologias adotadas, e forneceu uma visão geral sobre as condições de desenvolvimento rural e as tendências nos países da OCDE.

A OCDE desenvolveu os seguintes requerimentos para os indicadores rurais (OECD,1996):

- a) Comunicação: os indicadores de desenvolvimento rural da OCDE devem permitir que seus países-membros¹ se comuniquem melhor e discutam seus problemas nacionais de desenvolvimento rural, assim como suas perspectivas;
- b) Comparação: os indicadores de desenvolvimento rural da OCDE devem facilitar a identificação, entre os países-membros, de similaridades e diferenças no desenvolvimento rural, com base em dados estatísticos comparáveis, de modo que uma troca proveitosa de opiniões e experiências seja possível;
- c) Cooperação: os indicadores de desenvolvimento rural da OCDE podem até incentivar os países-membros a cooperarem no delineamento e avaliação de suas estratégias de desenvolvimento rural.

O Projeto da OCDE de indicadores de desenvolvimento rural pretende estabelecer uma base de informações consistentes para a descrição sistemática geral, bem como para a análise transnacional das condições rurais e tendências, que constituem as bases para a concepção, implementação e impacto de políticas de desenvolvimento rural em países-membros da OCDE.

Indicadores da OCDE não devem ser considerados como imposição de conceitos uniformes a nível nacional, mas sim de ajudar a fornecer uma linguagem comum que permita a comunicação internacional de semelhanças e diferenças. Para cumprir esta tarefa:

- a) As estatísticas sobre as quais os cálculos dos indicadores são baseados devem ser harmonizadas e comparáveis com o grau necessário para fazer uma comunicação significativa internacional;

¹ Os 31 países-membros da OCDE são: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coréia, Dinamarca, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça, Turquia.

- b) Os resultados gerados a partir destas fontes devem ser suficientemente diferenciados e específicos na medida em que eles refletem adequadamente toda a gama de diversidade territorial.

A partir das considerações acima, a OCDE derivou três princípios básicos, que são importantes para qualquer tentativa de desenvolver e operacionalizar um conjunto de indicadores:

- a) Relevância: para ser relevante, o indicador deve servir a um propósito claramente definido. Assim, a análise e/ou os objetivos das políticas de desenvolvimento e uso dos indicadores devem ser especificados. Considerar a relevância dos indicadores implica sempre uma identificação de seus usuários potenciais. Para aqueles indicadores que são implementados para moldar, implementar ou monitorar políticas, a relevância também implica levar em conta o contexto administrativo, seja nacional, regional ou local, em que eles possam ser interpretados;
- b) Confiança: para ser confiável, o indicador deve ter uma base científica sólida. A confiabilidade do indicador e seu conceito analítico dependem da qualidade dos fundamentos teóricos ou modelos em que se baseiam. Na medida do possível, o poder explicativo do indicador deve ser intuitivo para os usuários potenciais e não apenas para especialistas treinados. Isto é mais provável de ser alcançado se a medida é direta e mais próxima possível do fenômeno observado;
- c) Realização: para ser realizável, o indicador deve ser construído com dados estatísticos disponíveis. Disponibilidade depende do grau em que o conceito analítico pode ser operacionalizado, o tipo da fonte de dados, e sobre a possibilidade de montagem de dados dentro dos limites razoáveis de tempo e recursos. Realizável, assim, centra-se na produção de indicadores, na viabilidade da coleta de dados e no seu processamento (OECD, 1996).

Caso a seleção de indicadores de desenvolvimento rural seja guiada em parte por princípios aplicáveis a qualquer conjunto de indicadores, também deve ser conduzida por características que são específicas ao desenvolvimento rural. Existem três dimensões básicas do desenvolvimento rural, que qualquer avaliação razoável das condições e tendências rurais deve ter em conta:

- a) Território: desenvolvimento rural é um conceito espacial. Ele lida com diferenças territoriais em problemas e perspectivas, opções e oportunidades. Tais diferenças podem ser consideradas de forma positiva (diversidade) ou negativa (disparidades).

Em ambos os casos, a distribuição territorial determina o desempenho global e a viabilidade dos sistemas econômicos, sociais e ambientais, bem como a eficácia e a eficiência de políticas relacionadas;

- b) Temas: desenvolvimento rural é um conceito multissetorial. Ele está preocupado com uma ampla gama de variáveis demográficas, econômicas, sociais e ambientais. Muitas vezes constitui um quadro apropriado para a integração horizontal de várias atividades e políticas;
- c) Tempo: desenvolvimento rural é um conceito dinâmico. Ele não está preocupado com o mero passar o tempo, mas com dinâmicas concretas e históricas, que são refletidas em mudanças de opções tecnológicas, estruturas econômicas, atitudes sociais e percepções.

Qualquer conjunto de indicadores rurais, portanto, tem de fornecer informações sobre uma variedade de assuntos econômicos e sociais. Tem que fazer isso de forma diferenciada territorialmente e deve ser capaz de refletir mudanças ao longo do tempo (OECD, 1996).

Com base nas definições geográficas citadas anteriormente, o conjunto de indicadores rurais básicos é classificado em quatro temas principais (ver Quadro 1). Para cada região, uma “dimensão de desenvolvimento” pode ser definida. Cada região pode ser classificada como uma região dinâmica ou atrasada, o que implica um desempenho acima e abaixo da média, respectivamente (OECD, 1996).

Quadro 1 – Indicadores básicos de desenvolvimento rural da OCDE por temas

População e migração	Bem-estar social e equidade
Densidade	Renda
Mudança	Consumo
Estrutura	Habitação
Domicílios	Saúde
Comunidades	Segurança
	Cultura e recreação
	Comunicação
Estrutura econômica e desempenho	Meio ambiente e sustentabilidade
Força de trabalho	Topografia e clima
Emprego	Uso da terra e suas mudanças
Emprego e estrutura empresarial	Habitat e espécies
Participações setoriais	Solo e água
Produtividade	Qualidade do ar
Investimento	

Fonte: OECD, 1996.

2.3.2 Proposta da União Européia

De acordo com Bryden (2001), no relatório “Proposta de Indicadores Agro-Ambientais” (*Proposal on Agri-Environmental Indicators – PAIS*) da União Européia, um conjunto de critérios, muito similar ao da OCDE, é usado para o cálculo de indicadores. Ele pode ser resumido da seguinte forma:

- a) Sensibilidade: um indicador deve ser capaz de responder a uma ampla gama de condições dentro de uma escala de tempo adequada e uma escala geográfica;
- b) Solidez analítica: um indicador deve basear-se em métodos científicos;
- c) Compreensibilidade: um indicador deve ter um formato que o público-alvo possa compreender, deve ser não-técnico, no caso em que o público-alvo seja o público em geral;
- d) Pertinência: o indicador deve ser relevante para o objetivo desejado, problema ou missão. Isto é particularmente o caso dos indicadores relacionados com políticas públicas. Para os indicadores descritivos, o indicador é avaliado em função particular da problemática do desenvolvimento rural a ser abordado;

- e) Valor de referência: o indicador deve ter um nível de orientação ou referência para medir mudanças ao longo do tempo;
- f) Generalidade: a aplicabilidade do indicador a nível europeu;
- g) Disponibilidade de dados: indicação da disponibilidade dos dados a nível europeu;
- h) Requisitos conceituais: indicação de como a base conceitual do indicador pode ser desenvolvida.

Ainda no mesmo relatório PAIS, Bryden (2001) destaca que os seguintes pontos principais acerca do desenvolvimento rural são definidos:

- a) Bem-estar social / qualidade de vida: características ambientais, disponibilidade de serviços, habitação, segurança, renda e privação;
- b) Estrutura econômica: geral – divisões setoriais, empresa, investimento, atributos da força de trabalho, desempenho, competitividade, inovação e infra-estrutura de negócios; atividades do setor primário – multifuncionalidade da agricultura, diversificação e produtividade, recursos financeiros; atividades do setor de turismo – características físicas do consumo, características físicas da oferta, características do emprego e outros recursos monetários;
- c) Demografia: densidade populacional, variações e estruturas, padrões de deslocamento, questões culturais e nível educacional.

Já no relatório “*Rural Indicators and Rural Development – Final report*”, cujo principal objetivo foi caracterizar os componentes espaciais das zonas rurais na Europa, por meio do desenvolvimento de um conjunto de indicadores, os seguintes dez temas gerais foram propostos: características demográficas e mudanças; emprego e capital humano; riqueza, renda e qualidade de vida; agricultura e mudanças estruturais; multifuncionalidade da agricultura; diversificação econômica rural; inovação e as empresas; política, ambiente rural e paisagens; infra – estrutura (HAY, 2002).

Baseado na experiência do relatório descrito acima e no PAIS, o *European Union’s Statistical Office* (Eurostat) elaborou um conjunto de indicadores para as áreas rurais, que abrange inicialmente apenas algumas áreas do desenvolvimento rural. As áreas abrangidas são: demografia e migração, economia e capital humano, acesso a serviços e infra-estrutura e bem-estar social, classificados conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Indicadores de desenvolvimento rural e suas variáveis na classificação da Eurostat

Demografia e migração	Economia e capital humano
Varição populacional	Formas de emprego
Migração	Importância de setores diferentes
Varição populacional natural	Capacidade de alojamento turístico coletivo
Varição da estrutura etária da população	Ocupação dos alojamentos turísticos
	Peso da manufatura
	Peso do setor terciário
	Varição relativa do desemprego
	Capital humano
	Recursos humanos disponíveis
	Varição relativa do emprego
Acesso a serviços e infra-estrutura	Bem-estar social
Disponibilidade de estradas	Saúde relativa da população
Escolas oferecidas	PIB total
Proximidade de escolas primárias	PIB per capita
	Pobreza
	Qualidade de vida
	Quantidade de bens duráveis por família

Fonte: Eurostat, 2006.

Para desenvolver um sistema de estatísticas comparáveis sobre o desenvolvimento rural, as zonas rurais têm que ser primeiramente definidas para fins estatísticos. A Eurostat estipulou uma classificação para tais regiões com base no grau de urbanização. A distinção é feita entre três diferentes tipos de áreas:

- a) Região densamente povoada: são os grupos de municípios contíguos, cada um com densidade populacional superior a 500 habitantes por km² e uma população total de pelo menos 50 mil habitantes;
- b) Área intermediária: grupos de municípios contíguos, cada um com densidade populacional superior a 100 habitantes por km², que não pertencem a uma densa área povoada. A área deve ter uma população total de menos de 50.000 habitantes ou ser adjacente a uma zona densamente povoada;
- c) Área de baixa densidade populacional: Estes são grupos de unidades territoriais locais não classificadas como densamente povoadas ou intermediárias.

Um grupo de unidade territorial local que cobre menos de 100 km² e está localizado em uma zona densamente povoada ou uma zona de densidade populacional média (intermediária), mas sem o requisito da densidade populacional, é classificado como zona circundante. Caso seja delimitado por uma zona densamente povoada ou uma zona de densidade populacional média, é considerado parte da zona intermediária (EUROSTAT, 2006).

2.3.3 Proposta da Organização das Nações Unidas Para Agricultura e Alimentação (FAO)

Na Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (*World Conference on Agrarian Reform and Rural Development – WCARRD*), realizada em Roma em 1979, as seguintes características foram consideradas necessárias para a seleção dos indicadores sócio-econômicos com fins de monitoramento das atividades:

- a) Relevante;
- b) Válido;
- c) Objetivos e verificáveis;
- d) Sensível;
- e) Viável;
- f) Oportuno;
- g) Simples.

Caso um indicador seja fraco em uma dessas propriedades, um indicador secundário também é incluído (FAO, 1988).

Após a WCARRD, a FAO produziu orientações sobre indicadores sócio-econômicos para monitorar e avaliar a reforma agrária e o desenvolvimento rural. As orientações foram o resultado de um trabalho colaborativo intenso de agências da ONU e alguns países. A lista provisória de indicadores foi colocada à disposição dos países para a elaboração dos respectivos relatórios sobre os progressos na reforma agrária e desenvolvimento rural para as conferências bienais da FAO em 1983 e 1987. As orientações finais foram, então, submetidas à apreciação dos órgãos das Nações Unidas por membros da *ACC Task Force on Rural Development*.

O Programa de Ação da WCARRD afirmou que os objetivos principais do desenvolvimento rural são a erradicação da pobreza, da fome e da desnutrição. Outros

objetivos incluem o crescimento com equidade, a auto-suficiência nacional (sobretudo em alimentos), a harmonia ecológica e a preservação dos recursos finitos. Indicadores que abrangem as seguintes metas e áreas de interesse foram selecionados:

- a) Renda / consumo;
- b) Nutrição;
- c) Saúde;
- d) Educação;
- e) Habitação;
- f) Acesso a serviços da comunidade;
- g) Acesso à terra, água e outros recursos naturais;
- h) Acesso a insumos, serviços e mercados;
- i) Desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas;
- j) Educação, formação e extensão;
- k) Crescimento.

Os principais indicadores são agrupados de acordo com as metas e áreas de interesse da WCARRD. Omissões notáveis da lista de indicadores primários são aquelas relacionadas à participação popular, incluindo a participação das mulheres. Vale ressaltar que nem todos os indicadores primários são relevantes ou significativos a um determinado país, então alguns devem ser substituídos ou complementados, conforme necessário.

Uma seleção foi feita a partir dos indicadores primários de um número menor de "indicadores-chave" que foram consideradas fundamentais para o monitoramento da redução da pobreza, relevantes para a maioria dos países e viáveis do ponto de vista da coleta de dados. Os "indicadores-chave" cobrem o nível de vida, incluindo o acesso aos serviços sociais essenciais, bem como outros indicadores pertinentes à condição de vida rural.

Em 2003, no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, o relatório do Secretário-Geral "*Promoting an integrated approach to rural development in developing countries for poverty eradication and sustainable development*", forneceu uma análise detalhada dos problemas enfrentados pelos países em desenvolvimento (UN, 2003). Em particular, destacou os seguintes elementos de uma abordagem integrada para o desenvolvimento rural:

- a) Reforçar a economia rural;
- b) Desenvolvimento Social;
- c) Uso sustentável dos recursos naturais e a proteção do ambiente;

d) Capacitação dos pobres como uma estratégia de desenvolvimento rural integrado.

Em suma, o relatório afirma: "O desenvolvimento rural acelerado é essencial para alcançar os objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os objetivos de desenvolvimento do milênio. O presente relatório oferece recomendações sobre formas de promover uma abordagem integrada para o desenvolvimento rural, abrangendo as dimensões econômica, social e ambiental, com uma série de articulação das políticas e programas que abordam uma ampla gama de questões relacionadas ao desenvolvimento rural" (UN, 2003).

2.3.4 Proposta do Banco Mundial

A pobreza rural é um problema generalizado em muitos países em desenvolvimento. Há, portanto, a necessidade de um acompanhamento sistemático da sua redução. Para este efeito, o Banco Mundial utiliza um conjunto de indicadores que capta a miríade de aspectos do desenvolvimento rural e da pobreza. Este modelo de indicadores é destinado a ser utilizado pelos formuladores de políticas de acesso ao desempenho dos seus programas nacionais de desenvolvimento rural. Infelizmente, dados desagregados por zonas urbanas e rurais raramente estão disponíveis. Na maioria dos casos, dados agregados nacionais são utilizados. Nos países em desenvolvimento, cerca de 70% dos pobres residem em áreas rurais. Portanto, um país neste grupo não pode esperar elevar-se para sair da pobreza sem abordar especificamente a pobreza na área rural (WORLD BANK, 2000).

O Banco Mundial identificou uma série de fatores-chave que impulsionam melhorias no bem-estar rural, e agrupou-as nas seguintes categorias:

- a) Melhoria na economia rural: implica na melhoria de produtividade da agricultura, fomentando atividades não-agrícolas, a expansão da base de mercado, promoção do setor privado e desenvolvimento de infra-estrutura rural;
- b) Base sustentável dos recursos naturais: na maioria dos países, as economias rurais são dominadas por atividades agrícolas e baseada em recursos naturais. Muitos produtores já estão preocupados com a deterioração da terra, com a base de água em suas áreas e, também, a sensibilização do público para questões ambientais aumenta a urgência na busca de soluções para os problemas de conservação. Há, portanto, um consenso geral de que, se a base de recursos naturais não for gerenciada de uma forma que assegure a

sua produtividade continuada e qualidade ambiental, o crescimento da economia rural não será sustentável;

- c) Promover um ambiente propício para uma base ampla e sustentável de crescimento rural: uma política macroeconômica global adequada e um quadro institucional de apoio são essenciais para o crescimento, redução da pobreza e para o sucesso das atividades de desenvolvimento nas zonas rurais. O arcabouço político e a boa governança que permitem às pessoas rurais efetivamente influenciar as decisões públicas que afetam a elas são necessárias. Os investimentos públicos também são mais eficazes se forem apresentados de forma descentralizada e participativa;
- d) Melhorar o bem-estar social, gestão, risco de mitigação e redução da vulnerabilidade: Para melhorar o bem-estar social e minimizar a vulnerabilidade das populações rurais pobres, os países em desenvolvimento devem realizar esforços para melhorar o acesso à nutrição e serviços de saúde, ajuda a atenuar os efeitos do HIV / AIDS, o acesso ao ensino rural e melhorar a sua qualidade e, finalmente, ajudar a melhorar a segurança alimentar dos pobres rurais. Para atingir esses objetivos, o crescimento de base ampla e promover a gestão sustentável dos recursos naturais, é essencial promover a inclusão e eliminar as barreiras que excluem os indivíduos, com base no sexo ou etnia, de oportunidades econômicas e sociais.

Nos países em desenvolvimento, espera-se que a agricultura continuará a ser a base da economia rural para o futuro previsível. Na África subsaariana, por exemplo, a agricultura representa 30% do PIB, 40% das exportações e 70% do emprego. Da população total da China, quase 800 milhões, ou 62,3%, vivem em áreas rurais. O primeiro Censo Chinês da Agricultura revelou que mais de 34% dos 230 milhões de famílias rurais estavam envolvidos em atividades agrícolas e não-agrícolas (WORLD BANK, 2000).

Na China, a agricultura, o desenvolvimento rural e a residência rural são considerados três dimensões de um sistema integrado rural, cada um com um conjunto de indicadores-chave a ser monitorado. As áreas rurais na China são definidas como um valor residual das áreas urbanas, que são definidas como: cidades, onde estão localizados distritos diretamente sob o governo municipal e com uma densidade populacional superior a 1500 pessoas por km²; pequenas cidades e áreas especiais com população não-agrícola (mais de 3.000 pessoas), incluindo zonas industriais, de mineração e zonas de desenvolvimento (ZHIQUAN, 2002).

O Banco Mundial reconhece que existem problemas consideráveis de dados, não só com a qualidade dos dados rurais em muitos países em desenvolvimento, mas também com a

inexistência de dados vitais. Mesmo quando os dados são recolhidos, a maioria é agregada a nível nacional, sem qualquer possibilidade de separá-los em urbano-rural ou regional (WORLD BANK, 2000).

O Banco Mundial também destaca que um melhor acompanhamento do desenvolvimento rural vai exigir um esforço significativo na coleta de dados no longo prazo. O Banco Mundial propõe inquéritos abrangentes e ampliação da cobertura dos censos agrícolas, com foco na situação familiar, acesso a serviços, atividades econômicas, práticas de produção, despesas e atividade social (WORLD BANK, 2000).

3 METODOLOGIA

3.1 MÉTODO

O conhecimento científico é resultado da investigação científica que ocorre via métodos. Este conhecimento se caracteriza por ser metódico e que pode ser demonstrado e comprovado. Em virtude disso, possui a característica de ser provisório, uma vez que pode ser testado, enriquecido e reformulado (VERGARA, 2006).

A escolha dada aos tratamentos dos dados depende do tipo de dados coletados. Os dados desta pesquisa terão natureza mista, uma vez que, de acordo com Creswell (2007), a técnica emprega estratégias de investigação que envolve coleta de dados simultânea para melhor entender os problemas de pesquisa. A coleta de dados envolve a obtenção tanto de informações numéricas como de informações de textos, de forma que o banco de dados final represente tanto informações quantitativas como qualitativas.

As estratégias associadas à técnica de métodos mistos são bem menos conhecidas do que as estratégias quantitativas ou qualitativas. O conceito de reunir diferentes métodos provavelmente teve origem em 1959, quando Campbell e Fiske usaram métodos múltiplos para estudar a validade das características psicológicas. Isso gerou outros métodos mistos, e logo técnicas associadas a métodos de campo, como observações e entrevistas (dados qualitativos), foram combinadas com estudos tradicionais (dados quantitativos) (S. D. Sieber, 1973 *apud* CRESWELL, 2007). Reconhecendo que todos os métodos possuem limitações, os pesquisadores achavam que os vieses inerentes a qualquer método poderiam neutralizar ou cancelar os vieses de outros métodos.

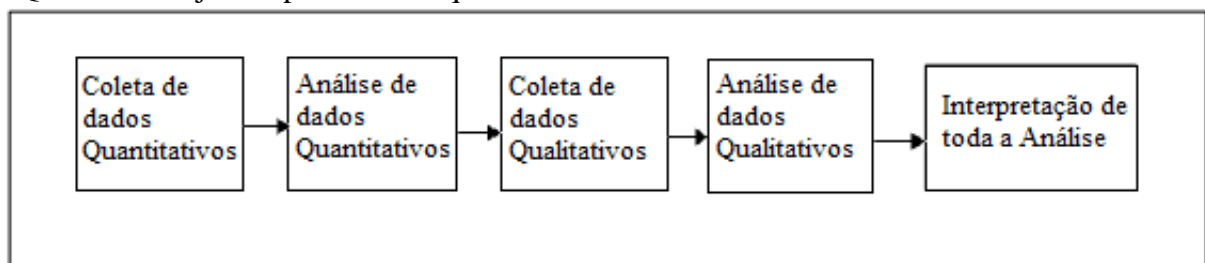
As razões para reunir diferentes métodos levaram os escritores a desenvolver procedimentos para estratégias de investigação de métodos mistos e a assumir vários termos encontrados na literatura, como multimétodo, convergência, integrado e combinado (CRESWELL, 2007), e procedimentos moldados para pesquisa. Em geral, existem três estratégias para a implementação do método misto, a saber:

- a) Procedimentos seqüenciais, nos quais os pesquisadores tentam elaborar ou expandir os resultados de um método com outro método;
- b) Procedimentos concomitantes, nos quais o pesquisador faz a convergência de dados quantitativos e qualitativos, a fim de obter uma análise ampla do problema de pesquisa;

- c) Procedimentos transformadores, no qual o pesquisador usa uma lente teórica como uma perspectiva integrada dentro de um projeto que contenha dados quantitativos e qualitativos.

Este trabalho irá utilizar a estratégia exploratória seqüencial, conduzida em duas fases, com prioridade dada à primeira fase, podendo não ser implementada dentro de uma perspectiva teórica prescrita. Esse modelo é caracterizado por uma fase inicial de coleta e análise de dados quantitativos, seguida por uma fase de coleta e análise de dados qualitativos. Dessa forma, dá-se prioridade ao aspecto quantitativo do estudo (CRESWELL, 2007). Abaixo segue quadro ilustrativo de tal modelo.

Quadro 3: Projeto exploratório seqüencial



Fonte: Creswell, 2007.

A estratégia exploratória seqüencial é útil para o pesquisador que quer explorar um fenômeno, mas que também quer expandir os resultados qualitativos, como ocorre no caso deste trabalho.

3.2 PROCEDIMENTOS

Os indicadores propostos por este trabalho serão organizados conforme as características dos municípios da região escolhida para análise (territórios CONSAD de Mato Grosso do Sul). Esses indicadores estão relacionados com a população, bem-estar social, desempenho econômico e meio-ambiente. Vale ressaltar que esses aspectos foram, inicialmente, propostos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1996 no relatório “*Territorial indicators of employment- Focusing on Rural Development*”, para descrever o desenvolvimento rural nas regiões dos seus países-membros.

A metodologia aqui utilizada será a proposta por Kageyama (2004), a qual afirma que obter todas as informações de acordo com o relatório da OCDE, a fim de construir esses indicadores em níveis regionais, somente é possível mediante grande esforço institucional voltado especificamente para o assunto. Caso o pesquisador esteja limitado pelas estatísticas disponíveis é quase que impossível espelhar essas medidas para todas as unidades territoriais elegidas.

Vale ressaltar que foram realizadas pequenas adaptações referentes às variáveis utilizadas para construir os indicadores em relação à proposta feita por Kageyama (2004), especialmente os do meio ambiente e de bem estar social, devido à disponibilidade de dados. As mesmas adaptações também foram feitas no trabalho de Silva (2006), intitulado “Distribuição de crédito para a agricultura familiar: um estudo do Pronaf a partir de um indicador de desenvolvimento rural”.

Serão calculados quatro índices parciais para construir o IDR, que representam quatro aspectos: populacionais, econômicos, sociais e ambientais, os quais permitem classificar as unidades territoriais de acordo com seu desenvolvimento rural. Cada um desses índices parciais é composto pela média aritmética de indicadores simples. O IDR, por sua vez, é a média aritmética dos quatro índices parciais (KAGEYAMA, 2004).

Abaixo, segue a formulação do índice:

$$\text{IDR} = (\text{IPOP} + \text{IBES} + \text{IECO} + \text{IMA}) / 4$$

Por sua vez, cada índice é calculado conforme observado no Quadro 4.

Quadro 4 – Variáveis selecionadas para a construção dos índices

Indicador	Variável	Forma de cálculo	Base de dados
Índice de População IPOP = (a+b+c+d)/4	a) Densidade demográfica (padronizada)*	Proporção das pessoas (total) do município, com relação ao seu tamanho em Km ²	Censo 2010
	b) Variação da população rural entre 2007 e 2010 (padronizada)*	Diferença entre a população rural nos anos de 2007 e 2010, dividido pela população de 2010	Censos Demográficos IBGE (2010) e Contagem Populacional 2007
	c) Proporção da população rural no município	Total da população rural do município, dividido pela sua população total	Censo 2010
	d) Proporção da população que não morou sempre no município (migração)	Proporção da população que não morou sempre no município	Censo Demográfico IBGE (2000) – microdados
Índice de Bem – Estar Social IBES = (e+f+g+h+i)/5	e) Taxa de analfabetismo	Total de indivíduos com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever	Censo Demográfico IBGE (2000) – microdados
	f) Média de anos de estudo (padronizada)*	Quociente dos anos de estudos da população de 15 anos ou mais pelo total da população de idade igual ou superior a 15	Censo Demográfico IBGE (2000) – microdados
	g) Proporção de crianças de 7 a 14 anos na escola	Proporção das crianças de 7 a 14 anos de idade na escola	Censo Demográfico IBGE (2000) – microdados
	h) Proporção de domicílios com água encanada em pelo menos um cômodo	Proporção dos domicílios rurais que têm água encanada com distribuição interna em pelo menos um cômodo	Censo Demográfico IBGE (2000) – Universo
	i) Proporção de domicílios com abastecimento de água	Proporção dos domicílios rurais que têm acesso à água, ligada à rede geral de abastecimento	Censo Demográfico IBGE (2000) – Universo

* A padronização é uma transformação algébrica com a finalidade de que o índice varie no intervalo de zero a um. Essa transformação é o quociente: (valor da variável – mínimo)/(máximo – mínimo) feita para todos os municípios do território CONSAD de Mato Grosso do Sul.

Fonte: Adaptado de Silva (2006).

Quadro 4 – Variáveis selecionadas para a construção dos índices

Índice de Desenvolvimento Econômico IDE = (j+k)/2	j) Proporção de ocupados em atividades não agrícolas (padronizada)*	Relação entre o total de ocupados em atividades não agrícolas e o total dos ocupados em atividades agrícolas	Censo Demográfico IBGE (2000) – microdados
	k) Rendimento médio domiciliar rural (padronizado)*	Renda domiciliar total dividido pelo número de membros do domicílio rural (exceto agregados, pensionistas, empregado doméstico)	Censo Demográfico IBGE (2000) – microdados
Índice de Meio Ambiente IMA = (l+m+n)/3	l) Proporção de estabelecimentos que adotam práticas de conservação do solo	Total de estabelecimentos que adotam práticas de conservação do solo/ total de estabelecimentos agropecuários	Censo Agropecuário 2006
	m) Proporção de estabelecimentos que usam adubos e fertilizantes	Total de estabelecimentos que utilizam adubos e fertilizantes agrícolas, no município	Censo Agropecuário 2006
	n) Ausência de monocultura	1- (proporção de áreas das monoculturas selecionadas)	Pesquisa Agrícola Municipal 2009/ SIDRA (IBGE)
$IDR = (IPOP + IBES + IDE + IMA) / 4$			

* A padronização é uma transformação algébrica com a finalidade de que o índice varie no intervalo de zero a um. Essa transformação é o quociente: (valor da variável – mínimo)/(máximo – mínimo) feita para todos os municípios do território CONSAD de Mato Grosso do Sul.

Fonte: Adaptado de Silva (2006).

O primeiro índice é o referente a dados populacionais (IPOP), que tem o intuito de medir a dinâmica da população do município. A idéia principal desse indicador é a de que, quanto maior for o nível de desenvolvimento rural, maior será o benefício para a dinâmica populacional.

Para compor o índice de população (IPOP), quatro variáveis foram utilizadas: densidade demográfica; variação da população rural entre 2007 e 2010 (padronizada); proporção da população rural do município e proporção da população rural que não morou sempre no município (migração).

De acordo com Kageyama (2004), quanto maior a densidade demográfica, menor o isolamento das áreas rurais e maiores as oportunidades de estabelecimento de redes sociais; quanto maior a população rural e seu crescimento, maior a capacidade da área rural de reter

população; quanto maior a proporção de pessoas que vieram de outros municípios, maior a capacidade de atração que aquele município exerce na região.

O uso da variável migração, portanto, procura mostrar uma idéia sobre o poder de atração do município. A noção é a de que a capacidade de atração do município em termos de oportunidades será maior quanto maior for a quantidade de pessoas vindas de diferentes municípios.

O segundo índice é o de bem-estar social (IBES). Ele utiliza indicadores que buscam levantar aspectos referentes à educação (taxa de analfabetismo e média de anos de estudo) e também ao domicílio, importantes no sentido de fazer um levantamento sobre as condições de infra-estrutura.

Quanto às características educacionais, o objetivo do primeiro desses indicadores é apontar os municípios das regiões que possuem baixas taxas de analfabetismo, o que levaria a um IDR mais alto (KAGEYAMA, 2004). Em seu cálculo, foi subtraída uma unidade do resultado, levando em conta que esta é uma variável negativa, ou seja, quanto menor a quantidade de indivíduos com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever, melhor será a taxa de analfabetismo para um determinado município.

Da mesma forma, a escolaridade média reflete o perfil da população frente aos esforços de qualificação, manutenção da população na escola e à oferta de serviços. De outro lado, o acesso direto à distribuição de água pode ser um indicador importante de “bem-estar” (KAGEYAMA, 2004).

É importante destacar que as variáveis taxa de analfabetismo, média de anos de estudo e proporção de crianças de 7 a 14 anos na escola, são referentes a toda população do município, uma vez que o IBGE não fornece tais dados de maneira discriminada, ou seja, população urbana e população rural. Dessa forma, poderia haver alguma discrepância quanto a real situação da população rural desses municípios, tendo em vista que o índice visa captar o desenvolvimento rural da região de estudo.

O terceiro índice é o de desenvolvimento econômico (IDE). Por meio desse indicador, busca-se destacar o perfil do mercado de trabalho e do rendimento médio dos domicílios. Para tanto, foram escolhidas as variáveis renda domiciliar per capita e a proporção de ocupados enquadrados em atividades não-agrícolas.

Uma grande dificuldade é estabelecer e mensurar quais atividades podem ser consideradas como “agrícolas”. Essa questão foi resolvida mediante a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE Domiciliar), ou seja, a CNAE adaptada para as pesquisas

domiciliares (SILVA, 2006). Tais informações são disponibilizadas pela Documentação contida no CD-ROM do Censo Demográfico 2000 (microdados).

Segundo Silva (2006), a CNAE considera como ocupações agrícolas todos os segmentos envolvendo os produtores na exploração agropecuária e trabalhadores (agrícolas, pecuários e agropecuários), pescadores, caçadores, extrativistas, trabalhadores da mecanização, irrigação e drenagem, entre outros. Para calcular o índice, foram selecionados todos os ocupados cujo código de ocupação estivesse relacionado com atividades não agrícolas (indústria da transformação e construção; do comércio; de alimentação; de transportes e comunicações; e de serviços, entre outras).

Outra dificuldade que Kageyama (2004) destaca refere-se à limitação de se trabalhar com dados sobre a renda per capita como elemento do indicador de bem-estar econômico. A renda per capita é o resultado da divisão do rendimento familiar pelo número de pessoas na família, mas deve-se levantar a dificuldade de mensurar o rendimento não-monetário, principalmente no universo dos grupos de agricultores do tipo familiar.

Além disso, é necessário ressaltar que quando se considera a proporção de ocupados em atividades não – agrícolas, os valores também não são separados em população urbana e rural, tendo em vista a disponibilidade de dados fornecidos pelo IBGE, podendo acarretar, mais uma vez, em discrepâncias quanto a real situação da população rural nos municípios dos CONSADs.

O último indicador é o de meio-ambiente (IMA). A idéia desse indicador é destacar variáveis fundamentais para o desenvolvimento rural, no âmbito das questões que envolvem a preservação do mesmo. Porém, Silva (2006) ressalta a complexidade desta tarefa dado a indisponibilidade de dados mais recentes, e a dificuldade de obtenção de informações mais completas sobre a qualidade do meio ambiente no meio rural para todos os municípios.

Mesmo com a falta das informações apropriadas, ainda assim, calculou-se um indicador indireto, com intuito de contrapor a presença dos efeitos nocivos do modelo de modernização agrícola, com os efeitos de compensadores das práticas de conservação do solo nos estabelecimentos agropecuários (KAGEYAMA, 2004).

O primeiro componente desse indicador consiste na proporção dos estabelecimentos que praticam e adotam práticas de conservação do solo. O objetivo é verificar as condições e a conscientização dos agricultores em usar técnicas destinadas a esse fim, seja para garantir uma maior adequação dos solos à atividade agrícola ou prevenir contra os efeitos da mecanização.

O segundo indicador está relacionado com a proporção de estabelecimentos que utilizam fertilizantes e adubos. Tal prática abusiva está associada possíveis danos ambientais decorrentes do uso indiscriminado de agrotóxicos e da mecanização. A idéia implícita é que, particularmente as lavouras intensivas em monoculturas e altamente mecanizadas, têm um maior impacto ambiental decorrente dessas técnicas. Dessa forma, espera-se que no âmbito das atividades praticadas pela agricultura familiar, o uso de fertilizantes e adubos seja menos intenso vis a vis às culturas típicas aos estabelecimentos de grande escala (SILVA, 2006).

Para o cálculo da variável proporção de estabelecimentos que utilizam fertilizantes e adubos, subtraiu-se uma unidade do resultado, já que esta é uma variável negativa, ou seja, quanto menor o uso de adubos e fertilizantes, menores são os impactos ambientais.

O último componente desse indicador refere-se à ausência de monoculturas. A idéia sugere que a presença de atividades relacionadas com as monoculturas implica no maior uso de tecnologias químicas (defensivos, adubos e outros), em grande escala. De acordo com Olivette *et al.* (*apud* KAGEYAMA, 2004), um estudo feito nas regiões mais produtivas do Estado de São Paulo, evidenciou que estas tenderam a se especializar em uma ou poucas culturas “modernas”, que são grandes consumidoras de agrotóxicos, poluidoras do ar e/ou empobrecedoras do solo. Sob ponto de vista da agricultura familiar, as atividades agrícolas praticadas tendem a ser mais diversificadas.

Sendo assim, Kageyama (2004) afirma que para esses grupos de atividades, a exigência de técnicas que agridam o meio ambiente tende a ser relativamente menor. Por isso, espera-se que haja maior presença de agricultura familiar, quanto maior o indicador de ausência de monocultura. Conseqüentemente, quanto maior for o IMA, menor a tendência de monocultura no município e maior tende a ser a adoção de práticas de conservação do solo.

Para o cálculo desse indicador, foi considerado o somatório das áreas dos cinco principais produtos em quantidades produzidas (cana, mandioca, milho, soja e trigo), dividido pelo total das culturas cultivadas (permanentes e temporárias), disponibilizadas pelo IBGE. Desse quociente (que capta a presença de monocultura), foi subtraída uma unidade, obtendo-se a seguinte fórmula:

$$\text{Ausência de Monocultura} = 1 - \frac{(\sum \text{áreas das principais monoculturas selecionadas})}{(\sum \text{das áreas de culturas permanentes temporárias})}$$

3.3 FONTE DE DADOS

As variáveis que permitiram a construção do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) foram retiradas, basicamente, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dentro dele o Censo Demográfico (2000), disponível na forma de CD ROM, tendo sido utilizadas tanto a base Universo, mas principalmente a base amostral (microdados). Foi empregada também a Contagem Populacional 2007, para calcular a variação de população rural entre 2007 e 2010 e, ainda, os dados preliminares do Censo 2010.

Os valores amostrais utilizados nesse trabalho foram devidamente ponderados, de acordo com os pesos fornecidos pelo próprio IBGE. Além disso, foram utilizados os dados do Censo Agropecuário (2006) e da Pesquisa Agrícola Municipal de 2009, também disponível no site do IBGE. Nessa fonte, são disponibilizadas tabulações especiais acerca de aspectos relacionados ao meio ambiente, utilização de adubos e fertilizantes e conservação do solo, levantados nos estabelecimentos rurais em todo o país.

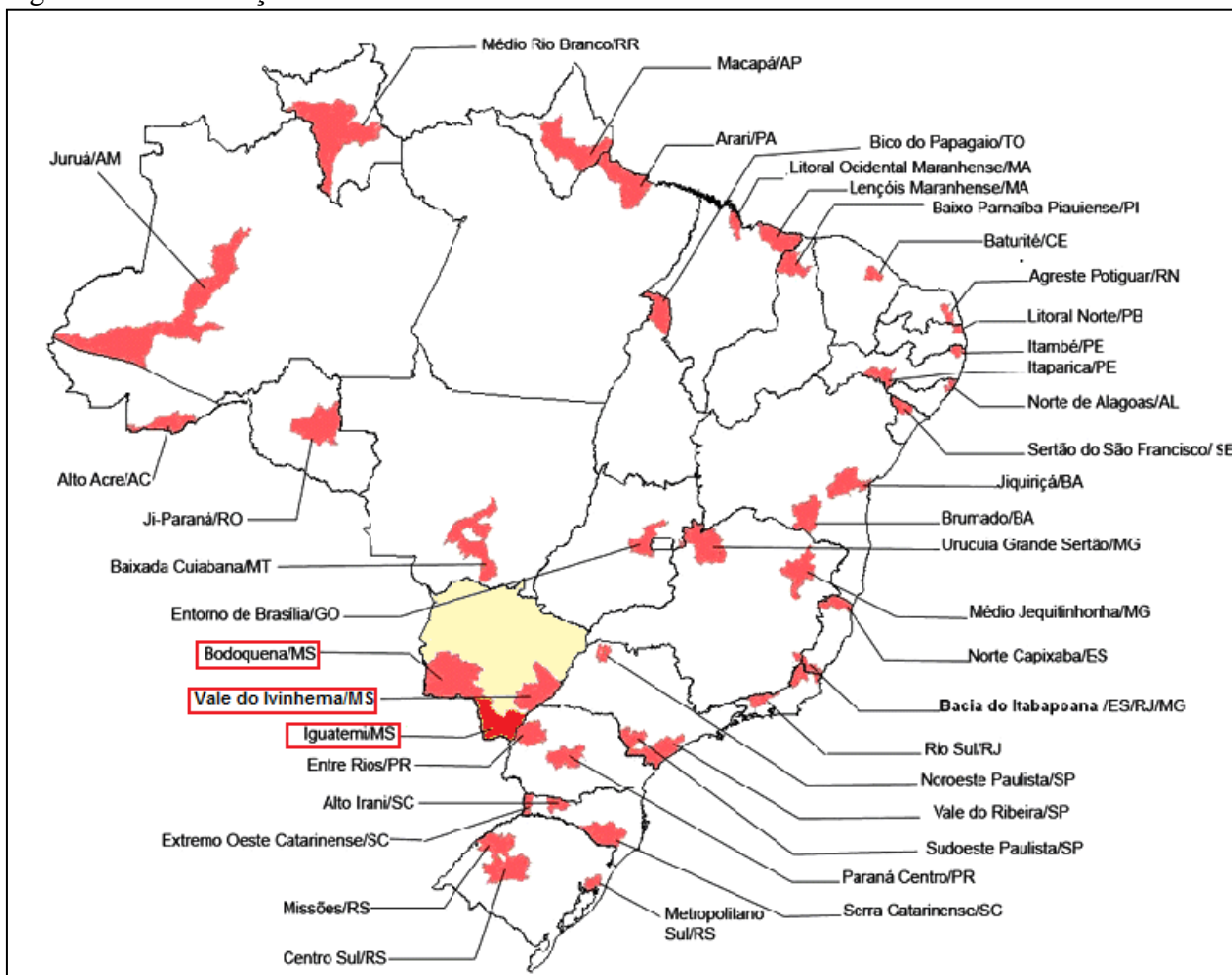
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de fazer uma análise dos indicadores encontrados, será feito um diagnóstico sócio-econômico dos territórios CONSAD de Mato Grosso do Sul, no intuito de fornecer um panorama geral da situação dos municípios, fundamental para o entendimento deste trabalho.

4.1 TERRITÓRIOS CONSAD DE MATO GROSSO DO SUL

Como dito anteriormente, no Brasil estão implantados quarenta CONSADs, distribuídos em vinte e seis estados, envolvendo quinhentos e oitenta e cinco municípios e uma população de mais de onze milhões de habitantes. Já em Mato Grosso do Sul, os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local estão divididos em três grandes regiões: CONSAD Iguatemi, com onze municípios, CONSAD Serra da Bodoquena, com oito municípios e, por fim, CONSAD Vale do Ivinhema, com cinco municípios (MDS, 2010). Uma melhor visualização das regiões pode ser feita na Figura 1 e, posteriormente, com a descrição de suas características.

Figura 1 – Distribuição dos territórios CONSAD no Brasil.

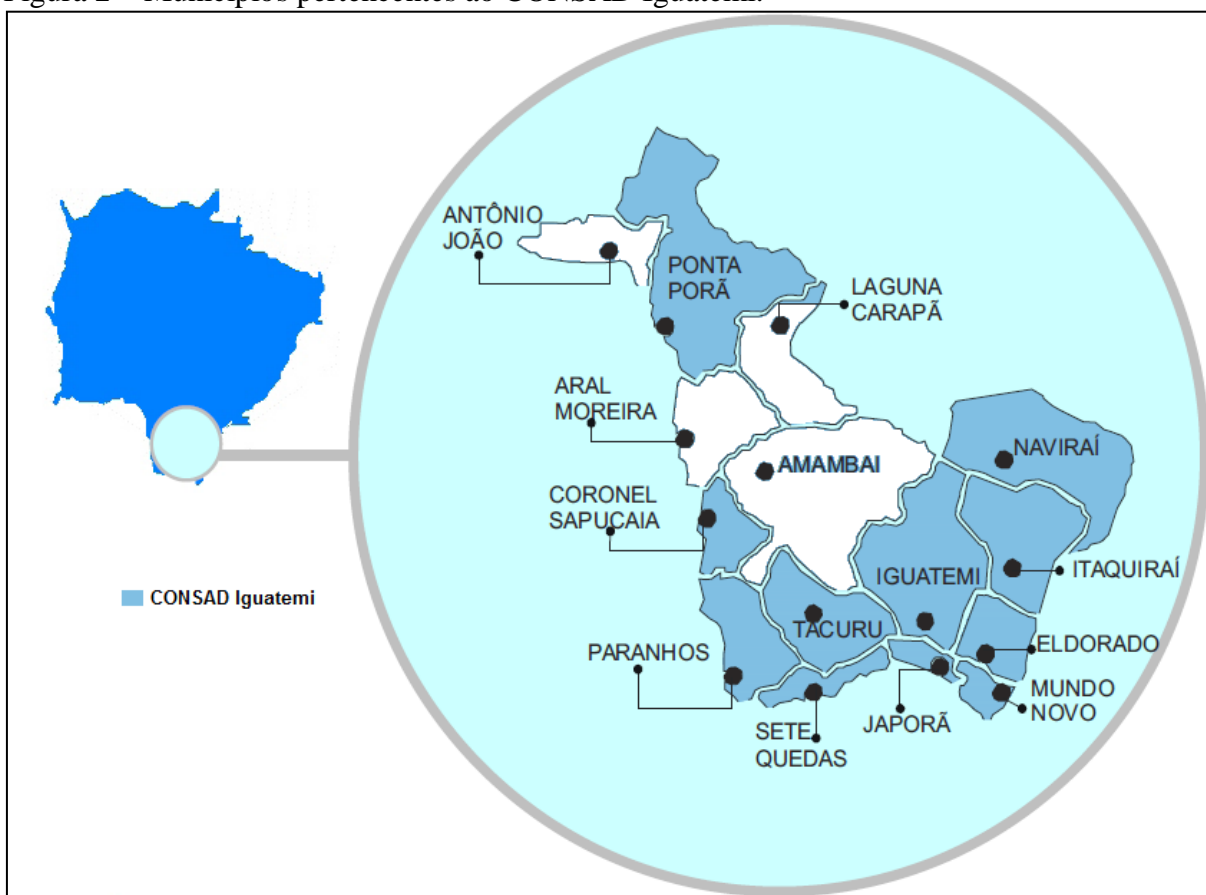


Fonte: MDS, 2010.

4.1.1 CONSAD Iguatemi

O CONSAD Iguatemi está localizado na região Sul do Estado de Mato Grosso do Sul e é composto pelos seguintes municípios: Coronel Sapucaia, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Mundo Novo, Naviraí, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru. A sede do CONSAD na região fica em Iguatemi. Na Figura 2, é possível obter um panorama da região.

Figura 2 – Municípios pertencentes ao CONSAD Iguatemi.



Fonte: IPLAN-MS & COREDES SUL - FRONTEIRA, 2002.

A região Sul de Mato Grosso do Sul apresenta como singular o fato de grande parte dos seus municípios estarem situados na fronteira com o Paraguai. As influências da nação vizinha apresentam importantes reflexos sobre o desenvolvimento da região uma vez que, o desenvolvimento econômico e populacional do Paraguai é mais acentuado na fronteira do que nas áreas centrais daquele País (IPLAN-MS & COREDES SUL - FRONTEIRA, 2002).

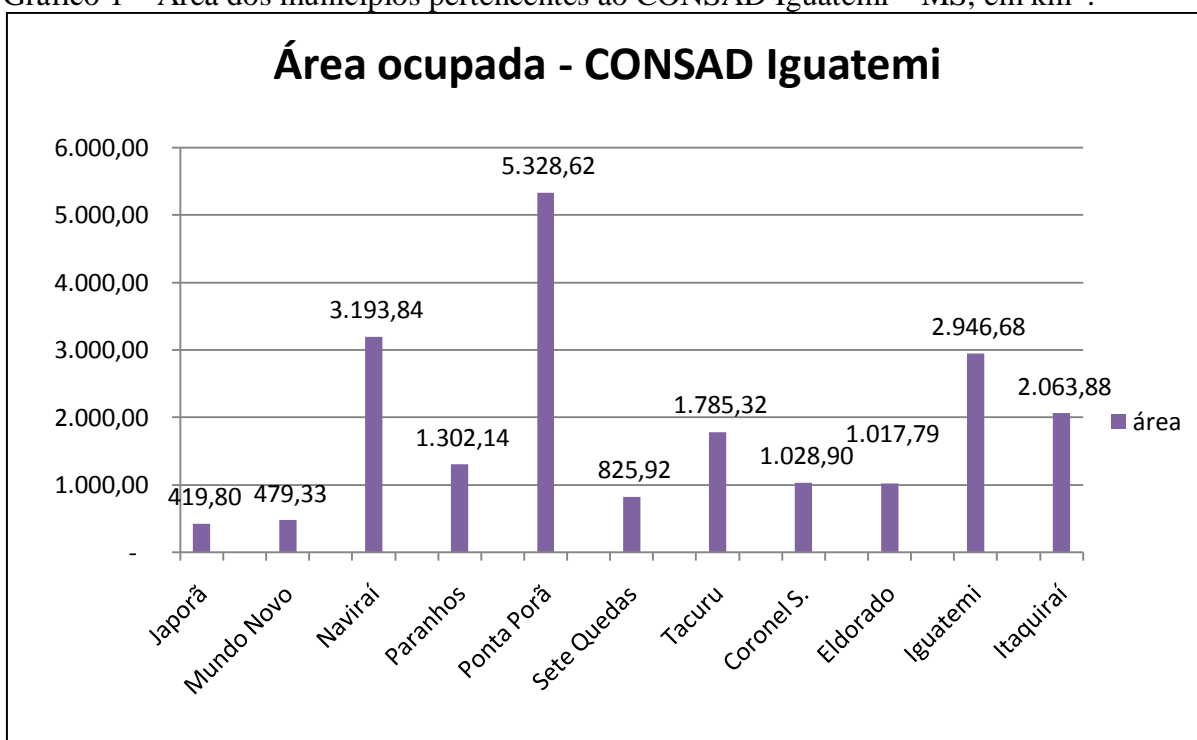
Além disso, a região conta com inúmeros recursos naturais o que lhe permite desenvolver atividades econômicas diversificadas. O clima, o solo e o relevo possuem características semelhantes, o que proporciona à Região grandes possibilidades de padronizar seu regime de exploração econômica. A rede hidrográfica regional pertence à bacia nacional do rio Paraná (IPLAN-MS & COREDES SUL - FRONTEIRA, 2002).

Um marco referencial importante, do ponto de vista da política e da história da ocupação regional, é o da expansão da erva-mate e, subsequente, da implantação da exploração pecuária bovina de corte com a introdução de pastagens artificiais. Atualmente, a Região está composta por uma população que se formou predominantemente a partir dos

programas nacionais de reforma agrária implementados no Estado desde o pós-guerra (a partir de 1946) e que ainda perduram com a implantação de novos assentamentos. Há que se considerar também, outros meios de expansão populacional que se deram por influência da fronteira com o Paraguai e decorreram da movimentação dos fluxos de brasileiros e paraguaios dos dois lados da fronteira - os Brasiguaios (IPLAN-MS & COREDES SUL - FRONTEIRA, 2002).

Com relação ao seu tamanho, de acordo com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e da Tecnologia (SEMAC/MS), o CONSAD Iguatemi ocupa uma área de 20.392,21 km², equivalente a 5,71% da área total do Estado de Mato Grosso do Sul (357.124,96 km²). É possível notar, ainda, no Gráfico 1, que o município da região que possui a maior área é o de Ponta Porã e a menor área encontra-se no município de Japorã.

Gráfico 1 – Área dos municípios pertencentes ao CONSAD Iguatemi – MS, em km².

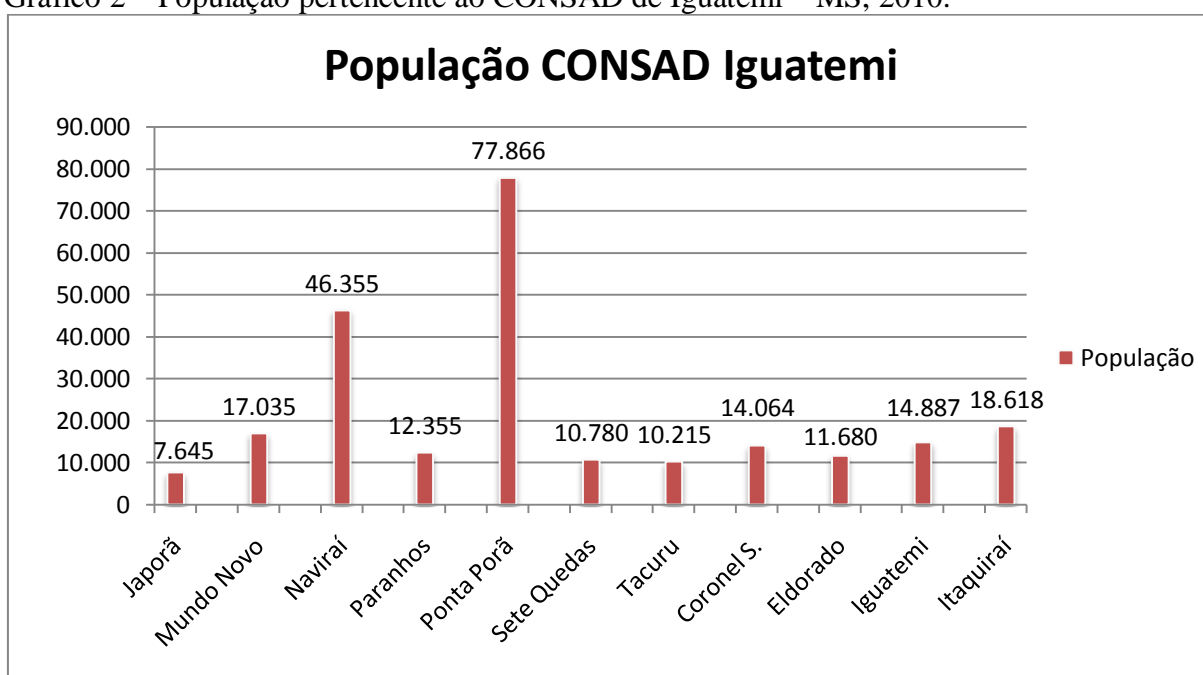


Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

No que diz respeito ao tamanho da população, segundo o Censo 2010 do IBGE, o CONSAD em questão possui 241.500 habitantes, o que equivale a 9,86% da população total de Mato Grosso do Sul (2.449.341 habitantes). O município que apresenta o maior número de habitantes é o de Ponta Porã, com 77.866 habitantes, e o menor, por sua vez, é o de Japorã, 7.645 habitantes. Já a densidade populacional média desse território foi de 13,67 hab/km².

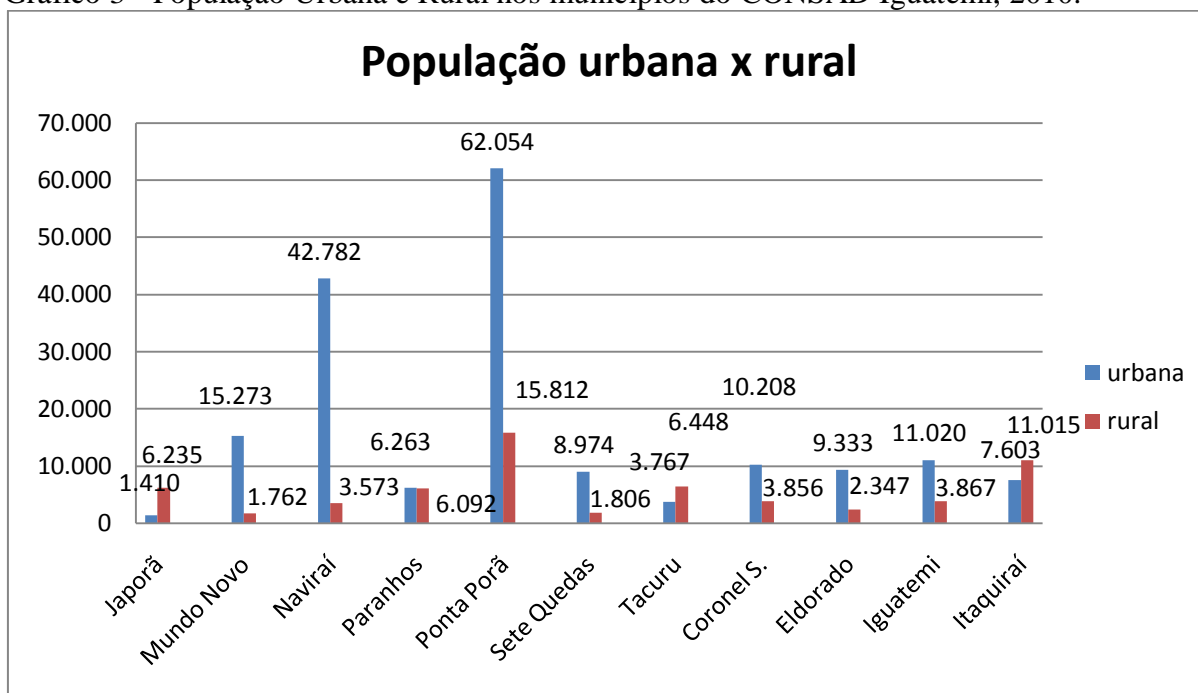
Dos habitantes da região, de acordo com o Censo 2010, 178.687 habitantes viviam na zona urbana e 62.813 na zona rural. A predominância quantitativa da população urbana sobre a rural não se constitui em regra invulnerável, pois é possível apontar três municípios cuja situação da população é inversa: Itaquiraí, Japorã, e Tacuru (ver Gráfico 3). A explicação para esses valores reside no crescimento do número de assentamentos rurais instalados nesses municípios. Os prefeitos municipais da Região têm-se mostrado interessados em trazer o Programa Nacional de Reforma Agrária visando dinamizar a economia municipal e desconcentrar a população urbana (IPLAN-MS & COREDES SUL - FRONTEIRA, 2002).

Gráfico 2 – População pertencente ao CONSAD de Iguatemi – MS, 2010.



Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

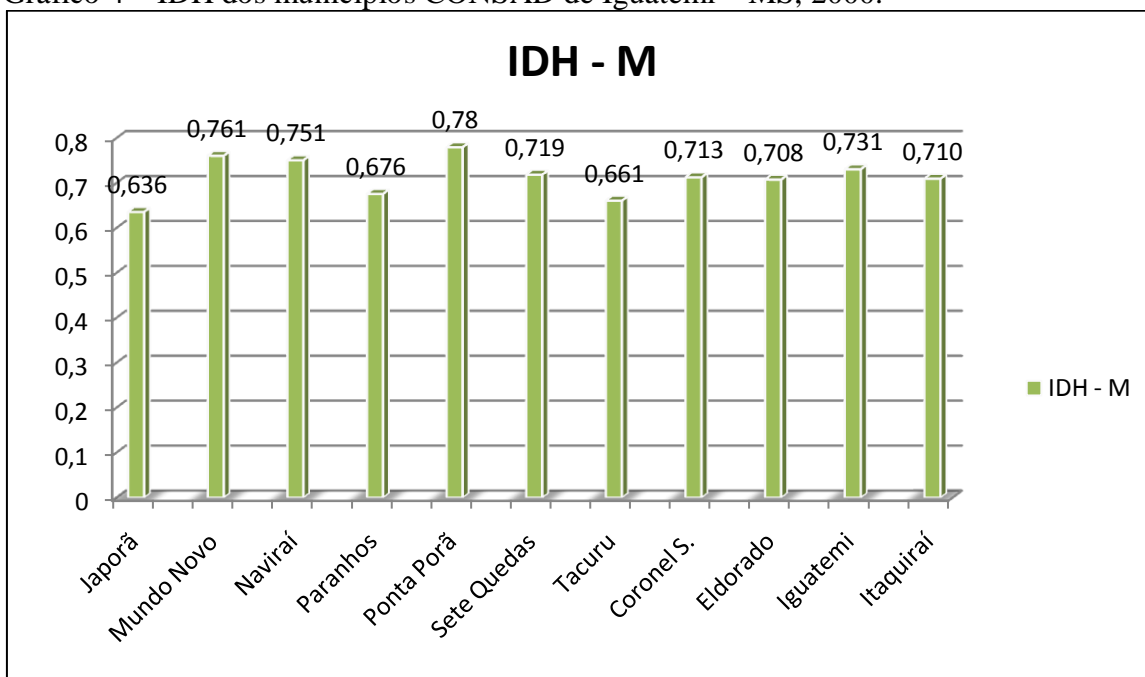
Gráfico 3 - População Urbana e Rural nos municípios do CONSAD Iguatemi, 2010.



Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IBGE, 2000), a média apresentada pelo CONSAD Iguatemi foi de 0,7132, valor que está entre as regiões de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), assim como Mato Grosso do Sul (IDH-M médio de 0,740). O município com o maior IDH foi o de Ponta Porã e, em contrapartida, o município de Japorã obteve o menor IDH (ver Gráfico 4). É importante destacar, também, que os municípios de Japorã, Tacuru e Paranhos, nessa ordem, apresentam os menores Índices de Desenvolvimento Humano de todo o Estado, fazendo com que o CONSAD Iguatemi tenha o menor IDH-M médio dos territórios CONSAD de Mato Grosso do Sul.

Gráfico 4 – IDH dos municípios CONSAD de Iguatemi – MS, 2000.



Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

Já de acordo com o Censo Agropecuário 2006, o CONSAD Iguatemi apresentou 9.823 estabelecimentos agropecuários que, em sua grande maioria (2.765), possuíam área de 10 a 20 hectares, seguido dos estabelecimentos de 20 a 50 hectares (1.582), depois os de 5 a 10 hectares (1.577) e, finalmente, os estabelecimentos de 4 a 5 hectares (1.043). O grande número de estabelecimentos com área de 10 a 20 hectares pode estar relacionado com o Programa Nacional de Reforma Agrária, que implantou assentamentos rurais em municípios como Itaquirai, Paranhos, Coronel Sapucaia, Mundo Novo, Japorã entre outros (IPLAN-MS & COREDES SUL - FRONTEIRA, 2002).

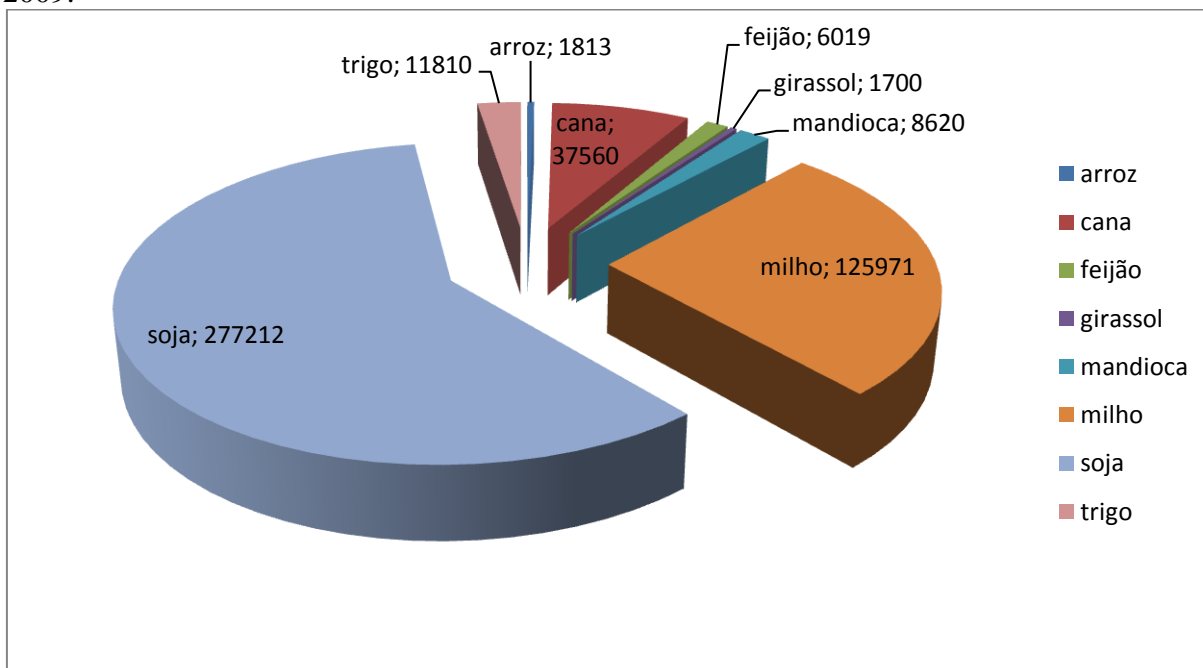
Quadro 5 – Estabelecimentos Agropecuários do CONSAD de Iguatemi, 2006.

Cidade	10-20ha	20-50ha	50-100ha	100-200ha	200-500ha	500-1000ha	1000-2500ha
Japorã	159	176	36	18	19	9	3
Mundo Novo	177	164	55	24	20	6	4
Naviraí	122	56	27	38	53	41	45
Paranhos	109	95	15	10	16	12	24
Ponta Porã	359	518	64	124	135	80	64
Sete Quedas	33	50	21	19	33	15	18
Tacuru	6	68	15	16	33	30	39
Coronel S.	21	35	32	21	30	31	18
Eldorado	223	49	25	19	22	14	11
Iguatemi	147	236	40	29	66	54	42
Itaquiraí	1409	135	9	10	32	27	42

Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

No que diz respeito aos principais produtos produzidos na região, segundo a Produção Agrícola Municipal de 2009, a soja domina totalmente a atividade agrícola, com 58,9% (277.212 hectares) da área plantada total (470.705 hectares). Em segundo lugar, está o milho, com 26,8% da área plantada total. Por fim, tem-se a cana-de-açúcar, representando apenas 8% da área plantada. Outros produtos, considerados juntos, não passam de 6,4% de contribuição para a formação agrícola da região, em termos de área plantada.

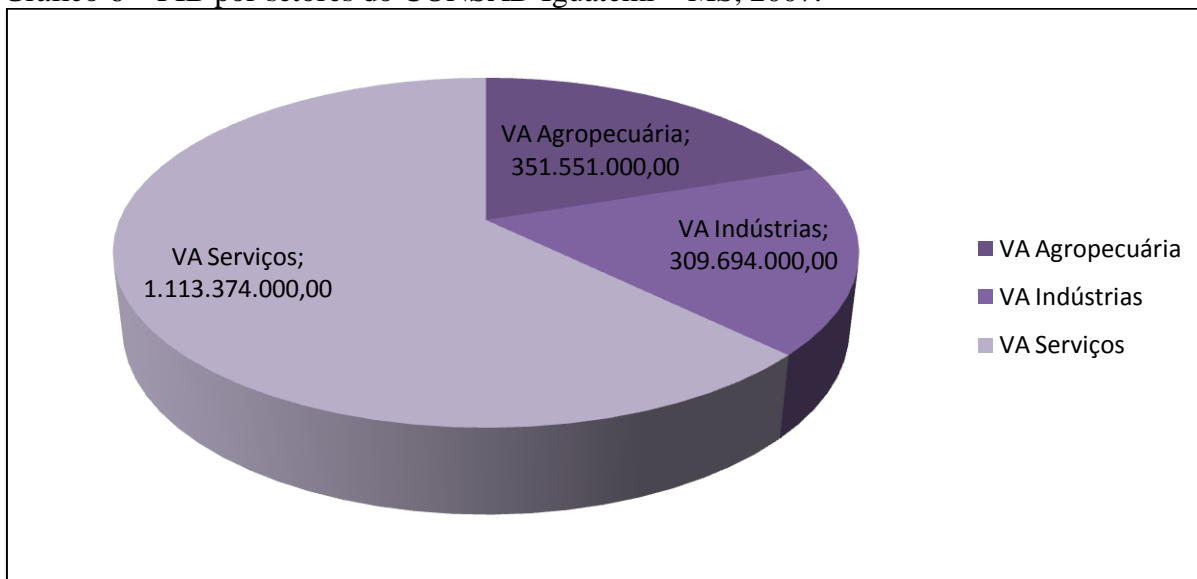
Gráfico 5 – Principais produtos produzidos de acordo com a área plantada (em hectares), 2009.



Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

Para situar a posição da região dentro da economia de Mato Grosso do Sul, tem-se as informações referentes ao PIB dos municípios do CONSAD de Iguatemi, que totalizou R\$ 2.002.500.000,00 (a preços correntes), no ano de 2007 (IBGE), representando 7,12% do PIB estadual (R\$ 28.121.420.000,00). O total do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária foi de R\$ 351.551.000,00, da Indústria foi de R\$ 309.694.000,00 e o de Serviços foi equivalente a R\$ 1.113.374.000, evidenciando a predominância do setor de serviços na economia da região. Tem-se, ainda, o PIB per capita médio da região, que foi de R\$ 7.874, 54, valor distante do PIB per capita médio de Mato Grosso do Sul, que é de R\$ 12.411, 18.

Gráfico 6 – PIB por setores do CONSAD Iguatemi – MS, 2007.



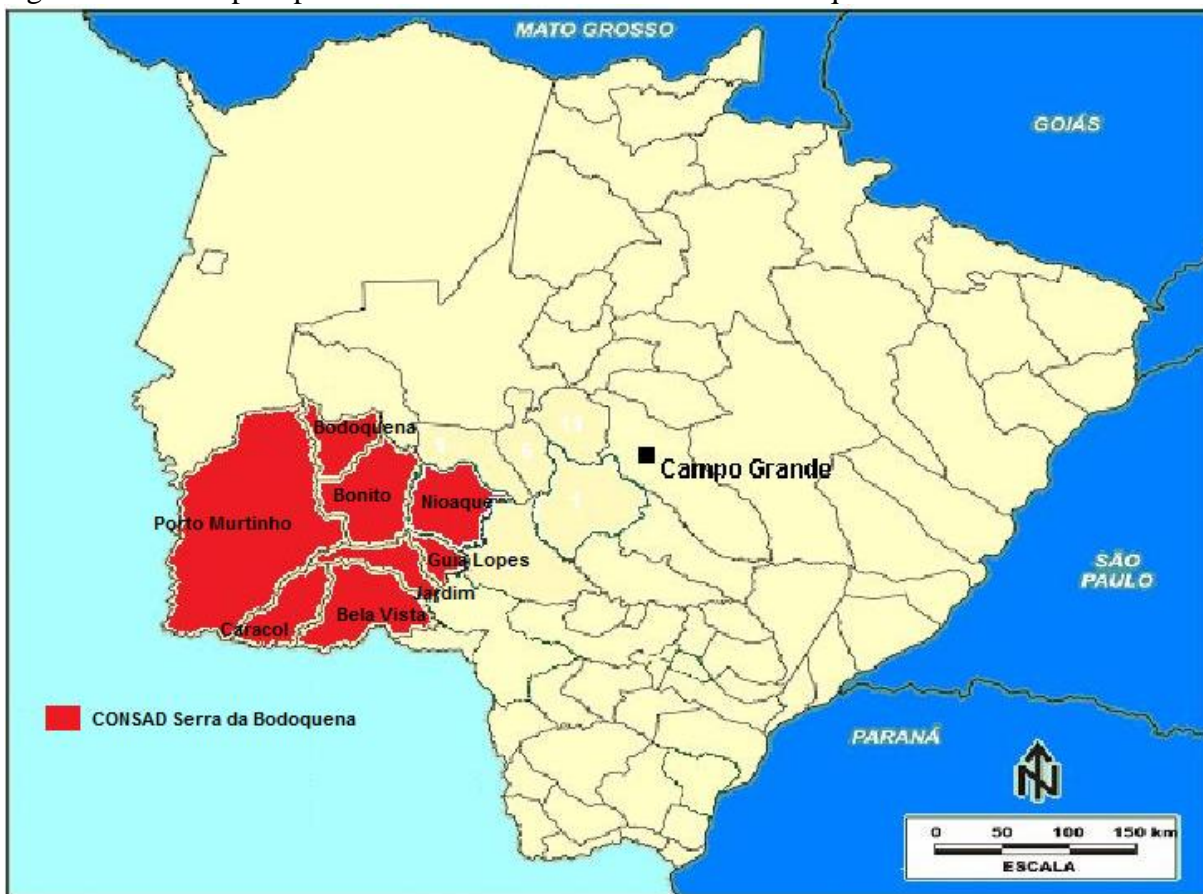
Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

Por fim, de acordo com o Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Sul-Fronteira de MS (2002), as principais potencialidades dos municípios do CONSAD Iguatemi são: recursos hídricos abundantes para aproveitamento econômico; vasta produção agropecuária com possibilidade de consolidação da cadeia produtiva e verticalização; existência de pequenas propriedades que possibilitam a promoção da diversificação agro-econômica; existência de erva-mate para beneficiamento; localização geográfica estratégica com fácil acesso rodoviário, ferroviário, aeroviário e hidroviário para outros estados e países do MERCOSUL; diversidade étnico-cultural, comidas típicas e práticas folclóricas regionais e de fronteira para a promoção de festas típicas, feiras de artesanato e atividades similares.

4.1.2 CONSAD Serra da Bodoquena

O CONSAD Serra da Bodoquena está localizado na Região Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul e está composto por oito municípios: Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Caracol, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Nioaque e Porto Murtinho. A sede do CONSAD na região fica em Bonito. Na Figura 3, é possível obter um panorama desse CONSAD.

Figura 3 – Municípios pertencentes ao CONSAD Serra da Bodoquena.



Fonte: IPLAN-MS & COREDES SUDOESTE, 2002.

As origens da ocupação humana no território compreendido como CONSAD Serra da Bodoquena remontam aos primórdios do século XVI, com a chegada dos espanhóis que, visavam alcançar as minas de ouro do Peru e presumiam que poderiam atingi-las navegando rumo à cabeceira do rio Paraguai e, gradativamente, conquistaram todo o vale paraguaio. Para assegurar a posse das terras do vale e a livre navegação no rio, fundaram as Missões do Itatim no Sul de Mato Grosso, introduziram o gado na Região e iniciaram a exploração da erva-mate (IPLAN-MS & COREDES SUDOESTE, 2002).

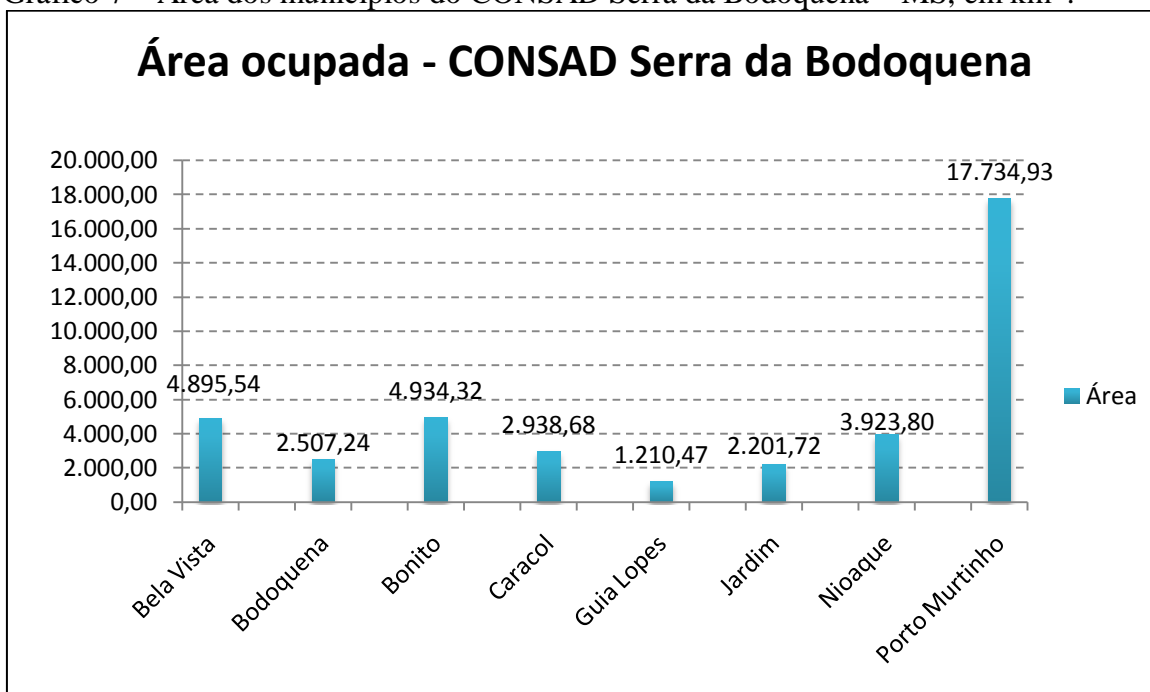
A região Sudoeste do Mato Grosso do Sul caracteriza-se pela exuberância de seus recursos naturais. Os municípios da região constituem parte da 5ª Zona de Amortecimento da Reserva da Biosfera do Pantanal, onde somente atividades compatíveis com os objetivos da conservação devem ser estabelecidas (IPLAN-MS & COREDES SUDOESTE, 2002).

Em função da proximidade com o Pantanal e, levando em conta suas características ambientais, os municípios do CONSAD Serra da Bodoquena têm se tornado um grande atrativo para o turismo, que, atualmente, vem ganhando reconhecimento internacional. Devido à diversidade de recursos naturais existentes em sua área territorial, a Região Sudoeste

de MS é identificada por sua grande potencialidade turística. No entanto, as principais atividades econômicas desenvolvidas nos municípios estão concentradas em outros segmentos. Em Bela Vista, Bonito, Caracol, Jardim e Porto Murтинho, destaca-se o comércio; em Guia Lopes e Nioaque sobressai a pecuária; em Bodoquena, a indústria (IPLAN-MS & COREDES SUDOESTE, 2002).

No que diz respeito ao seu tamanho, também conforme a SEMAC/MS, o CONSAD Serra da Bodoquena ocupa uma área de 40.346,70 km², a maior entre os CONSADs analisados, equivalente a 11,30% da área total do Estado de Mato Grosso do Sul (357.124,96 km²). No Gráfico 7, é possível notar que o município da região que possui a maior área é o de Porto Murтинho e a menor área está localizada no município de Guia Lopes da Laguna.

Gráfico 7 – Área dos municípios do CONSAD Serra da Bodoquena – MS, em km².

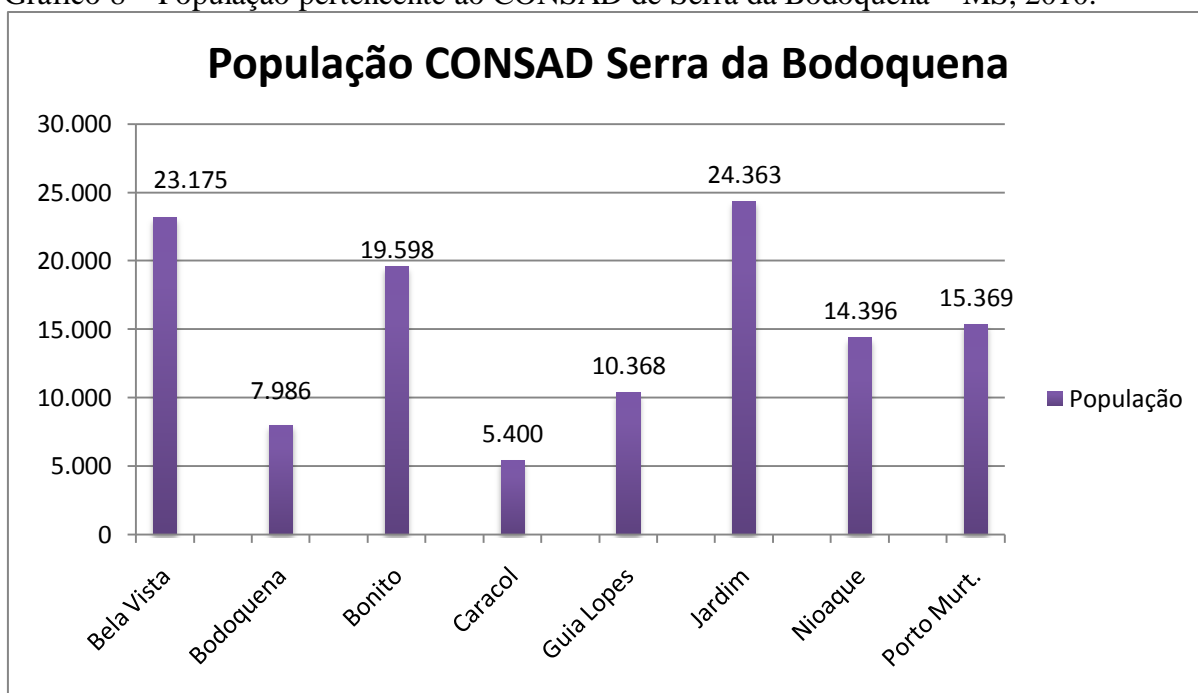


Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

Com relação ao tamanho da população, segundo o Censo 2010, o CONSAD Serra da Bodoquena possui 120.655 habitantes, o que equivale a 4,93% da população total de Mato Grosso do Sul (2.449.341 habitantes). O município que apresenta o maior número de habitantes é o de Jardim, com 24.363 habitantes e o menor, por sua vez, é o de Caracol, com 5.400 habitantes. A densidade populacional média desse território foi de 4,74 hab/km², a menor dos três CONSADs de Mato Grosso do Sul.

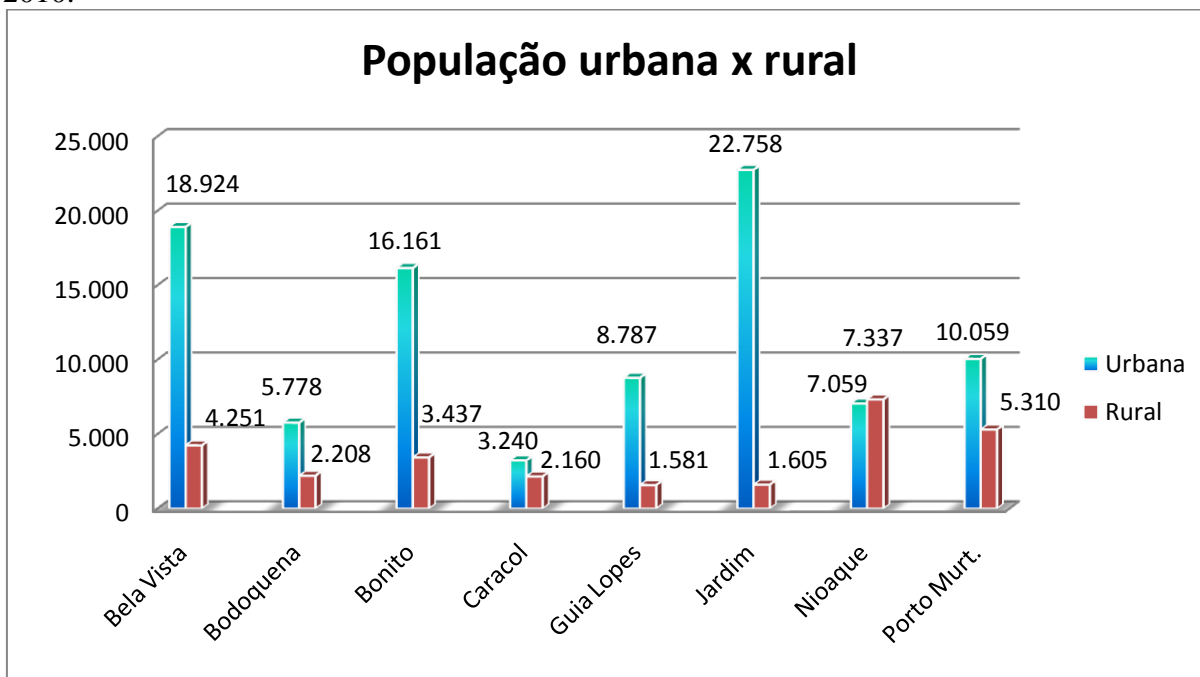
De acordo com o Censo 2010, 92.766 habitantes viviam na zona urbana e 27.889 na zona rural. A predominância quantitativa da população urbana sobre a rural ocorre apenas no município de Nioaque (ver Gráfico 8), um dos três municípios que possui os principais assentamentos da região, sendo que os outros estão localizados nos municípios de Bela Vista e Porto Murtinho (IPLAN-MS & COREDES SUDOESTE, 2002).

Gráfico 8 – População pertencente ao CONSAD de Serra da Bodoquena – MS, 2010.



Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

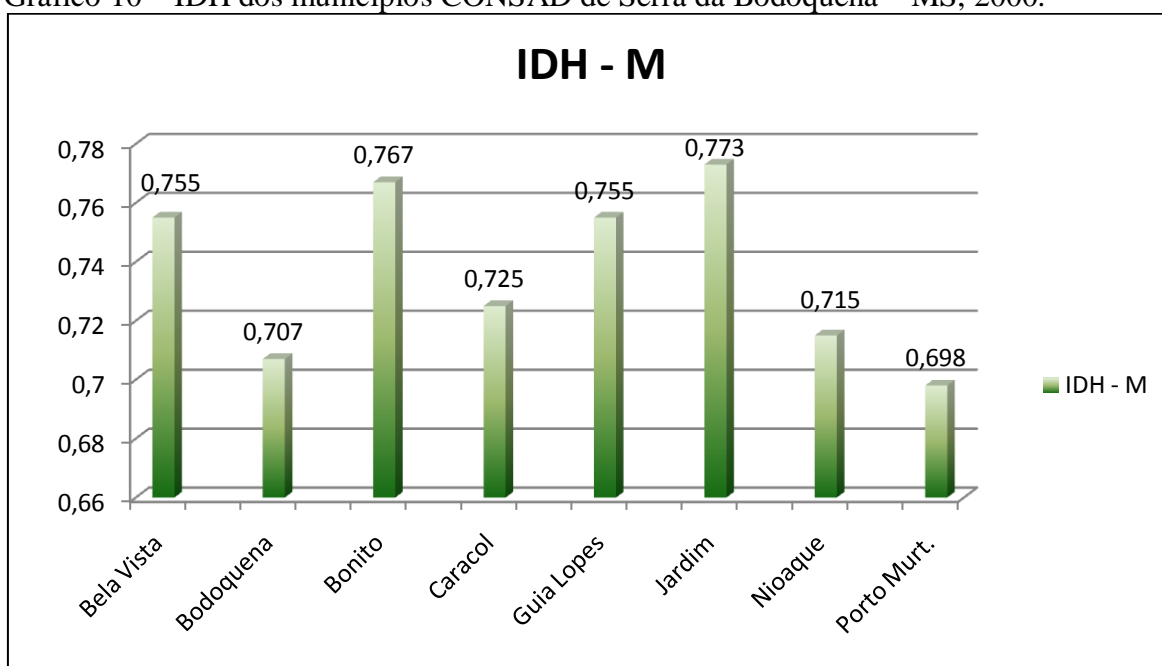
Gráfico 9 - População Urbana e Rural nos municípios do CONSAD Serra da Bodoquena, 2010.



Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IBGE, 2000), a média apresentada pelo CONSAD Serra da Bodoquena foi de 0,7368, valor que está entre as regiões de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), além de ser a melhor média de IDH dos territórios CONSAD de Mato Grosso do Sul. O município com o maior IDH foi o de Jardim e, em contrapartida, o município de Porto Murtinho obteve o menor IDH (ver Gráfico 10). Vale ressaltar, também, que os municípios de Porto Murtinho e Bodoquena estão entre os menores Índices de Desenvolvimento Humano de todo o Estado, ambos situados em 73º e 68º lugar, respectivamente, tendo em vista os 77 municípios de MS.

Gráfico 10 – IDH dos municípios CONSAD de Serra da Bodoquena – MS, 2000.



Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

Já segundo o Censo Agropecuário 2006, o CONSAD Serra da Bodoquena apresentou 6.202 estabelecimentos agropecuários, que em sua grande maioria (1.742) possuíam área de 20 a 50 hectares, seguidos dos estabelecimentos de 10 a 20 hectares (897), depois os de 200 a 500 hectares (594). É possível notar a predominância de áreas maiores, fato que pode ser explicado pelo grande número de propriedades rurais que trabalham com a pecuária extensiva na região (IPLAN-MS & COREDES SUDOESTE, 2002).

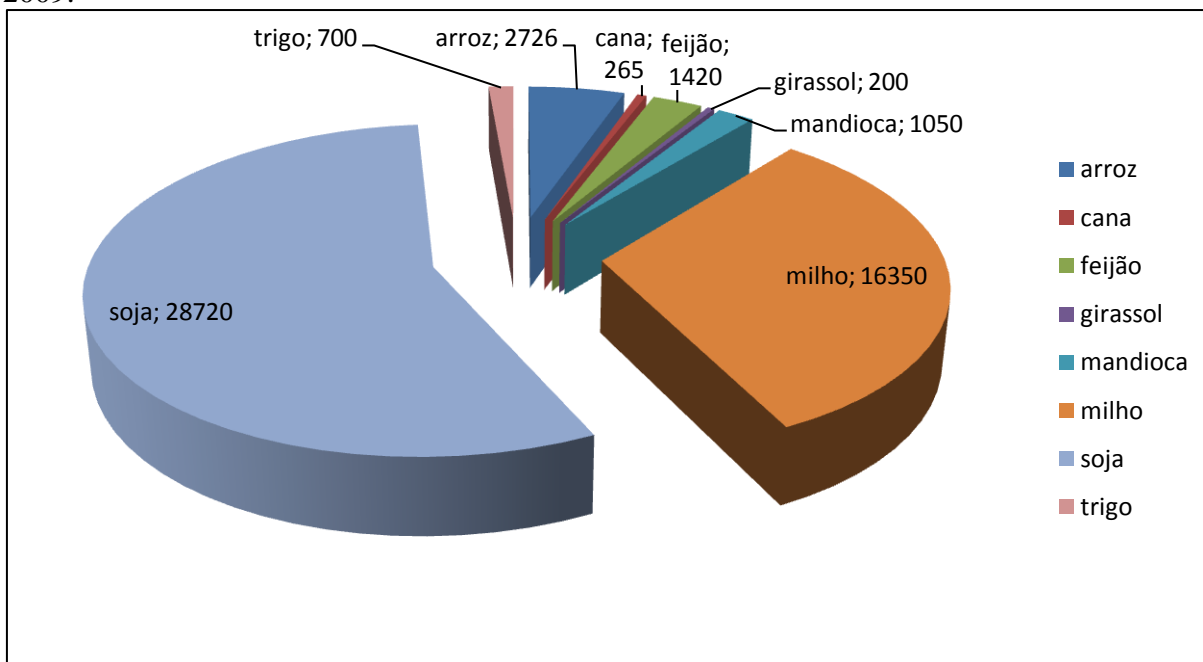
Quadro 6 – Estabelecimentos Agropecuários do CONSAD Serra da Bodoquena, 2006.

Cidade	10-20ha	20-50ha	50-100ha	100-200ha	200-500ha	500-1000ha	1000-2500ha
Bela Vista	31	320	30	42	83	68	81
Bodoquena	192	218	72	35	27	31	49
Bonito	140	102	78	82	155	88	91
Caracol	25	35	27	27	73	56	61
Guia Lopes	55	195	57	54	61	37	13
Jardim	27	71	27	42	52	62	42
Nioaque	403	782	85	41	96	72	79
Porto Murturzinho	24	19	16	17	47	48	97

Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

Em relação aos principais produtos produzidos no CONSAD Serra da Bodoquena, de acordo com a Produção Agrícola Municipal de 2009, a soja domina a atividade agrícola com 55,8% (28.720 hectares) da área plantada total (51.431 hectares). Em segundo lugar, está o milho, com 31,8% da área plantada total, seguido pela plantação de arroz, com 5,3% da área plantada total. Outros produtos, considerados juntos, não passam de 7,1% de contribuição para a formação agrícola da região.

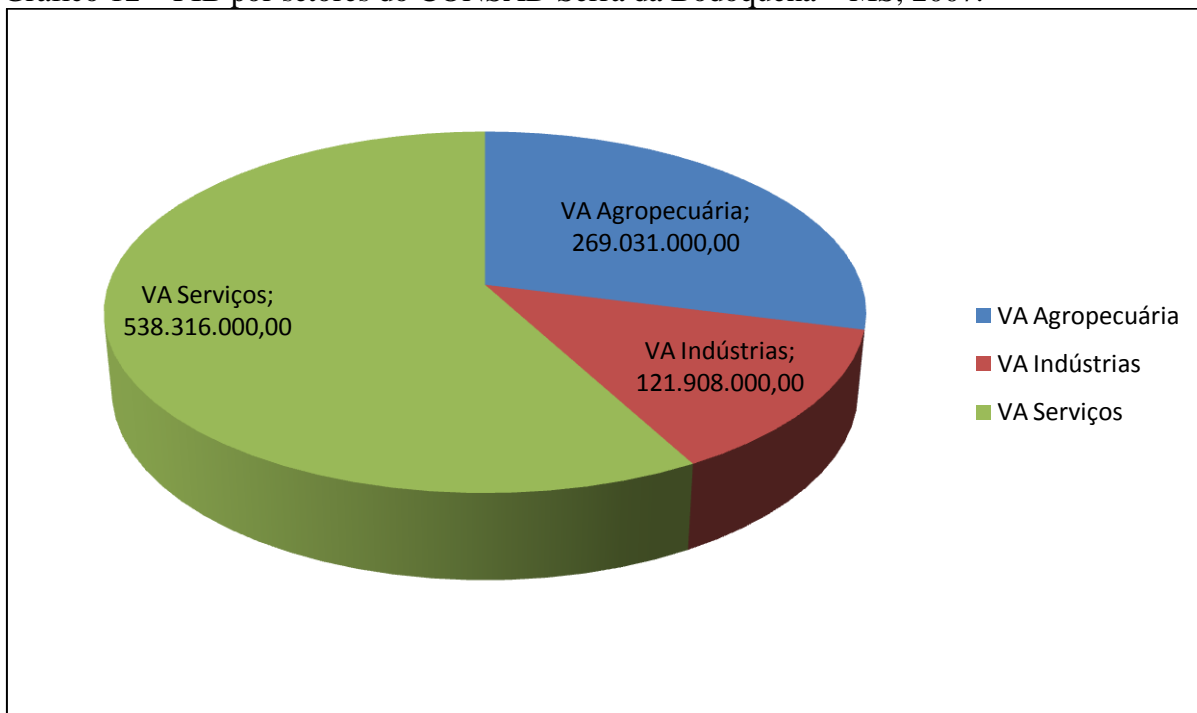
Gráfico 11 – Principais produtos produzidos de acordo com a área plantada (em hectares), 2009.



Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

No que diz respeito às informações referentes ao PIB dos municípios do CONSAD em questão, o mesmo totalizou R\$ 1.028.062.000,00 (a preços correntes), no ano de 2007 (IBGE), representando 3,65% do PIB estadual (R\$ 28.121.420.000,00). O total do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária foi de R\$ 269.031.000,00, da Indústria foi de R\$ 121.908.000,00 e o de Serviços foi equivalente a R\$ 538.316.000,00, evidenciando a predominância do setor de serviços na economia da região. Tem-se, ainda, o PIB per capita médio da região, que foi de R\$ 9.276,37, valor não muito distante do PIB per capita médio de Mato Grosso do Sul (R\$ 12.411, 18).

Gráfico 12 – PIB por setores do CONSAD Serra da Bodoquena – MS, 2007.



Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

Finalmente, de acordo com o Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Sudoeste de MS (2002), as principais potencialidades dos municípios do CONSAD Serra da Bodoquena são: condições ambientais favoráveis para a agropecuária; fazendas com potencialidades para o ecoturismo; assentamentos com produção diversificada; riqueza de recursos hídricos; recursos minerais abundantes; diversidade de atrativos histórico-culturais; produção artesanal diversificada; festas tradicionais e exposições agropecuárias; riqueza da cultura indígena com aldeias produtivas; fauna e flora diversificadas (IPLAN-MS & COREDES SUDOESTE, 2002).

4.1.3 CONSAD Vale do Ivinhema

O CONSAD Vale do Ivinhema está localizado na Região Leste do Estado de Mato Grosso do Sul e é composto por cinco municípios: Anaurilândia, Bataguassu, Batayporã, Nova Andradina e Taquarussu. A sede do CONSAD na região fica em Batayporã. Na Figura 4, é possível obter uma visão dessa área.

Figura 4 – Municípios pertencentes ao CONSAD Vale do Ivinhema.



Fonte: IPLAN-MS & COREDES LESTE, 2002.

A ocupação da Região do CONSAD Vale do Ivinhema se deu originariamente pela penetração de bandeirantes, sertanista e monçoeiros que buscavam ouro, caçavam índios e se aventuravam na conquista de novas riquezas. Antes, era ocupada pelos Terena e Kaiowá que habitavam, até o Século XVIII, a área do território do atual Mato Grosso do Sul que se estendia desde os campos de Maracaju até a margem direita do rio Paraná (IPLAN-MS & COREDES LESTE, 2002).

A exploração da erva-mate trouxe importantes mudanças na fisionomia social e econômica regional, dando impulso à economia estadual do início do século XX. As plantações da Companhia Mate Laranjeira ocupavam uma vasta extensão territorial que ia desde as margens dos rios Brilhante e Ivinhema, ao norte, o Paraná, a leste, o Iguatemi, a sul, e o rio Dourados e a serra do Amambai, a oeste. Desse modo, parte da Região em estudo integrava a área daquela empresa (IPLAN-MS & COREDES LESTE, 2002).

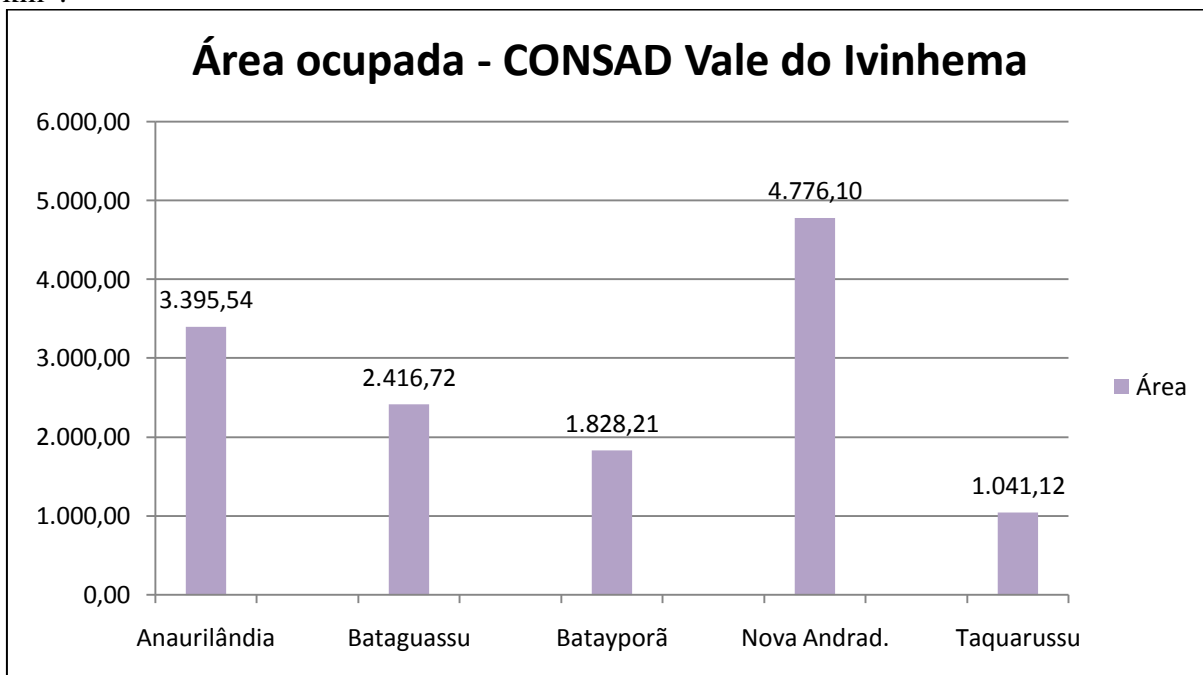
Ao longo dos anos cinquenta e sessenta consolidou-se a região dotando-se de certa homogeneidade que se expressa na produção de bens econômicos a partir da agricultura e da pecuária, atividades econômicas que ainda hoje, impulsionam as às demais, como o comércio,

a indústria e os serviços em geral, possibilitando o desenvolvimento regional. Durante os anos oitenta e noventa, surge incipiente processo de agroindustrialização, notando-se, todavia, uma desaceleração do processo de crescimento demográfico como resultante da falta de oportunidades de emprego e obtenção de renda (IPLAN-MS & COREDES LESTE, 2002).

Os municípios mais antigos da Região Leste, Bataguassu e Nova Andradina, originaram-se por força da expansão capitalista, quando alguns empreendedores e desbravadores vindos principalmente do vizinho estado de São Paulo, adquirem terras na região destinando-as à pecuária e ao processo de à colonização, momento em que, começam a surgir as povoações que originaram as atuais sedes dos municípios citados, durante os anos trinta do século XX. Esses municípios ainda são os líderes do processo de desenvolvimento econômico na região, sendo importantes cidades pólo da integração regional. A origem da maioria dos demais municípios que compõem a região é decorrente dos desmembramentos territoriais ocorridos em Bataguassu e Nova Andradina (IPLAN-MS & COREDES LESTE, 2002).

Quanto ao seu tamanho, de acordo com a SEMAC/MS, o CONSAD Vale do Ivinhema ocupa uma área de 13.457,69 km², a menor entre os CONSADs analisados, equivalente a 3,77% da área total do Estado de Mato Grosso do Sul (357.124,96 km²). No Gráfico 13, é possível notar que o município da região que possui a maior área é o de Nova Andradina e a menor área está localizada no município de Taquarussu.

Gráfico 13 – Área dos municípios pertencentes ao CONSAD Vale do Ivinhema – MS, em km².

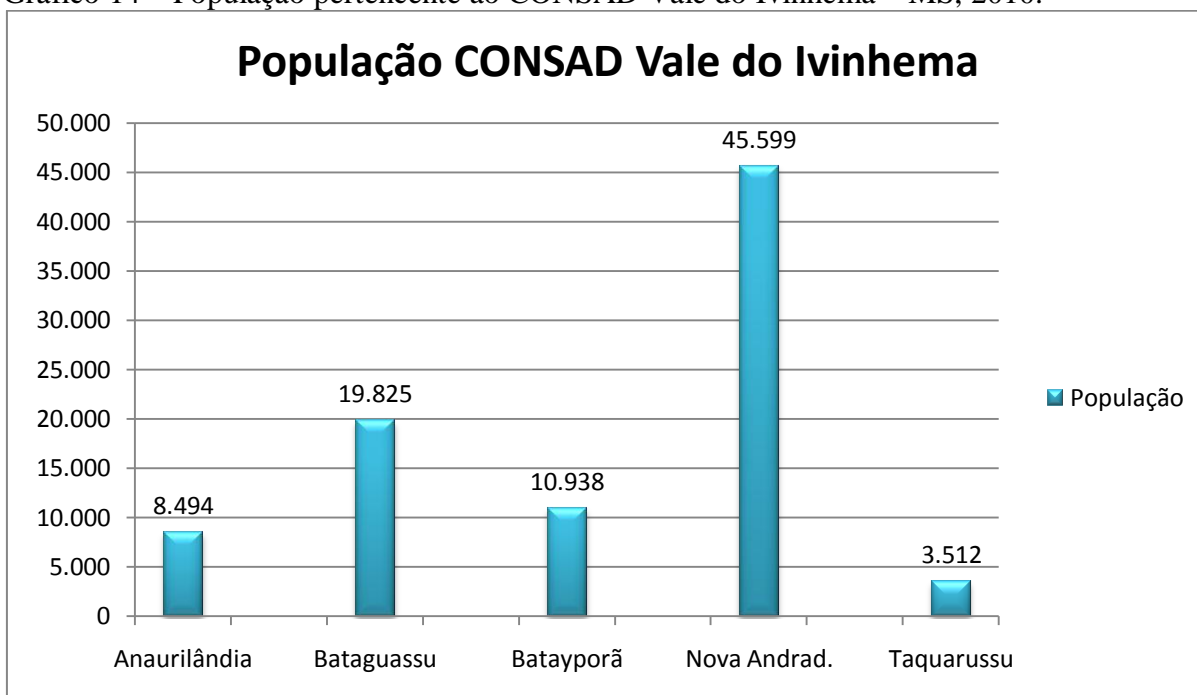


Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

Com relação ao tamanho da população, segundo o Censo 2010, o CONSAD Vale do Ivinhema possui 88.368 habitantes, o que equivale a 3,61% da população total de Mato Grosso do Sul (2.449.341 habitantes). O município que apresenta o maior número de habitantes é o de Nova Andradina, com 45.599 habitantes e o menor, por sua vez, é o de Taquarussu, com 3.512 habitantes (ver Gráfico 14). A densidade populacional média desse território é de 5,92 hab/km².

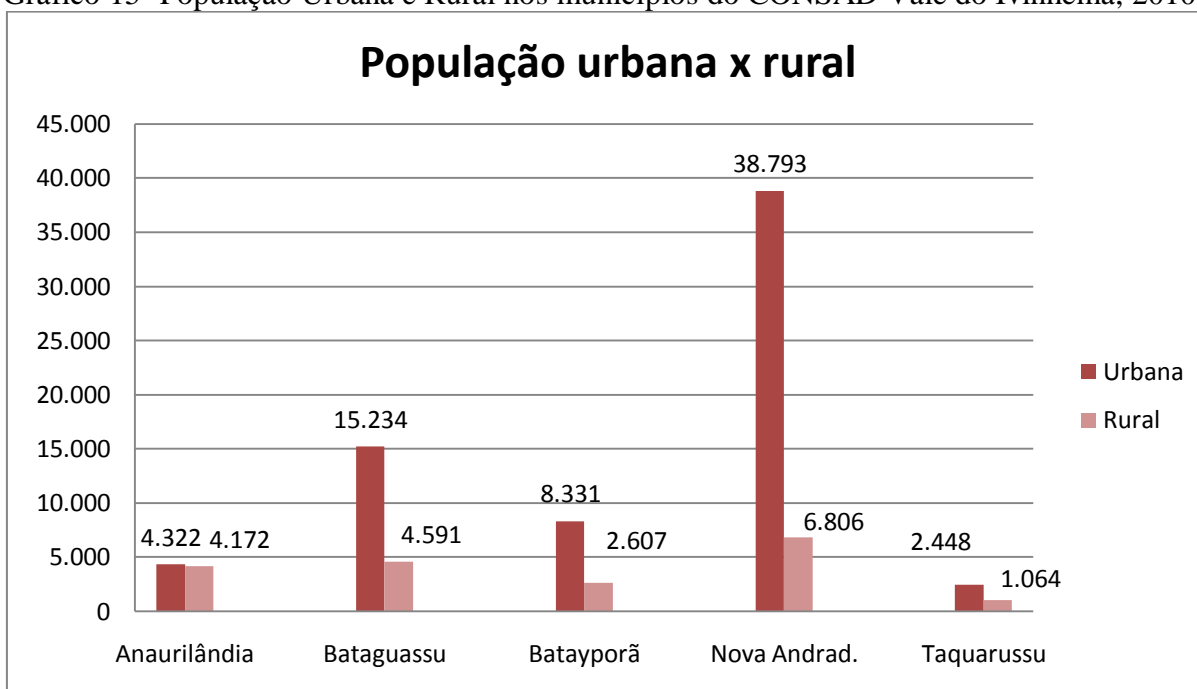
De acordo com o Censo 2010, 69.128 habitantes viviam na zona urbana e 19.240 na zona rural. A predominância quantitativa da população urbana sobre a rural ocorre em todos os municípios do CONSAD Vale do Ivinhema, como é possível analisar no Gráfico 15.

Gráfico 14 – População pertencente ao CONSAD Vale do Ivinhema – MS, 2010.



Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

Gráfico 15- População Urbana e Rural nos municípios do CONSAD Vale do Ivinhema, 2010.

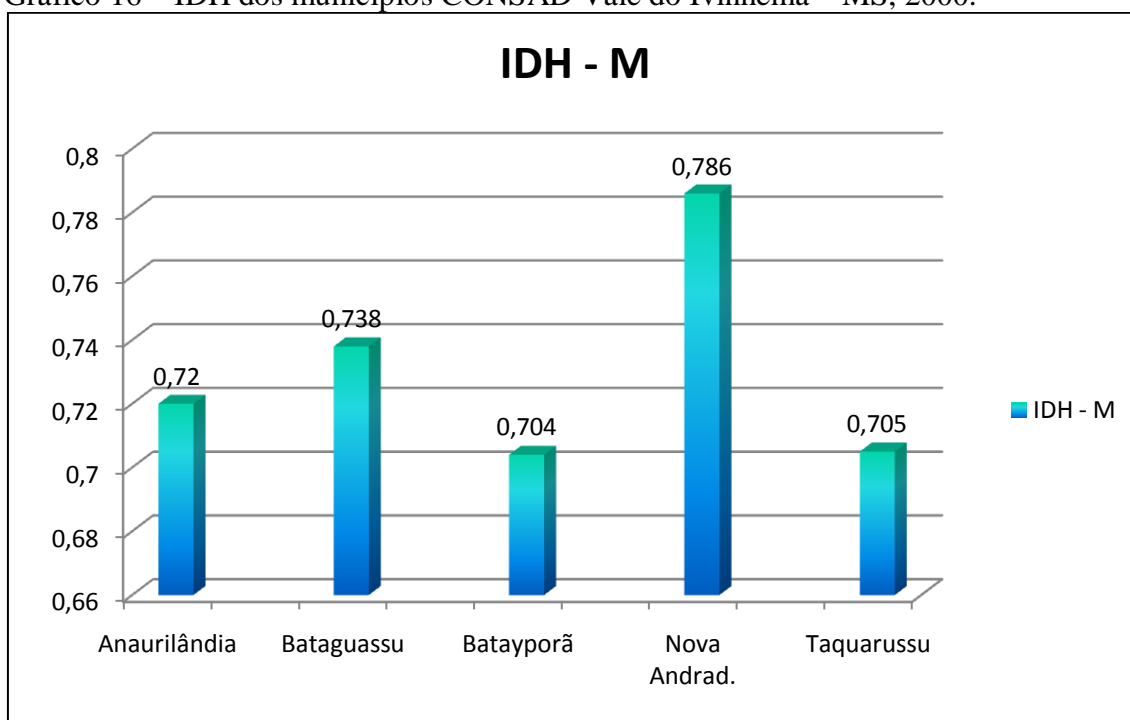


Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IBGE, 2000), a média apresentada pelo CONSAD em questão foi de 0,7306, valor que está entre as regiões de

médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), além de ser a segunda melhor média de IDH dos territórios CONSAD de Mato Grosso do Sul. O município com o maior IDH foi o de Nova Andradina e, em contrapartida, o município de Batayporã obteve o menor IDH (ver Gráfico 16).

Gráfico 16 – IDH dos municípios CONSAD Vale do Ivinhema – MS, 2000.



Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

Já segundo o Censo Agropecuário 2006, o CONSAD Vale do Ivinhema apresentou 4.698 estabelecimentos agropecuários, que em sua grande maioria (1.410) possuíam área de 20 a 50 hectares, seguidos dos estabelecimentos de 10 a 20 hectares (1.046), depois os de 5 a 10 hectares (370), situação bastante semelhante ao CONSAD Serra da Bodoquena.

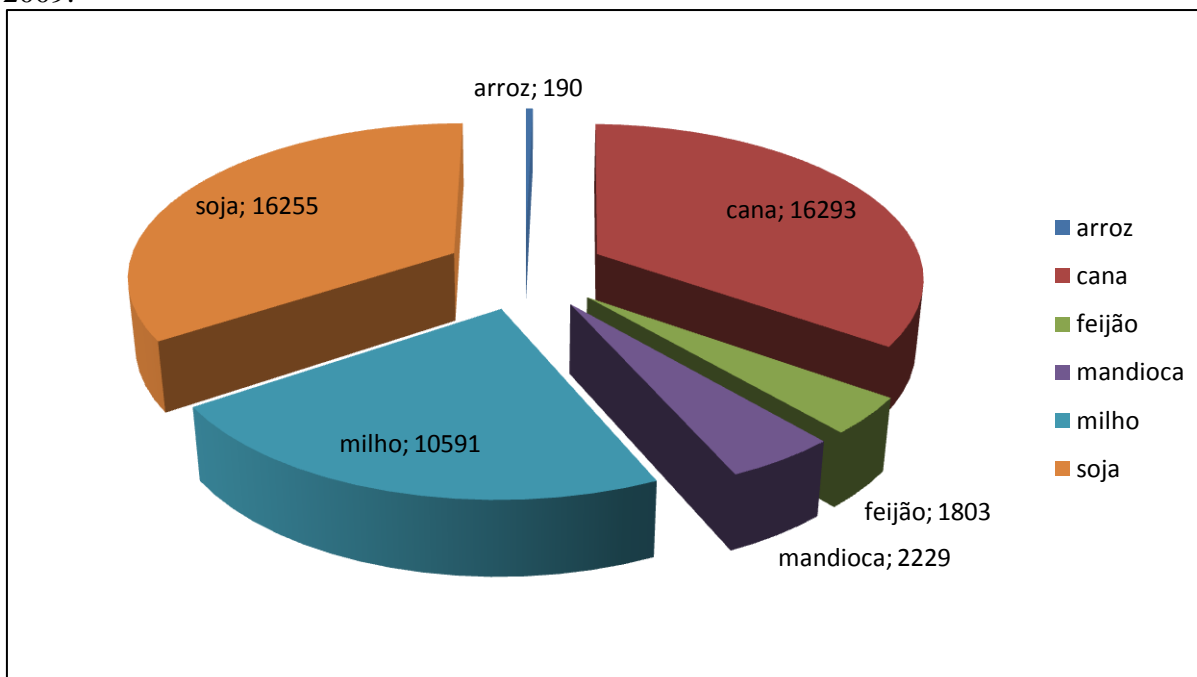
Quadro 7 – Estabelecimentos Agropecuários do CONSAD Vale do Ivinhema, 2006.

Cidade	10-20ha	20-50ha	50-100ha	100-200ha	200-500ha	500-1000ha	1000-2500ha
Anaurilândia	22	198	38	45	102	81	55
Bataguassu	69	375	24	26	34	40	28
Batayporã	260	112	40	58	81	34	33
Nova Andrad.	653	675	236	110	129	97	43
Taquarussu	42	50	20	15	16	9	10

Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

No que diz respeito aos principais produtos produzidos na região, segundo a Produção Agrícola Municipal de 2009, a cana domina a atividade agrícola com uma área plantada de 16.293 hectares, o equivalente a 34,4% da área plantada total da região. Em segundo lugar, está a soja, com uma área plantada de 16.255 hectares, seguido pela plantação de milho, com uma área plantada de 10.591 hectares. Outros produtos, considerados juntos, não passam de 8,91% de contribuição para a formação agrícola da região, em termos de área plantada.

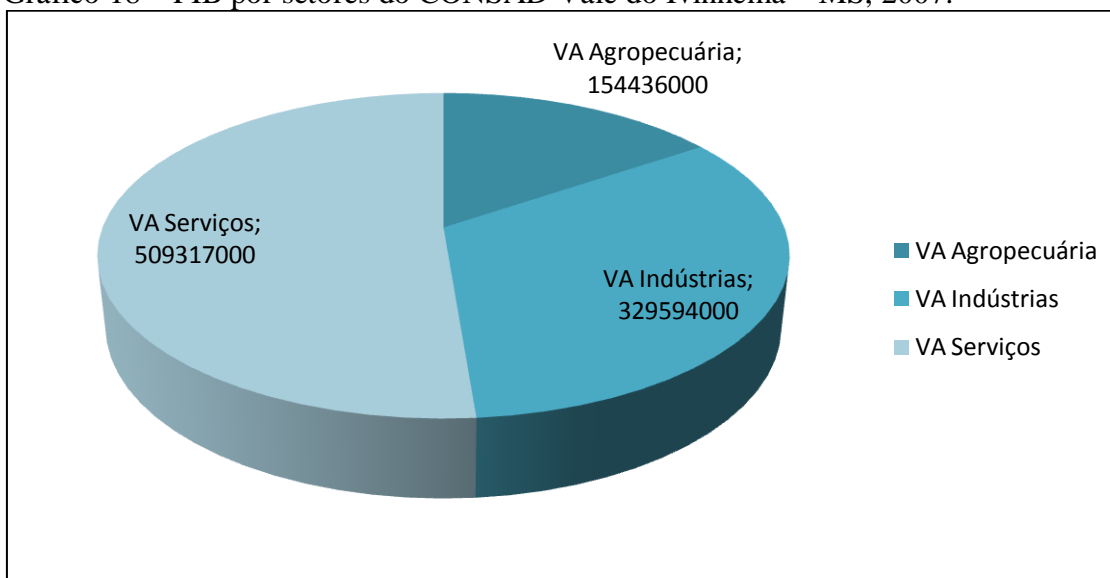
Gráfico 17 – Principais produtos produzidos de acordo com a área plantada (em hectares), 2009.



Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

Já no intuito de situar a posição da região dentro da economia de Mato Grosso do Sul, tem-se as informações referentes ao PIB dos municípios do CONSAD Vale do Ivinhema, que totalizou R\$ 1.100.063.000,00 (a preços correntes), no ano de 2007 (IBGE). O total do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária foi de R\$ 154.436.000,00, da Indústria foi de R\$ 329.594.000,00 e o de Serviços foi equivalente a R\$ 509.317.000,00, evidenciando a predominância do setor de serviços na economia da região. Tem-se, ainda, o PIB per capita médio da região, que foi de R\$ 12.083,8, valor não muito distante do PIB per capita médio de Mato Grosso do Sul (R\$ 12.411, 18).

Gráfico 18 – PIB por setores do CONSAD Vale do Ivinhema – MS, 2007.



Fonte: Elaborado pela autora por meio de dados da SEMAC/MS.

Finalmente, de acordo com o Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Leste de MS (2002), as principais potencialidades dos municípios do CONSAD Vale do Ivinhema são: aptidão da região para a agricultura de larga e pequena escala; grande quantidade de pequenos agricultores; grande produção artesanal; localização estratégica próxima de mercados internos; disponibilidade de mão-de-obra em grande quantidade e com baixa faixa etária; disponibilidade de matéria-prima para agroindústrias de processamento de produtos agropecuários; presença de grande rebanho bovino de corte e de leite; terras férteis e clima favorável para a exploração da agricultura e da pecuária; e, ainda, riqueza dos recursos hídricos para a exploração do turismo (IPLAN-MS & COREDES LESTE, 2002).

4.2 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEUS RESULTADOS PARA OS TERRITÓRIOS CONSAD DE MATO GROSSO DO SUL

Antes de analisar os indicadores de desenvolvimento rural de cada município dos CONSADs de Mato Grosso do Sul, serão descritos seus indicadores parciais (IPOP, IBES, IDE e IMA), lembrando que, o IDR é a média aritmética:

$$\text{IDR} = (\text{IPOP} + \text{IBES} + \text{IECO} + \text{IMA}) / 4$$

4.2.1 Índice Populacional (IPOP)

Com o objetivo de medir a dinâmica da população de cada município, o índice populacional é composto pela média parcial das variáveis: densidade demográfica (padronizada), variação da população rural entre 2007 e 2010 (padronizada), proporção da população rural no município e proporção da população que não morou sempre no município, valores representados no Quadro 8.

Quadro 8 – Indicadores populacionais

Cidade	Densidade	Variação Pop. Rural	Prop. Pop. Rural	Pop. NÃO morou sempre
CONSAD Iguatemi				
Coronel S.	0,3692	0,6135	0,2742	0,3824
Eldorado	0,3060	0,0000	0,2009	0,5794
Iguatemi	0,1207	0,2816	0,2598	0,5638
Itaquiraí	0,2352	0,7882	0,5916	0,7247
Japorã	0,5002	0,6206	0,8156	0,5214
Mundo Novo	1,0000	0,4290	0,1034	0,6500
Naviraí	0,3936	0,5150	0,0771	0,5335
Paranhos	0,2487	0,6705	0,4931	0,3635
Ponta Porã	0,3965	0,5546	0,2031	0,3448
Sete Quedas	0,3514	0,4434	0,1675	0,6212
Tacuru	0,1400	1,0000	0,6312	0,4478
CONSAD Serra da Bodoquena				
Bela Vista	0,1115	0,2851	0,1834	0,2585
Bodoquena	0,0669	0,0400	0,2765	0,5144
Bonito	0,0896	0,3917	0,1754	0,4050
Caracol	0,0280	0,8425	0,4000	0,2730
Guia Lopes	0,2220	0,2637	0,1525	0,4128
Jardim	0,2941	0,1966	0,0659	0,4551
Nioaque	0,0808	0,2986	0,5097	0,5527
Porto Murt.	0,0000	0,5392	0,3455	0,2690
CONSAD Vale do Ivinhema				
Anaurilândia	0,0472	0,7262	0,4912	0,5067
Bataguassu	0,2116	0,4352	0,2316	0,6032
Batayporã	0,1476	0,1929	0,2383	0,6248
N. Andradina	0,2504	0,4663	0,1493	0,5795
Taquarussu	0,0723	0,6217	0,3030	0,5899
Média	0,2368	0,4673	0,3058	0,4907

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE.

Em termos de densidade populacional, o município de Mundo Novo foi o que apresentou maior densidade, com 34,54 habitantes/km², enquanto que Porto Murtinho obteve o menor valor, apenas 0,87 habitantes/km². Além disso, o CONSAD Iguatemi é o que possui os maiores valores de densidade demográfica, fazendo com que sua média seja maior quando comparada ao CONSAD Serra da Bodoquena e Vale do Ivinhema.

O município de Tacuru foi o que obteve a maior variação da população rural entre os anos de 2007 e 2010, passando de 5.276 habitantes para 6.448. Em relação à proporção da população rural no município, Japorã é o município que possui a maior parte de sua população rural (81,55%), não apenas dos CONSADs analisados, como também de todo o Mato Grosso do Sul. O município de Jardim tem a menor proporção de população rural, com apenas 6,5% dos habitantes.

Apesar de não identificar o município de procedência, a migração pode fornecer uma idéia geral do poder de atração de cada município. Itaquiraí é o município em que a proporção da população que não morou sempre no município é a maior (72,46%). Já Bela Vista possui a menor proporção de habitantes que não moraram sempre no município (25,85%). Com os resultados apresentados, foi possível calcular o índice populacional para as regiões, conforme evidenciado no Quadro 9.

Quadro 9 – Índice populacional

Cidade	IPOP
CONSAD Iguatemi	
Coronel Sapucaia	0,4098
Eldorado	0,2716
Iguatemi	0,3065
Itaquiraí	0,5849
Japorã	0,6144
Mundo Novo	0,5456
Naviraí	0,3798
Paranhos	0,4439
Ponta Porã	0,3747
Sete Quedas	0,3959
Tacuru	0,5548
Média CONSAD	0,4439
CONSAD Serra da Bodoquena	
Bela Vista	0,2097
Bodoquena	0,2244
Bonito	0,2654
Caracol	0,3859
Guia Lopes	0,2627
Jardim	0,2529
Nioaque	0,3604
Porto Murinho	0,2884
Média CONSAD	0,2812
CONSAD Vale do Ivinhema	
Anaurilândia	0,4428
Bataguassu	0,3704
Batayporã	0,3009
Nova Andradina	0,3614
Taquarussu	0,3967
Média CONSAD	0,3744

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos resultados encontrados.

Analisando o Quadro 9, percebe-se que Japorã é o município com o maior IPOP (0,6144), fato que pode ser explicado pelo crescimento da população rural entre 2007 e 2010, além do total da população rural em relação à população total do município. Por outro lado, tem-se Bela Vista, com o menor IPOP dos CONSADs de Mato Grosso do Sul (0,2096), valor que tem fundamento na proporção da população que não morou sempre no município (migração).

Na comparação entre as três regiões, o CONSAD Iguatemi foi o que obteve o maior IPOP médio, seguido pelo CONSAD Vale do Ivinhema e, por último, o CONSAD Serra da Bodoquena, o qual possui os municípios com os menores índices populacionais encontrados. É importante ressaltar que o CONSAD Iguatemi obteve as maiores médias dos indicadores parciais, ficando atrás apenas do CONSAD Vale do Ivinhema no que diz respeito à proporção da população que não morou sempre no município, tendo em vista que a região do Vale do Ivinhema é a que está mais próxima do Estado de São Paulo, recebendo bastante influência do mesmo.

4.2.2 Índice de Bem – Estar Social (IBES)

O índice de bem – estar social tem o objetivo de refletir as condições de infra-estrutura das regiões analisadas e está composto pela média parcial das variáveis: taxa de analfabetismo; média de anos de estudo (padronizada); proporção de crianças de 7 a 14 anos na escola; proporção de domicílios rurais com água encanada em pelo menos um cômodo e proporção de domicílios rurais com abastecimento de água ligada à rede geral de abastecimento. As variáveis citadas podem ser analisadas no Quadro 10.

Vale lembrar que da variável taxa de analfabetismo foi subtraída uma unidade do resultado, levando em conta que esta é uma variável negativa, ou seja, quanto menor a quantidade de indivíduos com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever, melhor será a taxa de analfabetismo para um determinado município.

Quadro 10 – Indicadores de bem – estar social

Cidade	Txa. Analfabetismo	Média Anos Estudo	Crianças na escola	C/água 1 cômodo	C/abast. Água
CONSAD Iguatemi					
Coronel S.	0,7703	0,3037	0,9180	-	-
Eldorado	0,8092	0,6337	0,9322	0,0745	0,0759
Iguatemi	0,8427	0,6233	0,9408	0,0661	0,0673
Itaquiraí	0,7987	0,5231	0,9176	0,0676	0,0681
Japorã	0,6843	-	0,8867	0,2318	0,4038
Mundo Novo	0,8431	0,7897	0,9559	0,2476	0,2514
Naviraí	0,8500	0,7362	0,9550	0,0295	0,0473
Paranhos	0,7491	0,1859	0,8734	0,1138	0,1916
Ponta Porã	0,8927	1,0000	0,9528	0,2281	0,2281
Sete Quedas	0,7882	0,3453	0,9107	0,1770	0,2120
Tacuru	0,7390	0,3579	0,8992	0,0035	0,0046
Média CONSAD	0,7970	0,4999	0,9220	0,1127	0,1409
CONSAD Serra da Bodoquena					
Bela Vista	0,8725	0,9899	0,9550	0,0496	0,0610
Bodoquena	0,8270	0,4914	0,9683	0,0509	0,1005
Bonito	0,8749	0,6627	0,9480	0,0592	0,1033
Caracol	0,8620	0,5434	0,9074	0,0646	0,0711
Guia Lopes	0,8242	0,7078	0,9357	0,0199	0,0199
Jardim	0,8867	0,9311	0,9480	0,0718	0,0851
Nioaque	0,8239	0,5044	0,9451	0,1114	0,1830
Porto Murt.	0,8201	0,4821	0,8820	0,1159	0,1731
Média CONSAD	0,8489	0,6641	0,9361	0,0679	0,0996
CONSAD Vale do Ivinhema					
Anaurilândia	0,8160	0,4077	0,9624	0,2936	0,3319
Bataguassu	0,8454	0,8944	0,9757	0,3738	0,3863
Batayporã	0,8161	0,5061	0,9539	0,0127	0,0207
Nova Andrad.	0,8796	0,9371	0,9707	0,1585	0,1794
Taquarussu	0,7754	0,4946	0,9539	0,0670	0,0719
Média CONSAD	0,8265	0,6480	0,9633	0,1811	0,1980

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE.

O município com o melhor resultado do percentual de indivíduos com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever foi o de Ponta Porã, com 10,73% de analfabetos. O município de Japorã apresentou o pior valor, não apenas das regiões analisadas, como também de todo o Estado de Mato Grosso do Sul, com 31,57% de sua população analfabeta.

Quanto à média de anos de estudo da população de 15 anos ou mais, outra vez os resultados se repetem. Ponta Porã obteve o melhor resultado, com uma média de 6,33 anos de estudo, ou seja, a maioria da população do município concluiu a 6ª série do ensino fundamental. Por sua vez, Japorã obteve o pior resultado, também para todo o Estado de Mato Grosso do Sul, com uma população que estudou em média 3,61 anos, o que significa que grande parte de seus habitantes não chegou a concluir a 4ª série do ensino fundamental.

Em termos de percentual de crianças de 7 a 14 anos de idade na escola, o município de Bataguassu apresentou o melhor resultado, com 97,57%. O pior resultado ficou para o município de Paranhos, tendo 87,34% de crianças de 7 a 14 anos na escola.

No que diz respeito à proporção de domicílios rurais com água canalizada e distribuição interna em um ou mais cômodos, o município de Bataguassu obteve o melhor valor, com 37,39% dos domicílios rurais com água encanada em pelo menos um cômodo. O município de Coronel Sapucaia não apresentou domicílios rurais com água canalizada em um ou mais cômodos.

Em relação à forma de abastecimento de água nos domicílios rurais, Japorã apresentou o maior número de domicílios rurais que têm acesso à água ligados à rede geral de abastecimento. Já o município de Coronel Sapucaia, assim como não apresentou domicílios rurais com água encanada em pelo menos um cômodo, também não apresentou domicílios rurais com acesso à água ligados à rede geral de abastecimento. Nesse caso, a maioria dos domicílios rurais, não apenas em Coronel Sapucaia, mas de todos os municípios dos CONSADs analisados, são abastecidos por água proveniente de poço ou nascente.

O índice de bem – estar social, então, foi calculado por meio dos dados analisados anteriormente e seus resultados podem ser vistos no Quadro 11.

Quadro 11 – Índice de bem – estar social

Cidade	IBES
CONSAD Iguatemi	
Coronel Sapucaia	0,3942
Eldorado	0,5218
Iguatemi	0,4972
Itaquiraí	0,4631
Japorã	0,4585
Mundo Novo	0,6108
Naviraí	0,5222
Paranhos	0,4327
Ponta Porã	0,6187
Sete Quedas	0,4977
Tacuru	0,4231
Média CONSAD	0,4945
CONSAD Serra da Bodoquena	
Bela Vista	0,5856
Bodoquena	0,4876
Bonito	0,5297
Caracol	0,4897
Guia Lopes	0,5015
Jardim	0,5846
Nioaque	0,5136
Porto Murtinho	0,4947
Média CONSAD	0,5234
CONSAD Vale do Ivinhema	
Anaurilândia	0,5623
Bataguassu	0,6951
Batayporã	0,4619
Nova Andradina	0,6251
Taquarussu	0,4726
Média CONSAD	0,5634

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos resultados encontrados.

O melhor IBES foi obtido pelo município de Bataguassu, que apresentou a maior proporção de crianças de 7 a 14 anos na escola e a maior proporção de domicílios rurais com água encanada em pelo menos um cômodo. O município de Coronel Sapucaia obteve o pior resultado, levando em conta que não apresentou domicílios rurais com água encanada em pelo menos um cômodo e nem domicílios rurais com acesso à água ligado à rede geral de abastecimento, fazendo com que o seu índice de bem – estar social médio fosse o mais baixo dos municípios analisados.

Comparando as três regiões, o CONSAD que apresentou o melhor índice de bem – estar social foi o Vale do Ivinhema, com um IBES médio de 0,5634, seguido pelo CONSAD Serra da Bodoquena (IBES médio = 0,5234) e, finalmente, tem-se o CONSAD Iguatemi, com a média do IBES de 0,4945.

Como o índice é calculado a partir da média de indicadores parciais de bem – estar social, o melhor resultado alcançado pelo CONSAD Vale do Ivinhema é explicado pelo fato de que a região possui municípios com elevados IBES, como os municípios de Bataguassu (IBES = 0,6951), Nova Andradina (IBES = 0,6251) e Anaurilândia (IBES = 0,5623). O mesmo vale para o CONSAD Iguatemi que, apesar de ter os municípios de Ponta Porã (IBES = 0,6187) e Mundo Novo (0,6108) com bons resultados para o indicador, possui, em sua maioria, municípios com baixos valores para o IBES, fazendo com que o índice médio da região fosse o mais baixo dos CONSADs analisados.

4.2.3 Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE)

O índice de desenvolvimento econômico busca evidenciar a dinâmica do mercado de trabalho e do rendimento médio dos domicílios pertencentes aos municípios considerados. As variáveis que compõem o índice são: proporção de ocupados em atividades não agrícolas (padronizada) e renda média domiciliar rural (padronizada). Os valores obtidos podem ser avaliados no Quadro 12.

Quadro 12 – Indicadores de Desenvolvimento Econômico

Cidade	Prop. de ocupados em ativ. não agrícolas	Renda média domiciliar
CONSAD Iguatemi		
Coronel Sapucaia	0,2947	0,1162
Eldorado	0,3304	0,0797
Iguatemi	0,3799	0,4045
Itaquiraí	0,0646	0,1412
Japorã	0,0000	0,0000
Mundo Novo	0,7003	0,8209
Naviraí	0,6014	0,4381
Paranhos	0,1865	0,0429
Ponta Porã	1,0000	1,0000
Sete Quedas	0,3235	0,7134
Tacuru	0,1039	0,1257
Média CONSAD	0,3623	0,3530
CONSAD Serra da Bodoquena		
Bela Vista	0,4769	0,1814
Bodoquena	0,1869	0,8738
Bonito	0,4549	0,7815
Caracol	0,1615	0,3380
Guia Lopes	0,4411	0,8786
Jardim	0,7045	0,3624
Nioaque	0,1022	0,3006
Porto Murinho	0,2926	0,1688
Média CONSAD	0,3526	0,4856
CONSAD Vale do Ivinhema		
Anaurilândia	0,2669	0,6538
Bataguassu	0,3548	0,6291
Batayporã	0,2551	0,1558
Nova Andradina	0,9012	0,2523
Taquarussu	0,1312	0,4211
Média CONSAD	0,3818	0,4224

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE.

O município que apresentou a maior proporção de ocupados em atividades não agrícolas foi o de Ponta Porã, com 19.610 habitantes que não estão ocupados em atividades relacionadas à agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, pesca e piscicultura, tendo apenas 3.744 ocupados em atividades consideradas agrícolas. O município com a menor proporção de ocupados em atividades não agrícolas foi o de Japorã, com apenas 526 ocupados em atividades não agrícolas e 2.238 habitantes ocupados em atividades

consideradas agrícolas, o que faz todo sentido, já que a maior parte de sua população vive no meio rural.

Quanto à renda média domiciliar, mais uma vez os resultados mostraram-se semelhantes, pois o município que obteve o melhor resultado foi o de Ponta Porã, com um rendimento médio domiciliar rural de R\$ 740,90 e o pior resultado foi obtido pelo município de Japorã, com uma renda média domiciliar rural de apenas R\$ 345,94. Tais valores, apesar de não serem os únicos, fornecem uma noção geral da condição de vida desses trabalhadores rurais.

Com os resultados, foi possível calcular o índice de desenvolvimento econômico para os CONSADs de Mato Grosso do Sul. Os valores podem ser evidenciados no Quadro 13.

Quadro 13 – Índice de Desenvolvimento Econômico

Cidade	IDE
CONSAD Iguatemi	
Coronel Sapucaia	0,2054
Eldorado	0,2050
Iguatemi	0,3922
Itaquiraí	0,1029
Japorã	0
Mundo Novo	0,7605
Naviraí	0,5197
Paranhos	0,1147
Ponta Porã	1
Sete Quedas	0,5184
Tacuru	0,1147
Média CONSAD	0,3576
CONSAD Serra da Bodoquena	
Bela Vista	0,3291
Bodoquena	0,5303
Bonito	0,6181
Caracol	0,2497
Guia Lopes	0,6598
Jardim	0,5334
Nioaque	0,2013
Porto Murtinho	0,2307
Média CONSAD	0,4191
CONSAD Vale do Ivinhema	
Anaurilândia	0,4603
Bataguassu	0,4919
Batayporã	0,2054
Nova Andradina	0,5767
Taquarussu	0,2761
Média CONSAD	0,4021

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos resultados encontrados.

Em relação ao índice de desenvolvimento econômico, o município que apresentou o melhor resultado foi o de Ponta Porã (IDE = 1) e o de menor valor foi Japorã (IDE = 0). É importante lembrar que os indicadores parciais foram padronizados e que ambos os municípios apresentaram os maiores e menores valores para a proporção de ocupados em atividades agrícolas e para a variável rendimento médio domiciliar rural.

No que diz respeito aos CONSADs como um todo, a região de Serra da Bodoquena foi a que obteve o maior IDE médio (0,4191), com resultados elevados para a maioria de seus municípios, como Guia Lopes da Laguna (0,6559), Bonito (0,6181) e Jardim (0,5334). A segunda maior média de IDE foi obtida pelo CONSAD Vale do Ivinhema, com um índice de 0,4021. Por fim, tem-se o CONSAD Iguatemi, que apresentou um IDE médio de 0,3576 e, ainda, apesar de possuir o município com o maior valor para o IDE (Ponta Porã), a região foi a que obteve o menor IDE médio quando comparada aos outros CONSADs da região, tendo em vista que a maioria de seus municípios apresentaram valores pequenos para o IDE.

4.2.4 Índice de Meio Ambiente (IMA)

O índice de meio ambiente está relacionado com questões que envolvem a preservação do meio rural. As variáveis que o compõem são: proporção de estabelecimentos rurais que adotam práticas de conservação do solo, proporção de estabelecimentos que usam adubos e fertilizantes e, ainda, ausência de monocultura. Os resultados podem ser observados no Quadro 14.

Vale ressaltar que para o cálculo da variável proporção de estabelecimentos que utilizam fertilizantes e adubos, subtraiu-se uma unidade do resultado, já que esta é uma variável negativa, ou seja, quanto menor o uso de adubos e fertilizantes, menores são os impactos ambientais.

Quadro 14 – Indicadores de meio ambiente

Cidade	Prop. estab. práticas conserv. do solo	Prop. estab. usam adubos ou fertil.	Ausência de monocultura
CONSAD Iguatemi			
Coronel Sapucaia	0,4071	0,7655	0,0037
Eldorado	0,6209	0,6469	0,0473
Iguatemi	0,4327	0,8824	0,0005
Itaquiraí	0,7101	0,8281	0,0325
Japorã	0,3976	0,8782	0,0238
Mundo Novo	0,6489	0,6586	0,0151
Naviraí	0,4786	0,6206	0,0154
Paranhos	0,4489	0,8297	0,0247
Ponta Porã	0,5548	0,7144	0,0365
Sete Quedas	0,2707	0,7519	0,0336
Tacuru	0,6038	0,6769	0,0215
Média CONSAD	0,5067	0,7908	0,0231
CONSAD Serra da Bodoquena			
Bela Vista	0,2319	0,8756	0,0315
Bodoquena	0,2615	0,9614	0,7877
Bonito	0,3082	0,9403	0,0468
Caracol	0,1330	0,9591	0,1200
Guia Lopes	0,3625	0,9381	0,4236
Jardim	0,2220	0,9268	0,0709
Nioaque	0,2917	0,9534	0,2964
Porto Murtinho	0,0806	0,9587	0,6471
Média CONSAD	0,2364	0,9392	0,3030
CONSAD Vale do Ivinhema			
Anaurilândia	0,1399	0,9300	0,0221
Bataguassu	0,0440	0,9313	0,3793
Batayporã	0,2714	0,8331	0,0392
Nova Andradina	0,2015	0,9038	0,0259
Taquarussu	0,3396	0,7500	0,1313
Média CONSAD	0,1993	0,8697	0,1196

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do IBGE.

Em termos de estabelecimentos que realizam práticas de conservação do solo, o município que obteve melhor resultado foi o de Itaquiraí, tendo 71,01% de seus estabelecimentos agropecuários que realizaram práticas de conservação do solo. O município de Bataguassu apresentou o menor número de estabelecimentos agropecuários que adotaram práticas de conservação do solo, com uma proporção de apenas 4,4%, de um total de 728 estabelecimentos agropecuários.

No caso de estabelecimentos que utilizam adubos e fertilizantes agrícolas, o município que apresentou o maior valor foi o de Naviraí, com 37,93% de seus estabelecimentos que fazem uso de algum tipo de adubo e fertilizante. Já o município de Bodoquena possui o menor percentual de estabelecimentos que usam adubos e fertilizantes, com 3,86% do total de seus estabelecimentos agropecuários.

Por fim, tem-se o indicador de ausência de monocultura. O município que apresentou o maior índice de ausência de monocultura foi o de Bodoquena, com um valor de 0,7877. O município de Iguatemi obteve o menor índice, com 0,0005 de ausência de monocultura, ou seja, teoricamente o município tem uma presença muito baixa de agricultura familiar.

Os resultados descritos acima permitiram o cálculo do índice de meio ambiente e podem ser evidenciados no Quadro 15.

Quadro 15 – Índice de meio ambiente

Cidade	IMA
CONSAD Iguatemi	
Coronel Sapucaia	0,3921
Eldorado	0,4384
Iguatemi	0,4386
Itaquiraí	0,5236
Japorã	0,4332
Mundo Novo	0,4408
Naviraí	0,3715
Paranhos	0,4344
Ponta Porã	0,4352
Sete Quedas	0,3521
Tacuru	0,4341
Média CONSAD	0,4267
CONSAD Serra da Bodoquena	
Bela Vista	0,3797
Bodoquena	0,6702
Bonito	0,4317
Caracol	0,4040
Guia Lopes	0,5747
Jardim	0,4066
Nioaque	0,5138
Porto Murinho	0,5621
Média CONSAD	0,4929
CONSAD Vale do Ivinhema	
Anaurilândia	0,3640
Bataguassu	0,4515
Batayporã	0,3812
Nova Andradina	0,3771
Taquarussu	0,4070
Média CONSAD	0,3962

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos resultados encontrados.

O melhor IMA pôde ser verificado no município de Bodoquena (0,6702), o qual apresentou o maior índice de ausência de monocultura entre os municípios considerados, fazendo com que seu índice de meio ambiente, em média, fosse elevado. O município de Sete Quedas obteve o menor IMA (0,35207), reflexo de seus baixos valores para a proporção de estabelecimentos que realizam práticas de conservação do solo (27,06%) e ausência de monocultura (0,0336).

Considerando a média do índice de meio ambiente para os CONSADs de Mato Grosso do Sul, a região que apresentou o melhor resultado foi a de Serra da Bodoquena (IMA médio = 0,4929), com índices elevados em municípios como Bodoquena (0,6702), Guia Lopes (0,5747) e Porto Murtinho (0,5621). O CONSAD Iguatemi apareceu em segundo lugar, com um IMA médio de 0,4267 e, por fim, o CONSAD Vale do Ivinhema em terceiro lugar, com um IMA médio de 0,3962, explicado por possuir municípios com valores baixos para o IMA, como Nova Andradina (0,3771) e Anaurilândia (0,3640).

4.2.5 Índice de Desenvolvimento Rural (IDR)

Os indicadores de desenvolvimento rural foram estimados para os vinte e quatro municípios pertencentes ao CONSAD de Mato Grosso do Sul. Os valores obtidos para cada IDR podem variar entre 0 e 1, levando em conta que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento rural. Com os resultados, foi possível perceber as diferenças entre as regiões em termos de desenvolvimento rural.

Para classificá-los, os indicadores foram divididos em quatro níveis: “IDR Muito Baixo”, onde estão os municípios com valores abaixo do primeiro quartil; “IDR Baixo”, municípios que estão entre o primeiro quartil e a mediana; “IDR Médio”, municípios entre a mediana e o terceiro quartil; e, por fim, “IDR Alto”, com os municípios que estão entre o terceiro quartil e o maior IDR observado. Abaixo, seguem a divisões:

Quadro 16 – Classificação do IDR

CONSADs	Nº de Municípios	Níveis	Intervalos de IDR
CONSAD Iguatemi, CONSAD Serra da Bodoquena e CONSAD Vale do Ivinhema	24	IDR Muito Baixo	0, 3374 – 0, 3804
		IDR Baixo	0, 3805 – 0, 4136
		IDR Médio	0, 4137 – 0, 4655
		IDR Alto	0, 4656 – 0, 6071

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos resultados encontrados.

É importante destacar, segundo Kageyama (2004), que o desenvolvimento rural não trata somente da elevação de renda, da melhoria da infra-estrutura doméstica e de uma agricultura moderna e dinâmica. O índice considera ao mesmo tempo quatro aspectos

distintos do desenvolvimento e, por isso, nem sempre é cumprida a expectativa que se faz a respeito da classificação de um determinado município. Sendo assim, no Quadro 17 é possível observar os índices de desenvolvimento rural calculados.

Quadro 17 – Índice de desenvolvimento rural

Cidade	IDR
Coronel Sapucaia	0,3504
Eldorado	0,3592
Iguatemi	0,4086
Itaquiraí	0,4186
Japorã	0,3765
Mundo Novo	0,5894
Naviraí	0,4483
Paranhos	0,3565
Ponta Porã	0,6071
Sete Quedas	0,4410
Tacuru	0,3817
Média Consad	0,4307
Bela Vista	0,3760
Bodoquena	0,4782
Bonito	0,4612
Caracol	0,3823
Guia Lopes	0,4997
Jardim	0,4444
Nioaque	0,3973
Porto Murtinho	0,3940
Média Consad	0,4291
Anaurilândia	0,4574
Bataguassu	0,5023
Batayporã	0,3374
Nova Andradina	0,4851
Taquarussu	0,3881
Média Consad	0,4340

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos resultados encontrados.

Analisando os índices de desenvolvimento rural dos municípios pertencentes aos CONSADs de Mato Grosso do Sul, verifica-se que o município de Ponta Porã obteve o maior IDR, com um total de 0,6071, classificado como “IDR alto”, ou seja, dentro do contexto considerado, o município possui melhores condições de desenvolvimento rural. Esse valor é resultado dos altos índices de bem – estar social (0,6187) e de desenvolvimento econômico (1,00), que, no caso, foi o maior IDE entre os municípios dos CONSADs. Além disso, Ponta

Porã apresentou médios índices de população (0,3747) e meio ambiente (0,4352), que somados com o IBES e o IDE, fizeram com que seu IDR fosse o maior de todos os municípios.

Por outro lado, o município de Batayporã obteve o menor IDR, com um valor igual a 0,3374, classificado como “IDR muito baixo”, ou seja, o município, como um todo, possui condições muito incipientes de desenvolvimento rural. Vale ressaltar que, mesmo com médios índices de população (0,3009) e bem – estar social (0,4619), Batayporã apresentou baixos índices de desenvolvimento econômico (0,2054) e meio ambiente (0,3812), valores que levaram seu IDR a ser o menor dos municípios dos CONSADs.

Levando em conta as médias dos índices de desenvolvimento rural de cada CONSAD, o melhor resultado pôde ser encontrado no CONSAD Vale do Ivinhema, com um IDR médio de 0,4340, classificado como “IDR médio”. Em segundo lugar está o CONSAD Iguatemi, que obteve um IDR de 0,4307, também classificado dentro do intervalo de “IDR médio”. Por fim, o CONSAD que apresentou menor IDR foi o de Serra da Bodoquena, com um valor igual a 0,4291, considerado como “IDR médio”.

Já no Quadro 18, é possível analisar as classificações dos índices de cada município.

Quadro 18 – Índice de desenvolvimento rural e suas classificações

Cidade	IDR	Classificação
Ponta Porã	0,6071	ALTO
Mundo Novo	0,5894	
Bataguassu	0,5023	
Guia Lopes	0,4997	
Nova Andradina	0,4851	
Bodoquena	0,4782	
Bonito	0,4612	MÉDIO
Anaurilândia	0,4574	
Naviraí	0,4483	
Jardim	0,4444	
Sete Quedas	0,4410	
Itaquiraí	0,4186	
Iguatemi	0,4086	BAIXO
Nioaque	0,3973	
Porto Murtinho	0,3940	
Taquarussu	0,3881	
Caracol	0,3823	
Tacuru	0,3817	
Japorã	0,3765	MUITO BAIXO
Bela Vista	0,3760	
Eldorado	0,3592	
Paranhos	0,3565	
Coronel Sapucaia	0,3504	
Batayporã	0,3374	

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos resultados encontrados.

Avaliando cada CONSAD, é possível observar que dos onze municípios do CONSAD Iguatemi, dois estão classificados como “IDR alto” (Ponta Porã e Mundo Novo), três como “IDR médio” (Itaquiraí, Naviraí e Sete Quedas), dois como “IDR baixo” (Iguatemi e Tacuru) e, ainda, quatro como “IDR muito baixo” (Coronel Sapucaia, Eldorado, Japorã e Paranhos).

No caso do CONSAD Serra da Bodoquena, dos oito municípios que fazem parte dele, dois são classificados como “IDR alto” (Guia Lopes e Bodoquena), dois são classificados como “IDR médio” (Bonito e Jardim), três são classificados como “IDR baixo” (Caracol, Nioaque e Porto Murtinho) e apenas um é classificado como “IDR muito baixo” (Bela Vista).

Por fim, dos cinco municípios do CONSAD Vale do Ivinhema, dois estão classificados como “IDR alto” (Bataguassu e Nova Andradina), um como “IDR médio” (Anaurilândia), um como “IDR baixo” (Taquarussu) e um como “IDR muito baixo” (Batayporã).

É importante destacar que, quando considerada a média do IDR de cada CONSAD, nenhuma região foi classificada dentro do intervalo de “IDR alto”, ratificando a idéia de que o perfil dos territórios escolhidos para a formação dos CONSADs registra grandes carências infra-estruturais, com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e, ainda, os municípios são excluídos dos centros de acumulação de riquezas.

4.3 POLÍTICAS FUTURAS E NOVOS ESTUDOS EM RELAÇÃO AO TEMA

Com o cálculo dos indicadores, foi possível identificar as regiões mais carentes dos CONSADs analisados. Considerando um nível de prioridade, o CONSAD Serra da Bodoquena, com seus respectivos municípios, por obter a menor média de IDR, é o que precisa de maior atenção em termos de políticas públicas que incentivem, não apenas o desenvolvimento rural, como também, seus diferentes aspectos (populacionais, de desenvolvimento econômico, de bem – estar social e ambiental).

Assim, uma política de desenvolvimento rural bem – sucedida para as regiões consideradas, deve ser capaz de:

- a) Pelo menos, manter a população rural na região e, dentro dela, uma estrutura etária viável da população;
- b) Diversificar a base econômica para além do setor primário, mantendo ou até aumentando as taxas de emprego, com o objetivo de absorver a perda de empregos no setor primário;
- c) Manter as taxas de pobreza e desemprego em um nível não pior do que aqueles em áreas urbanas;
- d) Oferecer oportunidades de emprego para mulheres e jovens;
- e) Ser o mais acessível possível e fornecer um conjunto mínimo de serviços. A facilidade de acesso à educação e saúde para a população local também é necessária para manter a atratividade de viver no local;
- f) Manter a saúde física e mental da população rural tão boa quanto ele estaria em qualquer outro lugar.

Tendo esses pontos em mente e, juntamente com os indicadores calculados, que permitiram ter uma noção das principais áreas que necessitam atenção, podem-se elaborar políticas eficazes, com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população rural, além de impulsionar o crescimento e desenvolvimento econômico dessas regiões.

Além disso, é importante ressaltar que o modelo selecionado para medir o desenvolvimento rural dos territórios CONSAD de Mato Grosso do Sul tem a possibilidade de conter imperfeições, que podem ser diminuídas pela melhora das estatísticas existentes e pela disponibilização de novos dados ou, ainda, pela escolha de outras variáveis.

Assim, fica a critério do pesquisador a escolha de outras variáveis, a atualização assim como a aplicação de outros modelos que também tentem evidenciar o grau de desenvolvimento rural das regiões escolhidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento rural é um tema de suma importância para o crescimento de certas regiões do país. Governos e organizações multilaterais têm realizado esforços no intuito de encontrar novas estratégias para o desenvolvimento rural e a superação da pobreza. Não obstante, apesar do volume de recursos gastos e de ações realizadas, os resultados têm sido precários e os indicadores pouco avançaram.

Tendo reconhecido a grande prioridade dada ao tema, é evidente que existe uma forte demanda de estatísticas e indicadores para o acompanhamento das metas de desenvolvimento rural. Os indicadores são utilizados para suprir, mensurar ou operacionalizar um conceito abstrato, de importância teórica, além de permitir a comparação entre localidades diferentes em diversos períodos, dentro ou fora de um mesmo município.

Entretanto, estatísticas sobre o desenvolvimento rural são problemáticas de diversas maneiras. Elas são, em grande parte, baseadas em censos nacionais e pesquisas, o que, na maioria dos países industrializados, pelo menos, não foram concebidos com as áreas rurais em mente. Como consequência, muitas estatísticas usadas rotineiramente em nível nacional ou em regiões urbanas devem ser tratadas com cautela, quando aplicadas às zonas rurais.

Sendo assim, o objetivo fundamental deste trabalho foi aplicar e estimar um exemplo de medida do desenvolvimento rural, um índice de desenvolvimento rural, que foi aplicado aos municípios pertencentes dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD) de Mato Grosso do Sul.

Como parte da pesquisa proposta, um diagnóstico sócio-econômico foi realizado, com o objetivo de fornecer um panorama geral da situação dos municípios, fundamental para o entendimento do trabalho.

Foi feito, ainda, a estimação do índice de desenvolvimento rural, que evidenciou grandes disparidades entre os municípios analisados, sugerindo que houveram diferentes trajetórias de desenvolvimento.

Para classificar os indicadores, eles foram divididos em quatro níveis: “IDR Muito Baixo”, onde estão os municípios com valores abaixo do primeiro quartil; “IDR Baixo”, municípios que estão entre o primeiro quartil e a mediana; “IDR Médio”, municípios entre a mediana e o terceiro quartil; e, por fim, “IDR Alto”, com os municípios que estão entre o terceiro quartil e o maior IDR observado.

Nos resultados, o maior IDR pôde ser verificado no CONSAD Vale do Ivinhema, seguido pelo CONSAD Iguatemi e, por último, o CONSAD Serra da Bodoquena, que apresentou o menor IDR médio.

Considerando um nível de prioridade, o CONSAD Serra da Bodoquena, com seus respectivos municípios, por obter a menor média de IDR, é o que precisa de maior atenção em termos de políticas públicas que incentivem, não apenas o desenvolvimento rural, como também, seus diferentes aspectos (populacionais, de desenvolvimento econômico, de bem – estar social e ambiental).

É importante destacar que, como dito anteriormente, quando considerada a média do IDR de cada CONSAD, nenhuma região foi classificada dentro do intervalo de “IDR alto”, ratificando a idéia de que o perfil dos territórios escolhidos para a formação dos CONSADs registra grandes carências infra-estruturais, com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e, ainda, os municípios são excluídos dos centros de acumulação de riquezas.

Também é preciso deixar claro que o modelo utilizado neste trabalho não é o único possível e muito menos o ideal, mesmo porque, com os mesmos dados outros modelos poderiam ser realizados, mudando a forma de seus componentes ou alterando de maneira diversa os limites estabelecidos. Trata-se apenas de um exemplo possível, a partir das estatísticas disponíveis, já que grande parte dos resultados obtidos foi baseada no Censo 2000, tendo em vista que os dados do Censo 2010, em sua maioria, ainda não foram divulgados.

Portanto, ainda que o modelo tenha sido selecionado, tem a possibilidade de conter imperfeições, que podem ser diminuídas pela melhora das estatísticas existentes e pela disponibilização de novos dados ou, ainda, pela escolha de outras variáveis.

Desta forma, fica como sugestão para trabalhos futuros a escolha de outras variáveis, a atualização dos dados e a aplicação de outros modelos que tentem evidenciar o grau de desenvolvimento rural das regiões escolhidas, tendo em vista a importância do tema no contexto atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 2, abr-jun/2000, p. 379-397.

_____. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro, IPEA, **Texto para Discussão**, N. 702, 2000.

_____. **Para una teoría de los estudios territoriales**, in MANZANAL, M.; NEIMAN, G. e LATTUADA, M.(orgs.) Desarrollo rural: organizaciones, instituciones y territorios. Ciccus, Buenos Aires, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em 12 jan 2010.

BRÜNGGER, H. **Indicators – spotlight or smokescreen?**. United Nations Economic Commission for Europe. Paper presented at the 23rd Nordic Statistical Conference, Turku, Finland, 18-21 August, 2004.

BRYDEN, J. Section 3: **Rural Development**. In Landsis g.e.i.e. Proposal on Agri-Environmental Indicators PAIS. Luxembourg, 2001.

_____. **Rural Development Indicators and Diversity in the European Union**. Economic Research Service, Washington D.C. , 2002.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). **Panorama social da América Latina**. 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**. São Paulo, SP: Artmed/Bookman, 2007. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha.

DIRVEN, M. El empleo rural no agrícola y la diversidad rural em América Latina. **Revista de la CEPAL**, 83, ago/2004, p. 49-69.

COMISSÃO BRUNDTLAND (1985). **Nosso futuro comum**. Editora FGV, 1987.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). **World Conference on Agrarian Reform and Rural Development: Guidelines on socio-economic indicators**. FAO, Rome, 1988.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. Tese (Doutorado). São Paulo: FEA/USP/Procam, 2006.

FRANCA, L. P. et al. **CONSAD**: formação dos consórcios de segurança alimentar e desenvolvimento local. Rio de Janeiro, IBAM/DES/NEL, 2003.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Instituto de Documentação. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: 1987.

GOMÉZ, E. S. Nueva ruralidad? Un aporte al debate. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, n. 17, out/2001, p. 3-32.

HAY, K. **Rural Indicators and Rural Development**. Final report. European Union. Jan. 2001-March 2002.

HILL, B. **Rural data and rural statistic**. Report to the Economic and Social Research Council: pp55, 2005.

HITE, J. **The Thünen model as a paradigm for rural development**. Clemson University. 1999. Disponível em: <<http://faculty.washington.edu/krumme/450/thunen.html>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Atlas do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

JANUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública** – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2002.

JESUS, C. M. **Desenvolvimento territorial no Brasil: a experiência dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local**. Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida**. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá. "Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional".

_____. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2008.

KAY, C. Algunas reflexiones sobre los estudios rurales en América Latina. Iconos. **Revista de Ciencias Sociales**. Num. 29, Quito, septiembre 2007, pp. 31-50.

KAYANO, J. & CALDAS, E. L. **Indicadores para o diálogo**. São Paulo, Polis, Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

KAYSER, B. **La renaissance rurale**. Sociologie des campagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1990.

MATO GROSSO DO SUL. IPLAN-MS & COREDES LESTE. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Leste**. Campo Grande: 2002.

MATO GROSSO DO SUL. IPLAN-MS & COREDES SUDOESTE. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Sudoeste**. Campo Grande: 2002.

MATO GROSSO DO SUL. IPLAN-MS & COREDES SUL-FRONTIEIRA. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Sul-Fronteira**. Campo Grande: 2002.

MELO, R. F. **Análise do desenvolvimento rural na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: caracterização dos municípios com base em indicadores populacionais, econômicos, ambientais e de bem-estar social**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2005.

MIOR, L. C. Desenvolvimento rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sociotécnicas. In: SCHNEIDER, S (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 268-293.

MORMONT, M. Who is rural? or, How to be rural ? Towards a Sociology of the Rural. In: MARSDEN, T., LOWE, P., WHATMORE, S. (Eds.). **Rural Restructuring: global process and their responses**. London, David Fulton Publishers, 1990.

MOYANO, E. E. El concepto de capital social y su utilidad para el análisis de las dinamicas del desarrollo. **Economia Ensaio**. Vol. 13, n.2, Vol. 14, n.1 – 1999, Uberlândia. Departamento de Economia.

OCDE (Organisation de Coopération et Développement Économiques). **Créer des emplois pour le développement rural – de nouvelles politiques**. Paris: Service des Publications OCDE, 1995. 142 p.

OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). **Creating Rural Indicators for Shaping Territorial Policy**. OECD, Paris 1994.

OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). **Review of Rural Policy FINLAND**. OECD, Paris, 1995.

_____. **Territorial indicators of employment- Focusing on Rural Development**. Paris: OECD, 1996. 183 p.

_____. **Territorial Outlook**. Reference to Chapter 9: Rural Trends and Policy Issues. Paris, 2001.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

SCHNEIDER, S. Tendência e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. Versão ampliada do trabalho Trends and matters in rural development studies in Brazil, apresentado no **XXII Congress of the European Society for Rural Sociology**, Wageningen, Holanda, 2008.

_____. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.

SCHNEIDER, S. SILVA, M. K. & MARQUES, P.E.M (Orgs) **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**, Porto Alegre, ED. UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S. et al. **Segurança Alimentar e Desenvolvimento Territorial: Análise da experiência do Rio Grande do Sul**. In: I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, 2005, Porto Alegre. I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, 2005. v. 1. p. 1-20.

SILVA, F. F. **Distribuição de crédito para a agricultura familiar: um estudo do PRONAF a partir de um indicador de Desenvolvimento Rural**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2006.

TAKAGI, M. **A Implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: seus limites e desafios**. Campinas, 2006. (Tese de Doutorado).

TERLUIN, I.J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies** v.19, p.327-344, 2003.

UN (United Nations). **Promoting an integrated approach to rural development in developing countries for poverty eradication and sustainable development** - Report of the Secretary-General, 2003.

_____. **Rural households' livelihood and well-being: statistics on rural development and agriculture household income**. United Nations, New York, N.Y. ; Geneva : 2007.

UNDP (United Nations Development Programme). **Human Development Report 1990**. Disponível em: <<http://hdr.undp.org>>. Acesso em 12 jan 2010.

VAN DEPOELE, L. The European Model of Agriculture (EMA): Multifunctional Agriculture and Multisectoral Rural Development. In: INTERNATIONAL CONFERENCE EUROPEAN RURAL POLICY AT THE CROSSROADS, 2000, Aberdeen, Scotland. **Conference Papers**.

VAN DER PLOEG, J.D. et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, v.40 n.4, p. 391-408, outubro de 2000.

_____. Towards a framework for understanding regional rural development, in: J.D. Van der Ploeg & T.K. Marsden (eds.), **Unfolding webs: The dynamics of regional rural development**, Assen: Royal Van Gorcum BV, pp. 1-28, 2008.

VEIGA, J.E. **A face rural do desenvolvimento- natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000. 197 p.

_____. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

_____. **Cidades imaginárias** - O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002, 304p.

_____. Destinos da ruralidade no processo de globalização, **Estudos Avançados**, vol. 18, n.51, maio-agosto 2004-a.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável – o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro, Garamond, 2005, 200p.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VIDAL DE LA BLACHE, P. Le principe de la géographie générale. **Annales de géographie**, vol. 5, no 20, p. 129-142, 1896.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, n. 15, out/2000, p. 87-145.

WORLD BANK. **Monitoring Rural Well-being: a Rural Score Card**. Washington D.C., July, 2000.

ZHIQUAN, X. **Agriculture and rural indicators in China**. RSO/NBS, China. STD/NA/AGR(2002)3 Eighth IWG.AGRI Seminar: Perspectives for Agriculture and Rural Indicators and Sustainability (PARIS). Paris, 21-22 November 2002.